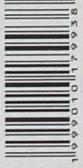


www.etm.com.br

R\$ 6,00



ISSN 0101-7993



231



CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

EUA x CHINA

Espionagem contra o gigante asiático

ÁFRICA

O continente que o colonialismo devastou

CÓRSEGA

Avança para a autonomia

CULTURA

Cristiana, a brasileira do teatro francês



BRASIL E AMÉRICA LATINA

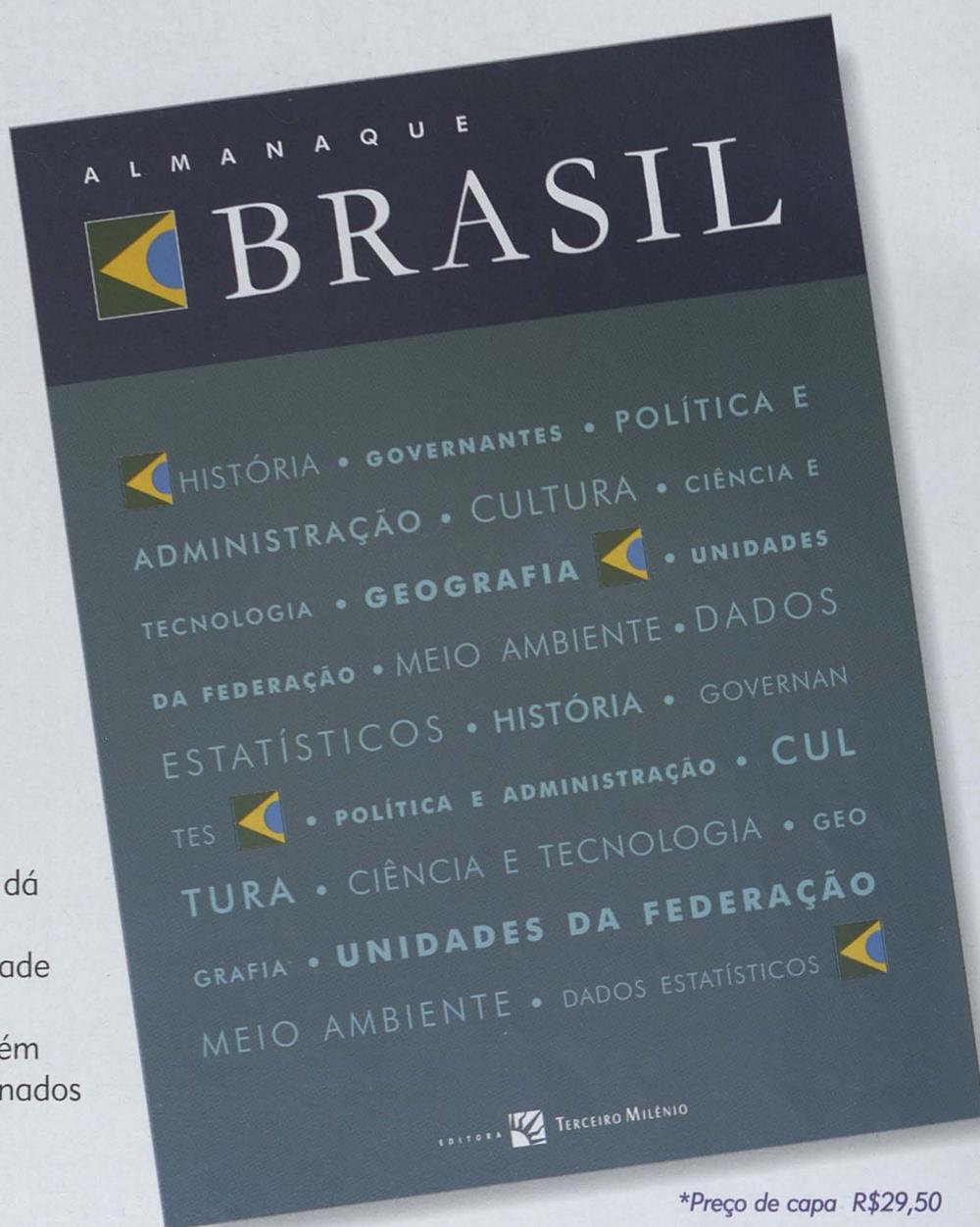
HORAS DECISIVAS

ALMANAQUE BRASIL

Um livro de referência imprescindível e que constitui uma valiosa fonte de pesquisa sobre o país em seus múltiplos aspectos.

500 anos de História, Política, Economia, Cultura e Tecnologia, Meio Ambiente, Administração Pública, Educação, Saúde, Qualidade de Vida, População, Dados sobre Violência.

O **Almanaque Brasil** lhe dá ainda um completo panorama de cada unidade da Federação. Você se informará também através de textos selecionados de especialistas sobre assuntos brasileiros.



*Preço de capa R\$29,50



Faça seu pedido pela Internet ou pelo fax:

Fax: (0xx21) 252-8455 e-mail: etm@etm.com.br www.etm.com.br

Rua Conde de Lages, 44 - Grupo: 508 / 510 - CEP: 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ

Insistir é preciso

O mundo político brasileiro fervia, ao fecharmos esta edição. O senador José Roberto Arruda superara a indignação diante do depoimento da diretora do Prodasen, Regina Célia Peres Borges, e se convertera em humilde penitente diante de seus pares, contando sua verdade, que logo o senador Antônio Carlos Magalhães comentou não ser toda a verdade e que outros consideraram apenas uma manobra para evitar a cassação. ACM ainda iria fazer seu discurso em plenário, mas já adiantara, muito calmo, que não se sentia ameaçado e que tinha a certeza de que não iria ser cassado. A oposição estava a ponto de conseguir as assinaturas para a CPI Mista e, já alijado do PSDB, Arruda transformara-se numa espécie de pária político, o que o magoava profundamente, pois afirmava ter sido solidário ao governo em questões de muito maior gravidade que a violação do sigilo de voto numa casa legislativa. Que questões mais graves seriam essas, interrogava-se, intrigada, a opinião pública?

Haverá cassações? Surgirão novas denúncias? A CPI da Corrupção se instalará, para investigar um elenco de casos na maior parte relacionados com o Executivo?

Incôgnitas que continuam a mexer com os brios da parte da sociedade que acredita que as instituições são para valer e que a chamada democracia representativa refere-se a poderes eleitos, renováveis e comprometidos com a nação e não a um estilo de

gerência social que tenha a ver com representação teatral, formalidades apenas rituais, de faz-de-conta.

Esta é a reflexão que **cadernos** traz na matéria de capa, lançando a questão, porém, além dos limites estreitos da Esplanada dos Três Poderes.

O que vem indignando os brasileiros tem sua origem nas mesmas razões que causam a indignação de argentinos, peruanos, mexicanos, enfim, latino-americanos em geral e mais africanos, asiáticos e outros alvos da remodelagem mundial que o neoliberalismo tenta promover, para assegurar mais um século de prosperidade a um reduzido grupo de nações afortunadas.

Esta luta mundial vem passando, nas nações em desenvolvimento, pela corrupção e desmoralização dos poderes nacionais. Nestes últimos dez anos, vimos espetáculos lamentáveis no México, na Argentina, no Peru, na Venezuela, no Equador, nos países centro-americanos, nas Filipinas, na Indonésia, em países africanos, levando à descrença e à desesperança. No essencial, sempre ações de dirigentes nacionais contra os interesses de seus próprios países, para cumprir um programa de interesse alheio. O neoliberalismo promove a dissolução política.

O Brasil vive dias importantes, mas - sinal dos tempos - quantos acreditam que haverá mudanças de verdade e que o interesse público retomará seu lugar central? É preciso insistir.

Os editores

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993
Nº 231 - Maio 2001

EDITORA  TERCEIRO MILÊNIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (0 XX 21) 221-7511 - Fax: (0 XX 21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR:

Neiva Moreira

DIRETORA: Beatriz Bissio

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITOR: Procópio Mineiro

CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam) Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

DEPTO DE ASSINATURAS:

Tel.: (0XX 21) 221-7511 - Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: Assinaturas@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS: Ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao **Departamento de Assinaturas**, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

PUBLICIDADE:

Rio de Janeiro/RJ: LJS Alves Representações

Rua Teófilo Otoni, 15 - sala 913 - Centro - CEP 20090-080
Tel.: (0XX21) 283-1661

São Paulo/SP: J.R. Comunicação e Publicidade Ltda.

Rua Pamplona, 700 - 2º andar - conj. 24 - Cerqueira César - CEP 01405-000 - Tel.: (0XX11) 2513751/251-5675

Belo Horizonte/MG: KSD Publicidade Ltda.

Rua Catete, 979 - sala 103 - Barroca - CEP 30430-520

Tel.: (0XX31) 9618-7417

Fortaleza/CE: AJS Assessoria e Marketing Ltda.

Rua Guilherme Rocha, 218/503 - Centro - CEP 60030-140

Tel.: (0XX85) 226-7560/999-9924

Brasília/DF: JCZ Comunicações

SRTVS - Quadra 701 - Bloco C - sala 330 - Centro Empresarial - Brasília - CEP 70340-907 - Tel.: (0XX61) 3222034

Porto Alegre/RS: RS Mídia

Rua Lloyd de Andrade Polidoro, 15 - Aberta dos Morros
CEP 91751-620 - Tel.: (00XX51) 248-3514

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL:

Fernando Chinaglia - Tel.: (0xx21) 3879-7766

VENDA NO URUGUAI: Kiosko Salvador

Av. 18 de Julio y Paraguay; tel: 901-5459

FOTOS: José Barros de Amarante (Brasília) Agence France Presse (AFP) e Centro de Documentação (Cedoc).

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências de notícias: Angop (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina) e a rede de agências dos Países Não-Alinhados.

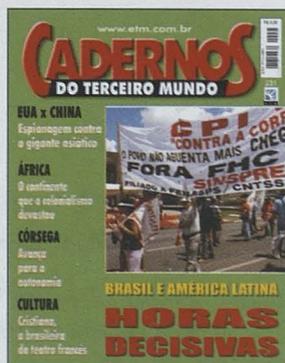
PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILÊNIO:

Cadernos do Terceiro Mundo (política internacional); **Revista do Mercosul** (informação do bloco econômico); **Ecologia e Desenvolvimento** (questões ambientais); **Almanaque Brasil** e **Enciclopédia do Mundo Contemporâneo** (obras de referência)

Filiada à **ANER**

Sumário

Maio 2001 • Nº 231 • Ano XXVI



22



4 **CARTAS**

6 **PLANALTO**

8 **PANORAMA NACIONAL**

13 **FRASES**

BRASIL/AÇÃO SOCIAL

22 **As favelas querem legalizar mercado informal**
Multiplicação de micronegócios em favelas sugere criação de sistema fiscal diferenciado que permita legalização de atividades

BRASIL/SOCIEDADE

26 **A favela dá notícias**
Uma agência de notícias especializada surge na internet para divulgar a vida das comunidades mais pobres

CULTURA/ENTREVISTA

28 **Cristiana Reali**
Na França, o teatro subvencionado ajuda os jovens

CULTURA/MÚSICA POPULAR

31 **A onda do baião jovem**
Descoberto pelos jovens e batizado de forró universitário, o movimento forrozeiro invade o mercado, revive antigos ídolos e lança moda, transformando o velho ritmo nordestino numa verdadeira mania nacional

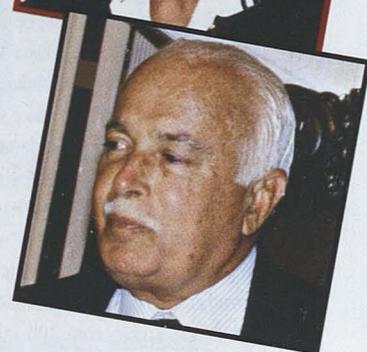
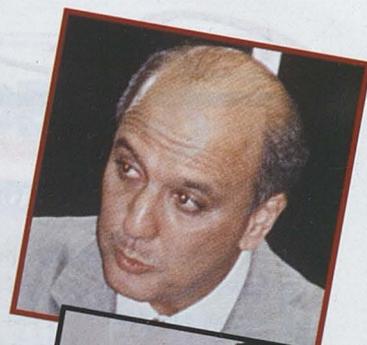
34 **LIVROS**

58



28





OPINIÃO PÚBLICA EXIGE TRANSPARÊNCIA

14 **CPI** da corrupção

CAPITAL

A localização de focos de corrupção, roubo e abuso de poder no nosso país, a compra de votos na Câmara para a reeleição, escândalo na construção do TRT em São Paulo, piratarias no DNER, Sudam e Sudene, assalto ao painel de votação no Senado e tantos outros revelaram avançada degradação no trato da coisa pública, mas também permitiram êxitos na luta e reações contra uma situação que se repete pelo continente, na onda do neoliberalismo

BRASIL/HISTÓRIA

36 O homem que fez os trens chegarem na hora
Já houve uma época de liberalismo, quando era comum o Estado mínimo, que deixava a cidadania à mercê dos monopólios privados, através da modalidade da concessão de serviços: ferrovias, comunicações, energia

38 PANORAMA ECONÔMICO

44 PANORAMA INTERNACIONAL

51 GENTE

ÁSIA/CHINA

52 O gigante começa a incomodar
A presença chinesa cada vez maior no cenário mundial leva o governo norte-americano a seguidos atos de provocação, despertando o temor de ressurreição da Guerra Fria

ÁFRICA

55 A trágica balcanização
O colonialismo retalhou o continente de forma arbitrária, tornando muitos países quase inviáveis

AMÉRICA LATINA/PERU

58 A encruzilhada dos peruanos
Após dez anos de fujimorismo, a população volta ao segundo turno para decidir entre a manutenção do neoliberalismo, com Alejandro Toledo, ou um caminho de incógnitas com Alan Garcia

EUROPA/FRANÇA

60 Córsega: um barril de pólvora
O Parlamento da França começa a analisar o estatuto de autonomia da ilha onde nasceu Napoleão e o tema agita a classe política, pois é a própria estrutura da República que está em jogo

Funkeiros

Perdoem-me os funkeiros. O funk, que antes era exemplar na crítica social e fazia o clamor da periferia, hoje está cantando o que há de pior em pobreza de letras e imbecilização. O funk tomou conta do Brasil. E com ele uma onda de preocupação das famílias, dos educadores, dos comunicadores. Os interesses econômicos de nossa sociedade consumista definem qual estilo de música vira sucesso. Foi assim com a música sertaneja, o pagode, o axé, o brega... A bola da vez agora é o funk.

O funk toca na periferia do Rio de Janeiro há mais de 20 anos. Representou sempre a posição crítica da juventude da periferia urbana, dando-se conta dos problemas sociais e valorizando a cultura de raiz afro.

Esta verdadeira invasão deste novo funk na vida cultural do país traz preocupação para quem lida com a cultura e com a educação. O funk, que antes era exemplar na crítica social e fazia o clamor da periferia, hoje está cantando o que há de pior em pobreza de letras e imbecilização do ser pensante. Basta lembrar as raras palavras da *Dança da motinha*, de *Tapinha não dói* e *Tá dominado*. Mas não é só pobreza de letra. O rebolado é deliberadamente sensual e o baile funk é um verdadeiro festival de excitação sexual.

O traseiro da mulher é o único assunto. Veja quantas vezes cantam ou gritam para popozudas, cachorras, preparadas. Furacão 2000, Bonde do Tigrão com 100 mil cópias vendidas... é a consagração da mediocridade.

E por que explode esse funk pobre e erótico? Porque a mídia tem lá seus interesses... Oxalá, sejam só interesses financeiros. Porque, se eles forem também políticos, quer dizer que chegamos a um ponto lastimável. E a moral? Coitada da moral e dos bons costumes que precisam alicerçar nossa convivência e a educação desta juventude do *Tapinha não dói*. Tomara que eu me engane, mas estão acabando com o funk. E com a nossa cultura. E com a juventude também. Que me perdoem os novos funkeiros da mídia.

Pe. João Carlos, SDB
Recife - Pernambuco
www.padrejoaocarlos.com.br

Identidade

Depois de muito tempo longe da leitura de **cadernos**, renovei a assinatura e pude constatar, lendo os últimos números 228 e 229, alguns aspectos. De imediato, notei que a revista apresenta nova roupagem, com um material de melhor qualidade, o que lhe proporciona maior durabilidade. E tem a página eletrônica, que não havia anteriormente, é, diga-se de passagem, fundamental e importantíssima para a difusão de informações e troca de conhecimento nestes tempos, além de ser ferramenta de trabalho cada vez mais usada.

O mais importante, no entanto, é que **cadernos** não perdeu a identidade editorial, melhorou o atendimento a seu público e a qualidade do serviço. Acho que posso afirmar, inclusive, que as reportagens estão mais incisivas nas questões sociais e políticas que denuncia. Isto porque, a meu ver, esse trabalho é feito por profissionais descompromissados com o poder político e os interesses escusos das elites. Isso é fundamental para a democracia. Mais que isso, é arma de luta dos trabalhadores, dos injustiçados, dos que não se entregam ao domínio do poder financeiro e econômico e que acreditam que "outro mundo é possível".

Parabéns a toda a equipe de **cadernos do terceiro mundo**. Continuem acreditando naquilo que vocês fazem, e tenham em mente que vocês não estão sozinhos nesta causa.

Adejard Gaia
Belém - Pará

P-7: fim à impunidade

A sucessão de acidentes na Petrobrás não pode mais ser explicada como casuística nem como fatalidade. Também seria simplista demais procurar um bode expiatório no quadro funcional. Tão frequentes e tão graves acidentes só encontram uma explicação: política de gestão, no mínimo, equivocada e que contraria as regras mais elementares da engenharia e da segurança do trabalho. Mas até quando a sociedade vai assistir à destruição da maior empresa do país, cujo faturamento atingiu a casa dos 10 bilhões de reais em 2000?

O vazamento de óleo na P-7, no Campo de Bicudo, na bacia de Campos, é uma gota a mais num copo cheio d'água. A cada acidente, aumenta a insegurança entre os trabalhadores, seus familiares e a sociedade. Mas os grandes responsáveis, que são os maus gestores do patrimônio público, não só continuam impunes, como não vêm demonstrando vontade política para ouvir o clamor da sociedade civil e recuar em sua política de lesa-pátria.

Há 10 anos, a Petrobrás não realiza concurso público. A idade média dos empregados atualmente é de 44 anos, o que vem tornando a Petrobrás uma empresa envelhecida. Nos últimos anos, houve drástica redução de investimentos em treinamento e qualificação. O grau de terceirização chega a níveis absurdos, em áreas de operação e até entre engenheiros.

Segundo os sindicatos da área de petróleo, é desumano o que se exige dos trabalhadores para cumprir determinadas metas e acenar para o mercado índices recordes de produtividade, obtidos no menor tempo possível, com o mínimo de utilização de mão-de-obra. Segundo a Associação de Engenheiros da Petrobrás (Aepet), as exigências da Agência Nacional do Petróleo (ANP), no que diz respeito à produtividade, em relação às empresas multinacionais instaladas na bacia de Campos, são muito menores, o que é injustificável. Os trabalhadores vêm lutando para não perder direitos conquistados ao longo dos anos. Mas a administração da Petrobrás usa e abusa do fantasma do desemprego para ameaçá-los. Assim, o período de embarque (atualmente são 14 dias por 21 de folga) pode transformar-se em regime de 14 por 14, os salários estão achatados e a auto-estima dos trabalhadores está em baixa.

Pode-se imaginar como fica o ânimo desses trabalhadores, expostos aos constantes acidentes dos últimos tempos, para os quais o Ministério Público, o Ministério Público do Trabalho e a Polícia Federal têm sido alertados. Pergunta-se: até quando a sociedade vai suportar e a impunidade vai prevalecer?

José Chacon de Assis
Presidente do Crea-RJ
www.chacon.eng.br

Menores

Acabo de receber os exemplares da revista que gentilmente me enviaram. Fiquei muito impressionado com a qualidade, impressão, densidade dos textos, enfim, com toda a revista. Confesso-lhes que neste final de semana curti muito mais a sua revista do que a edição da *Veja*, sempre previsível e meio pasteurizada. Gostaria de parabenizá-los e a toda a equipe. Gostei também, especialmente, da matéria com o meu trabalho (*cadernos*, edição 228, p.30-33: "Estética é remédio"), só tendo uma pequena ressalva com relação ao João Luiz Alves, porque o pessoal da direção de lá me chamou muito magoado. Se puder fazer uma pequena retificação, seria ótimo, pois a turma de lá luta como loucos para manter o presídio com uma qualidade muito acima da média do resto do país.

Poderíamos até, se lhes interessar, fazer uma matéria lá dentro, durante as aulas com os infratores, e vocês teriam a oportunidade de averiguar como a coisa está indo bem lá, em comparação com outros locais. Passarei outro e-mail ao Dr. Guaracy, ressaltando a qualidade da matéria publicada, enfatizando que ela ajuda a abrir novas esperanças para os meninos. Espero realmente que tudo acabe bem e, mais uma vez, parabéns a vocês todos pela excelente publicação.

Antonio Veronese
Rio e Janeiro - RJ

Errata

A carta do pintor Antônio Veronese refere-se à matéria "Estética é remédio" (*cadernos*, edição 228, p. 30-33), onde enfoquei o trabalho voluntário e singularmente meritório do artista junto a jovens infratores internados na Escola João Luiz Alves, da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro.

Cometi dois senões naquela reportagem: primeiro, não apliquei, no caso, a tarja obrigatória sobre o rosto dos adolescentes, que, acompanhados de Antônio Veronese, faziam uma particularmente significativa visita ao Museu Nacional de Belas Artes, e, em segundo lugar, ao comentar os casos de rebeliões e

fugas de menores de casas de reeducação – uma já preocupante rotina em São Paulo. Cometi o deslize da generalização, incluindo, no rol, a EJLA, que é exatamente a exceção do que vem sendo a regra, pois é apontada como o modelo do que deveriam ser as unidades correcionais para menores –, a começar por oferecer um programa como o que Veronese dirige, com o apoio, aliás, da Petrobrás.

Os elogios que Veronese faz à equipe da EJLA demonstra que certamente vale levarmos, em breve, uma informação mais extensa sobre o conjunto de trabalhos de recuperação dos menores infratores naquela instituição, até como uma reflexão do que é possível fazer – como ali se faz, com resultados palpáveis –, no esforço de relançar jovens vidas no caminho da cidadania. A desagregação social resultante dos desacertos econômicos e políticos do país íntima a todos que têm alguma responsabilidade de lançarem um olhar atento à educação da juventude, especialmente aquela sob risco de desvios. **Procópio Mineiro**

Holocausto mexicano

"Sangue moreno e coração digno". É uma frase de forte carga semântica de um índio zapoteca. Para demonstrar minha indignação ao mundo que faz vistas grossas para o caso de Chiapas – uma área rica em petróleo, gás natural, ouro, entre outros, o que faz daquele estado um barril de pólvora espoliado pelo capital estrangeiro. Fazendo parte do Nafta, um dos grandes blocos econômicos, o México parece conivente com a chacina que acontece com os índios daquela região. Para lutar contra as mazelas, foi criado o Exército Zapatista de Libertação Nacional, inspirado no grande líder revolucionário Emiliano Zapata. Os zapatistas lutam pela liberdade, a posse da terra, comida e trabalho digno. Milícias paramilitares financiadas pelo grande capital promovem autêntico banho de sangue.

Lanço um apelo universal por um mundo melhor. O que move a Humanidade não são as armas, mas os sonhos.

Luis Paulo de Moura Holanda
São Luís - MA

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

a serviço do leitor

Para assinar a *Cadernos do Terceiro Mundo* ligue para

(0 XX 21) 221-75 11

ou envie um fax:

(0 XX 21) 252-8455

Ou pela Internet:

etm@etm.com.br

O preço promocional da assinatura é de R\$ 60,00 à vista, POR TEMPO LIMITADO

O pagamento da assinatura pode ser feito por cheque nominal, cartão de crédito ou boleto bancário, à vista ou em até 4 vezes

Estamos à sua disposição de segunda a sexta, das 9 às 19 horas

Para enviar cartas:



Cadernos do Terceiro Mundo
Editora Terceiro Milênio

Rua Conde de Lages, 44
Salas 508-509-510 -Lapa
CEP 20241-080
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer a assinatura, o endereço, o número de cédula de identidade e o telefone do autor.

Para comprar números atrasados:

Se estiverem disponíveis no estoque, serão vendidos ao preço de capa da última edição, acrescido de 30% desse valor para cobrir despesas de correio.

Contate o Departamento de Circulação
Tel: (0 XX 21) 221-7511

Para anunciar:

Ligue (0 XX 21) 221 - 7511 e contate o Departamento Comercial

Para pesquisas e uso da revista em sala de aula:

Ligue (0 XX 21) 221-75 11 e contate o Centro de Documentação ou os Editores.

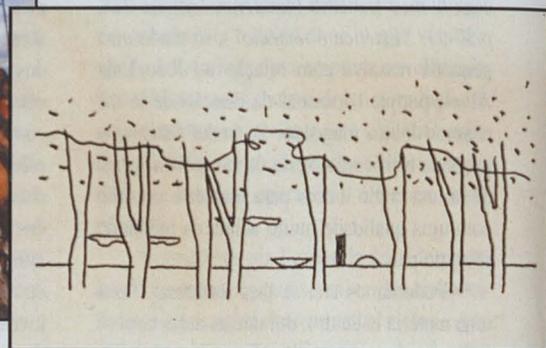
Na Internet:

<http://www.etm.com.br>
E-mail: etm@etm.com.br

Fotos: Agência Brasil



A comemoração do aniversário de Brasília, em 21 de abril, teve como ato de destaque a reinauguração do monumento ao presidente Juscelino Kubitschek, o Memorial JK. Ao lado, mais um traço de Oscar Niemeyer, apresentado na exposição fotográfica Saudade de Brasília, no teatro Nacional, sobre a criação da nova capital



Descaso com Biopirataria

Os recursos genéticos brasileiros continuam sem qualquer controle por parte do governo. A denúncia foi feita pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), afirmando que o presidente Fernando Henrique Cardoso não tem demonstrado o menor interesse em regulamentar a Convenção da Biodiversidade.

“Os convênios com entidades de pesquisas estrangeiras são verdadeiras caixas-pretas, que permitem a saída indiscriminada de mostras de material genético”, disse Ademir, afirmando ainda que o Brasil pode “perder o controle de seu patrimônio genético, porque a maior incidência da biopirataria vem sendo feita de forma institucional”.

O senador paraense fez estas acusações depois que foram divulgadas por um jornal carioca denúncias informando que os índios da nação ianomâmi, de Roraima, foram usados como cobaias em experiências financiadas pelo governo dos Estados Unidos.

“Os contrabandistas, disfarçados de pesquisadores, turistas, cientistas e religiosos, estão levando para o exterior plantas, sementes, sapos, escorpiões, cobras e material genético da floresta”, denunciou o senador, que quer uma CPI para investigar a biopirataria. ■

Atendimento imediato

As vítimas de violência sexual terão atendimento imediato e gratuito na rede hospitalar pública e nos hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde. A proposta, apresentada pela deputada Iara Bernardi (PT-SP), com substitutivo do deputado Henrique Fontana (PT-RS), foi aprovada pela Comissão de Seguridade e Família da Câmara.

De acordo com o projeto, as vítimas de violência sexual – qualquer forma de atividade sexual não consentida – terão direito a diagnóstico e reparo imediato das partes afetadas pela violência, além de amparo médico e acompanhamento psicológico e social, medicação eficiente e preventiva à gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus HIV.

O projeto vai facilitar também a captura do agressor, porque defende a coleta de material para exame de DNA, e a vítima não será obrigada a registrar a queixa. O próprio exame de DNA será enviado às delegacias, com todas as informações que possam identificar o agressor.

Na mesma sessão que aprovou o atendimento imediato às vítimas de violência sexual, a comissão de Seguridade e Família votou favoravelmente o projeto, de iniciativa do Senado, que prevê cirurgia plástica gratuita para pessoas portadoras de deficiências físicas congênitas ou adquiridas que provocam sofrimento moral ou psicológico. ■

Comissão para a Alca

A Comissão de Relações Exteriores do Senado conta agora com uma subcomissão permanente para debater a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A proposta, apresentada pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES), foi aprovada no início de abril e tem como principal objetivo debater as conseqüências do possível engajamento do Brasil neste sistema (veja matéria de capa).

Vista com dúvidas pelos senadores, a proposta de entrada imediata do Brasil na Alca – por pressão do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush – vem preocupando líderes governistas e opositores. De acordo com o presidente da comissão, senador Jéferson Peres (PDT-AM), a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso, em não aderir imediatamente a este pacto comercial, mereceu elogios do presidente venezuelano Hugo Chávez e “tranqüilizou aqueles que vêm na Alca mais uma ameaça aos nossos interesses”.

Já o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sugere “cautela” em relação à Alca. “É preciso muito cuidado nessa negociação, porque 70% do mercado consumidor estão nos Estados Unidos, México e Canadá e isso poderá asfixiar o Mercosul”, disse Cabral, propondo a convocação do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para discutir o tema.

Outra manifestação desfavorável ao ingresso imediato do Brasil na Alca foi a do deputado Nei Lopes (PFL-RN), que quer a criação imediata de um mercado latino-americano de nações, “conforme determina a Constituição no seu artigo quatro”. ■



O senador Bernardo Cabral recomenda cautela nas negociações do governo para a criação da Alca

Explicação sobre energia

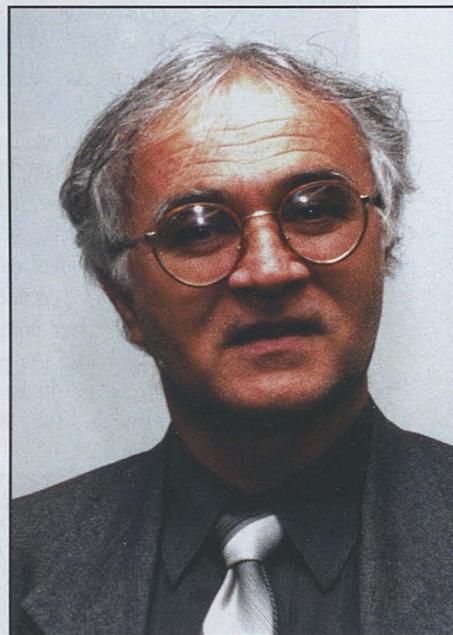
Senadores e deputados convocaram o ministro das Minas e Energia, senador licenciado José Jorge (PFL-PE), para explicar a crise no setor energético, em audiência pública. O ministro foi chamado também para informar os parlamentares sobre a decisão do governo de privatizar o setor elétrico, principalmente o sistema de Furnas, e a ameaça de racionamento, tese defendida pelo governo.

José Jorge estava pouco confortável porque a convocação chegou no momento em que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado estuda o projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE), que exclui as empresas de geração e distribuição de energia do programa de desestatização do governo.

Freire defende sua tese afirmando que “a privatização dos setores de transmissão e geração de energia elétrica não pode estar amparada em uma autorização legislativa genérica, como ocorre hoje”.

Já o deputado Fernando Ferro (PT-PE) responsabiliza o governo pela crise de energia, afirmando que já estava prevista “porque há dez anos o risco de déficit no fornecimento era de 5% e hoje atinge 50% na Região Sudeste e 40% na Região Nordeste”.

O deputado pernambucano disse ainda que das 51 termelétricas planejadas pelo governo, somente 14 estão em construção, 12 das quais pela Petrobrás e duas pela iniciativa privada com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Criaram a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o mercado atacadista, mas acabaram com o grupo de Coordenação de Planejamento do Sistema”, protestou o parlamentar. ■



Deputado Fernando Ferro

Os Sem-Educação

Um grupo de estudantes paulistas se mobilizou para organizar a luta pela democratização do sistema de ensino brasileiro: o Movimento dos Sem-Educação (MSE). Surgido após a greve das universidades paulistas em 2000, o MSE reivindica a democratização do acesso à universidade.

O movimento defende a abertura de mais vagas nas universidades públicas, com a construção de novas universidades e a estatização das particulares, e o aumento das verbas destinadas ao ensino superior.

Paralelamente, eles defendem o fortalecimento do ensino público nos níveis médio e fundamental e o aumento do número de estudantes contemplados com isenção da taxa de inscrição no vestibular.

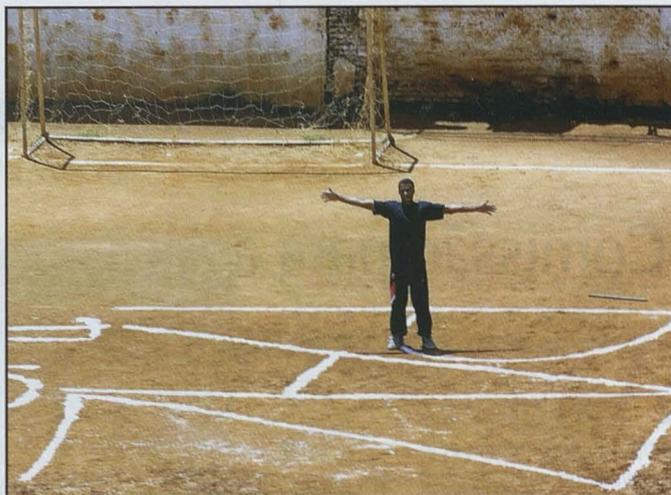
Sua principal meta é o fim do vestibular e a garantia de vagas para todos nas universidades públicas.

Os estudantes do MSE começaram o ano letivo acampando na USP e ocuparam por uma semana as salas de aula com estudantes que não passaram no vestibular, ou nem sequer fizeram as provas, por causa das taxas de inscrição.

Diversas atividades estão sendo programadas para difundir a luta do movimento. "Estamos trabalhando coletivamente porque a questão do ingresso na universidade não é um problema individual, mas uma realidade social do nosso país", explica André Ferrari, militante do MSE. ■



O número de universitários é irrisório no Brasil



Preso abre os braços, parado, sobre uma frase no chão pedindo paz, no pátio do Complexo de Carandiru. Relatório da ONU foi contundente na análise das condições dominantes nas prisões de todo o Brasil

As cadeias que a ONU viu

Alonda de rebeliões que vem ocorrendo nos presídios e nas instituições para menores infratores em várias partes do país, em especial nas grandes cidades e nas capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, pelas péssimas condições carcerárias, torturas e falta de programas ocupacionais e profissionalizantes para a recuperação dos detentos, atingiu um patamar incontrolável. Na última delas, em plena Semana Santa, no presídio de Corumbé, em Cuiabá, Mato Grosso, seis presos foram mortos – um deles teve a cabeça decepada – após 68 horas de motim. Maus-tratos, demora na revisão de penas e desentendimentos entre líderes do movimento e demais presos foram as causas, que se repetem também em outros presídios. Há dois anos, uma outra rebelião naquele mesmo presídio resultou na morte de 11 presos.

Em meio a essa explosão de motins nos presídios, o relatório da Organização das Nações Unidas sobre a tortura policial no Brasil, divulgado dia 10 de abril, continua fervilhando nas mãos do governo e de especialistas no tema.

Após percorrer, a convite do governo brasileiro, no ano passado, presídios e delegacias de cinco estados, o relator especial da ONU, Nigel Rodley, fez uma série de recomendações para reduzir a violência. Algumas delas: abertura de registro de custódia para qualquer pessoa detida, com os motivos da prisão, a identidade dos policiais que a efetuaram, hora e razões para qualquer transferência; o governo deve introduzir gravações em vídeo e áudio nas salas de interrogatório; ante alegações de tortura ou maus-tratos, o ônus da prova deve mudar; criação em todos os estados de programas de proteção às testemunhas e implementação de juiz-investigador.

Recomenda, ainda, que os tribunais comuns julguem crimes cometidos pela Polícia Militar e que haja médico para examinar qualquer pessoa levada ou retirada de local de detenção. Propõe também a criação de conselhos comunitários com acesso irrestrito a todas as prisões. Nigel Rodley considerou urgente, antecipando a explosão deste início de ano, o fim da superlotação dos presídios, apontada como principal causa dos motins e do fortalecimento da influência do crime organizado sobre a massa carcerária. ■

Médicos vs. planos de saúde

O Conselho Federal de Medicina (CFM) divulgou resolução normativa proibindo as operadoras de planos de saúde de desligar ou descredenciar médicos, exceto por decisão motivada e justa, garantindo ao médico o direito de defesa e do contraditório.

A medida entrou em vigor em 7 de abril de 2001, com o apoio da Associação Médica Brasileira (AMB) e foi motivada pela série de denúncias de descredenciamento deliberado de médicos, conseqüentemente prejudicando pacientes que inesperadamente eram obrigados a interromper tratamentos ou procurar outro consultório.

As operadoras agora estão obrigadas a homologar o desligamento junto ao Conselho Regional de Medicina no qual estejam inscritas e a comunicar previamente os descredenciamentos a seus usuários. Caso o médico queira espontaneamente se desligar, deverá comunicar sua decisão com antecedência mínima de 60 dias.

Em São Paulo, por determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, quinze ex-diretores da Unimed São Paulo tiveram seus bens bloqueados, ficando impedidos de movimentar contas bancárias e vender bens móveis e imóveis. Esses diretores permaneceram na Unimed São Paulo durante quase 23 anos e deixaram, segundo auditoria da Agência Nacional de Saúde, uma dívida de 85 milhões de reais.

A nova diretoria, que assumiu há dois meses, já reduziu em R\$1,8 milhão/mês as despesas operacionais e administrativas. "A luta agora é para recuperar os recursos utilizados de forma duvidosa pela antiga diretoria para pagar dívidas e acelerar o restabelecimento da rede credenciada", informa Cid Carvalhaes, novo presidente da Unimed São Paulo. ■

Os bastidores de Eldorado

Dias antes do protesto nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apoiado por representantes de entidades públicas de Direitos Humanos e dos partidos políticos, que tomou, dia 17, com atos e marchas, as ruas e praças de várias capitais brasileiras, para lembrar o quinto ano do aniversário do massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, um coronel da PM daquele estado quebra o silêncio e faz revelações corajosas contra um superior de farda que poderão mudar o rumo do processo desse sangrento episódio.

Em entrevista ao jornal *O Liberal*, Walmary Prata Carvalho, 32 anos de corporação e há dois anos na reserva, a seu pedido, afirma que está faltando, no banco dos réus do processo Eldorado do Carajás, seu ex-comandante-geral, coronel Fabiano Diniz Lopes. "Foi ele, de forma irresponsável, inconseqüente e desprovido de conhecimento profissional, quem transmitiu a ordem ao coronel Márcio Pantoja, ex-comandante do 4º Batalhão de Marabá, para desbloquear o trecho da rodovia PA-150, ocupado por cerca de 1.200 trabalhadores rurais sem terra", acusa. Naquela desastrosa operação militar, realizada por 150 policiais militares dos batalhões de Marabá e Parauapebas, lembra, 19 trabalhadores rurais sem terra foram mortos e outros 66 saíram feridos. "Se Lopes fosse, realmente, um comandante de homens, deveria ter assumido a responsabilidade desde o começo. Se não fosse apegado a um cargo de comando, não teria usado da covardia que usou", desabafa.

Carvalho revela que o Estado-Maior da PM não foi consultado para traçar a estratégia de ação na rodovia. "Não tomamos conhecimento da saída da tropa e nem do momento em que ela iria entrar em ação. Uma operação daquele naipe teria que ser antecedida por um estudo preliminar do Estado-Maior, considerando todas as possibilidades – do diálogo ao confronto", explica o coronel da reserva, que na época res-

pondia pela Diretoria de Pessoal. Na sua opinião, se Lopes tivesse ouvido o Estado-Maior e enviasse uma tropa preparada, no caso o Batalhão de Choque, de Belém, as mortes poderiam ter sido evitadas. O erro maior de Pantoja foi cumprir uma missão sem exigir os pré-requisitos para a segurança de sua execução. "Além de não ter equipamentos adequados, Pantoja foi para a



A impunidade dos autores do massacre comprova o descaso com que a crise agrária é tratada no país

área num horário inconveniente, no final da tarde, anoitecendo, para desobstruir a rodovia, quando o horário ideal seria a parte da manhã. Sem ter como agrupar o seu efetivo para revidar a agressão sofrida dentro do treinamento que é exigido para esse tipo de ação, perdeu o controle da tropa", conta. No julgamento dos militares, em agosto de 1999, o coronel Walmary Carvalho, arrolado como testemunha de Pantoja, alega que seu depoimento foi curto e prejudicado, "pois as perguntas eram direcionadas, sem que tivesse chance de dizer o que sabia". Outros oficiais, diz na entrevista, temendo represálias, acabaram desistindo de contar a verdade. ■

Índio morre por terra

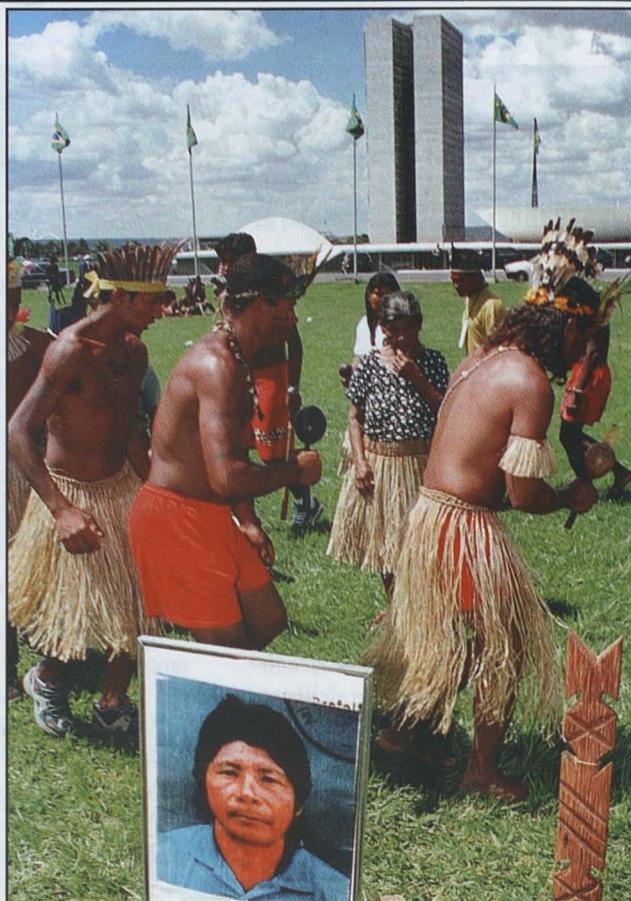
As estatísticas de um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) contendo assassinatos de índios brasileiros, que, entre 1993 e 1998, chegaram a 194 casos – um deles, a morte do pataxó Galdino Jesus dos Santos, incendiado por jovens da classe média alta num ponto de ônibus, em Brasília, transformou-se em símbolo de resistência à discriminação contra esses povos –, ganharam mais duas vítimas. No dia 26 de março, o índio caiová Avaparendy (Samuel Martyns) foi morto em Mato Grosso do Sul, numa emboscada planejada por fazendeiros da região. Os índios – cerca de 150, incluindo crianças, foram recebidos à bala quando se preparavam para retomar o tekohá (seu território) invadido por fazendeiros, diz relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), com base nas investigações da Polícia Federal que aponta o presidente do Sindicato Rural de Amambaí, Gumercindo Bonamingo, e o vice-prefeito da mesma cidade, Wilson Nunes, como principais suspeitos e mandantes do assassinato. A outra vítima foi o índio guarani Vicente Cândido de Lima, 39 anos, morto em 23 de abril por dois tiros disparados por PMs na área da reserva indígena de Laranjinha, norte do Paraná.

O delegado da PF, Adelar Anderle, já sabe que o tiro que atingiu o coração de Avaparendy saiu de uma arma calibre 22. Um rifle do mesmo calibre foi encontrado na casa do sindicalista Bonamingo, além de uma escopeta calibre 12 e uma caixa de bombas de fabricação caseira. O depoimento de testemunhas indicam também a participação de Wilson Nunes.

Os dois suspeitos podem ser indiciados por homicídio qualificado (crime hediondo) no inquérito que apura a emboscada. Para o Cimi, o arsenal encontrado pela Polícia Federal é suficiente para a investigação de formação de quadrilha.

Os fazendeiros, segundo o Cimi, sabiam que esses índios queriam retornar à sua terra tradicional, como tentaram fazer duas vezes antes de acontecer o crime.

Em janeiro, dois índios da tribo trucá, em Pernambuco – José de Nô Felix Filho, 38, e o filho dele, José Nilson Gomes Felx, 16 – foram mortos a tiros e tiveram seus corpos mutilados e carbonizados em Cabrobó, sertão do estado. As Polícias Federal, Civil e Militar investigam o suposto envolvimento de PMs no assassinato desses índios. A versão das lideranças da aldeia é que José e seu filho foram seqüestrados e assassinados por



Vários índios fazem uma dança ritual diante do Congresso em 19 de abril, lembrando o seu dia e os quatro anos da morte do pataxó José Galdino dos Santos

vingança, em represália à morte de dois policiais num confronto com grupo armado.

O relatório produzido pela ONU, a partir de consultas a quase dois mil representantes da sociedade civil, inclui assassinatos de índios, falta de acesso dos negros ao mercado de trabalho e redução das verbas governamentais para algumas áreas sociais.

Entre os exemplos específicos de massacres, o documento cita as mortes de índios ticunas e

ianomâmis, assassinados por fazendeiros e madeireiros. O Conselho Indigenista Missionário considera a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das demarcações de terras indígenas mais uma articulação para colocar esses povos como reféns em manobras políticas que utiliza vidas humanas como moeda de troca, tendo como alvo principal as áreas ianomâmis no Amazonas e em Roraima, classificadas como “muito extensas”. ■



Foto: Agência Brasil

O Conselho Nacional de Pesquisas comemorou seus 50 anos de atividades em abril, com solenidade que contou com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso, D. Ruth e o vice Marco Maciel, além do ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, e do presidente do CNPq, Evando Mirra. A comunidade científica tem reclamado da insuficiência de recursos para os grupos de pesquisa em atividade

Idec denuncia transgênicos

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) divulgou o resultado de mais um teste de detecção de ingredientes transgênicos nos alimentos vendidos no Brasil. Foram analisados 26 produtos entre nacionais e importados: oito apresentaram contaminação (cinco são reincidentes) com soja transgênica Roundup Ready (RR), da Monsanto.

Todos os produtos importados apresentaram contaminação, mas entre os nacionais houve diminuição. Por isso, o Idec está recomendando aos consumidores que evitem produtos importados, sobretudo dos Estados Unidos e da Argentina, que contenham soja e milho, pois são amplas as possibilidades de que estejam contaminados por misturas com transgênicos. Apesar da omissão das autoridades federais quanto à fiscalização (veja, a propósito, na edição 229 de **cadernos**, entrevista com Adão Preto, página 22: "A CTNBio não existe e seus atos são ilegais"), algumas empresas reprovadas no ano passado trouxeram bons resultados este ano e ainda cinco indústrias alimentícias entregaram análises laboratoriais e/ou certificados. Dentre os documentos apresentados por algumas indústrias, há resultados negativos de testes realizados no Brasil com os mesmos produtos em que foram detectados rastros de transgênicos pelos testes encomendados pelo Idec. Como ainda não existe critérios definidos, a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia) não irá pedir às empresas que recolham seus produtos.

Os produtos que apresentaram contaminação com soja transgênica no último teste são os seguintes: ProSobee Preparo Instantâneo, da Bristol Myers Squibb Brasil (norte-americana); Cup Noodles, da Nissin, Ainomoto Alim. Ltda. (EUA); In Natura, Mistura de Cereais, da AUF Naur Ind. E Com. De Prod. Naturais Ltda. (Brasil); Aptamil Soja 1, da argentina Support Produtos Nutricionais Ltda.; Nestogeno com soja, da Nestlé (Brasil); Supra Soy Integral, da belga Joaquim Oliveira SA Participações; Creme de Milho Verde Knorr, da Refinações de Milho Brasil (Brasil), e a Broinha de Milho

Yoki, da Yoki Alim. SA (Brasil), que já retirou o produto do mercado.

Pela legislação brasileira e pela ordem judicial vigente, é proibido produzir e comercializar produtos transgênicos, independente do percentual, o que torna ilegais os produtos que contenham qualquer proporção dos chamados organismos geneticamente modificados.

Segundo a campanha "Por um Brasil livre de transgênicos", o principal responsável pela desobediência à lei pelas empresas é o próprio governo federal, especialmente a Agência Nacional de Vigi-

de 2001 mostram o crescimento das lavouras transgênicas norte-americanas. Mistério?

A redução verificada entre 1999 e 2000 foi atribuída aos maus resultados da colocação da produção no mercado internacional, onde os produtos transgênicos sofrem da mais profunda desconfiança da comunidade científica, principalmente dos países desenvolvidos. Assim, os agricultores norte-americanos reduziram suas plantações desse tipo. Mas por que aumentaram agora as lavouras transgênicas? Segundo informações divulgadas pela campanha "Por um Brasil livre de transgênicos", a explicação é mais dramática do que se poderia supor:



Os setores rurais estão combatendo os transgênicos no mundo todo, devido aos riscos para a saúde e à dependência em que ficariam ante o oligopólio produtor das sementes modificadas. Na foto, lavradores do MST destruindo plantação ilegal da Monsanto, no Rio Grande do Sul

lância Sanitária (Anvisa), além do Ministério da Agricultura e a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que não regulamentaram a matéria, não fiscalizam nem controlam os campos experimentais e a importação de produtos alimentícios contaminados.

Nos Estados Unidos, estatísticas agrícolas do ano passado indicavam a redução da área plantada com sementes transgênicas naquele país, em relação ao ano anterior. Mas dados divulgados agora em abril

mesmo com o mercado internacional bastante bloqueado, os fazendeiros ianques já não dispunham de sementes convencionais próprias, nem as encontraram para comprar nas quantidades necessárias. Viram-se obrigados a dobrar-se diante do oligopólio das sementes transgênicas. Os números de abril do Departamento de Agricultura dos EUA estariam mostrando, assim, o triunfo, dentro daquele país, das empresas, como Monsanto e Aventis, que decidiram impor suas sementes modificadas ao mundo. ■

DEZ ANOS

1991
MARÇO
2001

DE SUCESSO!

ECOLOGIA

E DESENVOLVIMENTO



A revista *Ecologia e Desenvolvimento* foi considerada diversas vezes a melhor publicação do Brasil na sua categoria, o que se traduziu em numerosos prêmios recebidos ao longo dos seus dez anos. Pioneira no nosso país, ela goza hoje de grande prestígio em toda a América Latina



FAÇA ALGUMA COISA PELO SEU PLANETA. ASSINE ECOLOGIA!

Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa - 20241-080 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (55 XX 21) 221-7511 - Fax: (55 XX 21) 252-8455 - e-mail: etm@etm.com.br - www.etm.com.br

O que eles dizem...

“Como o comércio aberto é uma das minhas principais prioridades para o nosso hemisfério, conseguir o TPA (autorização para fazer acordos comerciais sem exame parlamentar prévio) é uma das minhas principais prioridades no Congresso”

Presidente George W. Bush, dos EUA, definindo sua disposição de implantar a Alca, segundo os interesses de seu país

“Reafirmamos o efetivo desejo da Abimaq de que os estudos sobre a Alca sejam aprofundados, permitindo decisões soberanas do país”

José Luiz Delben Leite, empresário e presidente da Abimaq, em carta ao chanceler Celso Lafer, estranhando a demissão do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães de cargo no Itamaraty, por expressar posições contrárias à forma submissa que o Brasil vem adotando nos debates sobre a Alca

“Queremos nosso avião de volta”

Richard Boucher, porta-voz do

Departamento de Estado norte-americano, às vésperas das negociações com os chineses sobre o avião-espião em Hainan

“Autoridades norte-americanas fizeram muitas declarações irresponsáveis, confundindo o que é mentira e o que é verdade”

Zu Bangzau, em resposta aos repetidos ultimatos de Washington

“É inacreditável que as pessoas sejam proibidas de deixar suas cidades ou de retornar a elas”

D. Michel Sabbá, patriarca latino de Jerusalém, criticando a repressão israelense nos territórios palestinos

“Se Israel pensa que pode parar com a violência com essa política, o tiro vai sair pela culatra”

Hosni Mubarak, presidente do Egito

“Não acredito que o Protocolo de Quioto possa sobreviver sem a adesão dos EUA”

Robert Hill, ministro do Meio Ambiente da Austrália, justificando a decisão de seu país de seguir os EUA no boicote ao compromisso mundial de reduzir as emissões de gases do efeito estufa

“Posso citar 24 oficiais indonésios como pessoas-chave no processo”

James Dunn, cônsul australiano em Timor Leste, ao apresentar à ONU relatório sobre a violência após o plebiscito de 1999. A ONU está sendo pressionada a estabelecer um tribunal internacional para julgar os crimes contra a Humanidade na ex-colônia portuguesa

“O capital financeiro governa cada vez mais completa e diretamente”

Guillermo O'Donnell, cientista político argentino, a respeito da entrega de seu país ao capital especulativo

“A Eletrobrás e suas subsidiárias têm em caixa três bilhões de reais”

Firmino Sampaio, ao deixar o cargo em decorrência da briga entre o senador ACM e o governo, criticando a decisão oficial de não investir na geração de energia

“O rio São Francisco é a única fonte perene de água do Nordeste. A privatização da Chesf é um risco”

Firmino Sampaio, ex-presidente da Eletrobrás, na mesma ocasião

“Compraram empresas com baixo nível de endividamento, principalmente as federais, e logo tomaram dinheiro emprestado para comprar novas organizações. A Eletrobrás poderia ter investido mais na construção de termelétricas, mas não o fez por proibição legal do Congresso. Quando procurávamos o deputado-relator do projeto, ele dizia que era determinação do governo”

Firmino Sampaio, ex-presidente da Eletrobrás

“Não tenho compulsão de ser cabeça de chapa à presidência da República”

Governador Itamar Franco (PMDB), de Minas, tendo ao lado o líder do PDT, Leonel Brizola, e admitindo a possibilidade de compor chapa como vice de Ciro Gomes, do PPS

“Se ele não sair, nós vamos recorrer à Justiça”

Governador Itamar Franco, censurando a permanência de Jader Barbalho, presidente do Senado, no comando do PMDB

“Se for verdade, será um crime inominável”

Jader Barbalho, presidente do Senado, exibindo espanto ante a comprovação da violação do painel de votação da Casa na sessão de cassação de Luís Estêvão. São responsabilizados os senadores ACM, então presidente do Senado e inimigo de Jader, e o atual líder do governo, José Roberto Arruda

“É gravíssima a violação do painel do Senado”

Presidente FHC, exibindo igual espanto

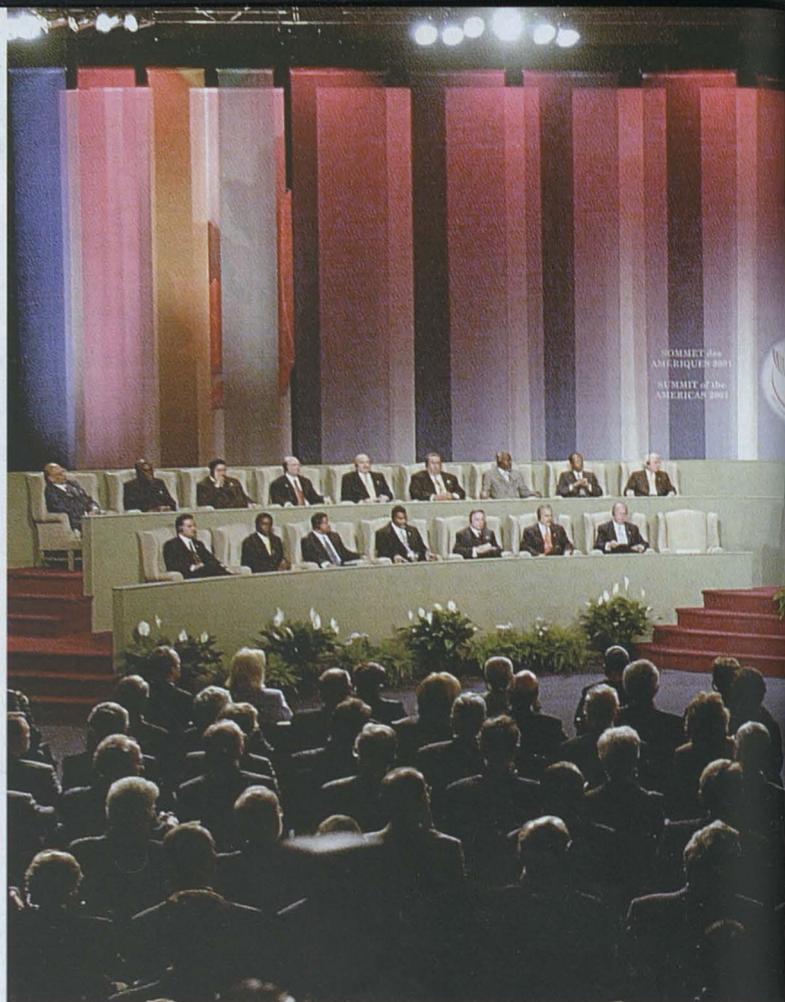
“Fui pressionado pela família e pelos companheiros no estado (Santa Catarina). (A CPI da Corrupção) será boa até para o governo, porque se não o presidente FHC vai passar à história com o estigma de quem quis impedir as investigações”

Senador Casildo Maldaner (PMDB), ao explicar sua decisiva assinatura no requerimento da CPI

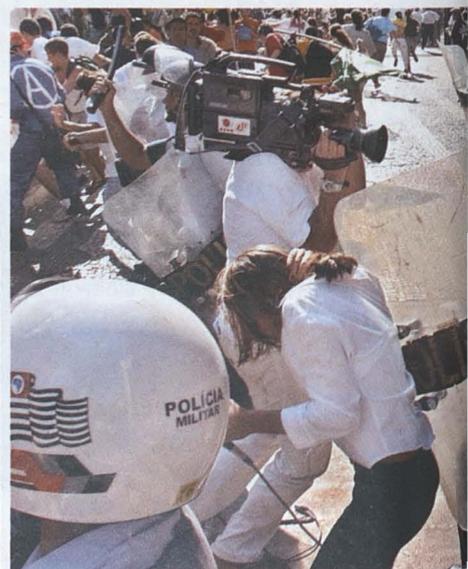
“Fica mais barato evitar que as pessoas adoçam. Gostaríamos que todos, antes de apresentarem os sintomas, marcassem uma vez por ano uma consulta com o clínico geral no posto de saúde”

Dra. Regina de Leo, do Centro Municipal de Saúde de Copacabana, Rio, comentando pesquisa da ONU que indicou os problemas de saúde do carioca

A localização de focos de corrupção, roubo e abusos de poder no nosso país, compra de votos na Câmara para a reeleição, escândalo na construção do TRT em São Paulo, piratarias no DNER, Sudam e Sudene, assalto ao painel de votação no Senado e tantos outros revelaram avançada degradação no trato da coisa pública, mas também permitiram êxitos na luta e reações contra uma situação que se repete pelo continente



OPINIÃO PÚBLICA EX





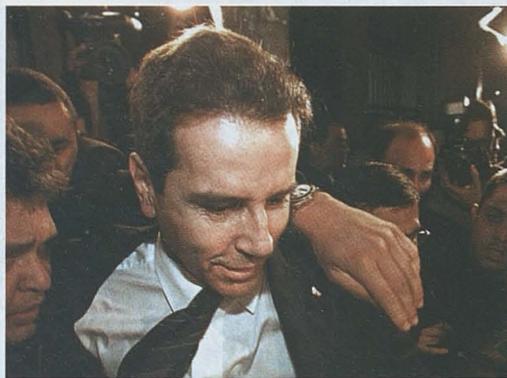
Sob influxo dos centros desenvolvidos, os setores dominantes dos países em desenvolvimento, com raras exceções, têm se curvado ao objetivo de forjar uma realidade adequada aos lucros do capital internacional. Esta espécie de missão não vem ocorrendo sem que as nações e seus cidadãos assistam, em nosso continente, a uma estarrecedora deterioração dos valores políticos e das práticas administrativas. É como se os dirigentes escolhidos não mais precisassem observar os direitos e os interesses de seus povos, ou como se a democracia não precisasse ser mais que uma representação farsesca.

A situação que hoje faz do brasileiro um cidadão desiludido e indignado repete-se, como em série, por muitos outros países, na atmosfera permissiva e antinacional que o neoliberalismo trata de alimentar e quer tornar permanente.

Em um campo mais amplo, os fatos ocorridos nas nossas relações internacionais são de extraordinária importância e estão intimamente ligados à situação econômica do país. O problema do Mercosul é um deles, mas não o único. A presença de Domingo Cavallo como um virtual primeiro-ministro do governo De la Rúa colocou os setores mais colonialistas do poder nos Estados Unidos e das grandes multinacionais norte-americanas no centro de decisões da Argentina.

A meta principal é debilitar ou mesmo acabar com o

EXIGE TRANSPARÊNCIA



O solene plenário de Quebec parece distante, mas está intimamente ligado à desagregação política que varre as Américas como vento de mudanças negativas. Aqui, os casos do painel do Senado e do TRT são emblemáticos e começam a levar a opinião pública às ruas em protesto. Nas fotos, o senador José Roberto Arruda e Regina Célia Peres Borges, protesto em São Paulo, Luís Estêvão e o juiz Nicolau


Ministério da Justiça
 Departamento de Polícia Federal

PROCURA-SE



Nicolau dos Santos Neto

Possui mandados de prisão expedidos pela Justiça Federal em São Paulo

Disque-Polícia Federal: 0800 61 4333

Ou entre em contato com a unidade da Polícia Federal mais próxima.

E-mail: dcs@dpf.gov.br Home-Page: <http://www.dpf.gov.br>

Mercosul. Na verdade, o pacto regional ainda não afetou os interesses norte-americanos. Mas sua consolidação diplomática e econômica a torna mais atraente para europeus, asiáticos e africanos com a ampliação de seus negócios com o Mercosul, reduzindo sua dependência dos Estados Unidos. Estes não têm assim qualquer interesse em fortalecer o bloco e, se puderem dificultar sua expansão, não perderão a oportunidade.

Essa tarefa, porém, não será fácil. Mais de um terço das exportações argentinas (36,8%) são para o Brasil e delas 60% são de produtos manufaturados. Isso gera para a Argentina, em relação ao Brasil, superávit de aproximadamente 600 milhões de dólares.

Bush está atuando pelo outro lado. Sem que a Argentina pedisse dinheiro, pelo menos publicamente, anunciou em âmbito estranho ao problema, como era a reunião de Quebec, que a Casa Branca iria apoiá-la financeiramente.

A impressão dos meios diplomáticos, recolhida por nossa reportagem na Argentina, Uruguai e Paraguai, é que os três países só têm lucrado com o Mercosul. Mesmo assim, parlamentares e diplomatas em Brasília esperam que cres-

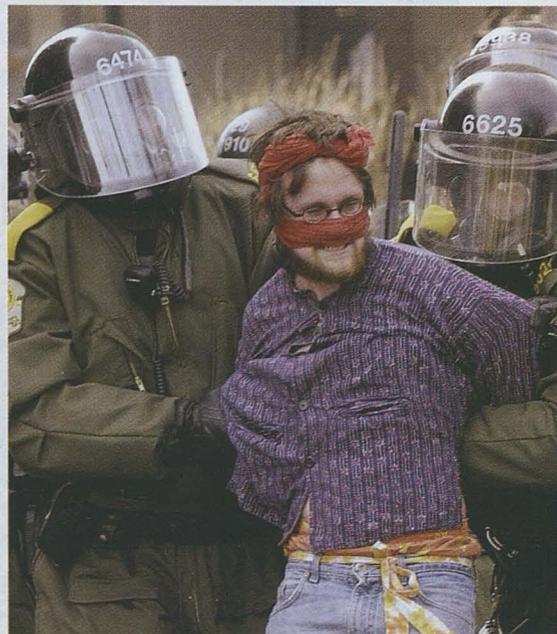


Acima, protesto no Equador, país onde o povo já levou um presidente à deposição. Abaixo, manifestantes em Quebec aguardam, amarrados, a hora de serem levados para a cadeia, por protestarem contra as ameaças econômicas, políticas e sociais representadas pela Alca





Fotos: AFP



centes resistências no Mercosul, estimuladas pelo governo norte-americano, sejam provocadas por Cavallo ou por outros Cavallos em lugares-chave no Uruguai e Paraguai.

"O Brasil confia muito no futuro do Mercosul e tem plena consciência de que, nesta etapa, nosso país tem mais a contribuir do que a receber dos seus parceiros", disse a **cadernos** um alto funcionário do Itamarati.

O problema da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é mais complexo. Washington está muito empenhado na sua institucionalização. Conseguiu adesão incondicional da Colômbia, Argentina, Chile, Uruguai e outros países menores da América Central e Caribe. Acenou-lhes com ganhos imediatos, apontando, como exemplos, Canadá e México, que nada têm a ver com o resto do continente.

O nome é sedutor: Área de Livre Comércio das Américas. É possível que alguns países da região, já política e economicamente dependentes, possam ter alguma vantagem na balança comercial. Outros, não, principalmente o Brasil.

O problema central está no cumprimento da cláusula do "livre comércio", que, embora esteja inscrito no nome do acordo continental, não tem nada a ver com a realidade do comércio de vários países com os Estados Unidos, sobretudo o Brasil.

Os Estados Unidos estão hoje entre as nações mais protecionistas do mundo. Vários produtos latino-americanos, como aço, minérios, açúcar, laranja e outros não podem concorrer com os similares de lá pelas medidas fiscais e aduaneiras que os protegem e tornam impossível a concorrência. Washington estaria disposto a fazer concessões? Não.

Indagamos a um diplomata brasileiro, que tem participado de negociações com os Estados Unidos, se seus delegados revelam algum indício de concessões nesse sentido, mesmo pequenas. A resposta foi categórica: "Não. Jamais", disse o diplomata.

O povo está contra

O governo brasileiro, nesse problema, tem tido posição correta e interpretado o pensamento do país, manifestamente contrário à Alca. Se for aprovado o projeto de plebiscito do senador Saturnino Braga (PSB-RJ), para que, conjuntamente, com o voto para presidente da República, no ano próximo, o eleitor se manifeste sobre a Alca, não há dúvida de que a esmagadora maioria irá tornar histórico um pronunciamento nacional contra a entrada no bloco continental. É, como se vê, um momento decisivo no Brasil e na América Latina.

Washington mais uma vez entra com o jogo clássico, através da manipulação a

Bush achava graça da risada da presidente do Panamá, Mireya Moscoso, enquanto intransponível barreira policial dissolvia os protestos de manifestantes de todo o continente em Quebec

favor de seus interesses na Alca. Mas enfrenta forte reação - não só nos parlamentos, como também nos partidos políticos e organizações populares - e imensos protestos, como os de Quebec e de vários países da América Latina, inclusive o Brasil.

Pesquisas de opinião indicam que quase 90% dos entrevistados condenam a corrupção que domina o nosso país e exigem medidas radicais do Congresso, inclusive cassação dos responsáveis, e a condenação à atitude do presidente Fernando Henrique Cardoso e de sua base de sustentação no Congresso, que se esforçam para bloquear a aprovação da CPI contra a corrupção. ■

INDUSTRIAIS defendem soberania

O Brasil precisa de desenvolvimento e justiça social no presente e no futuro, diz empresário

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Carlos Delben Leite, enviou carta ao chanceler Celso Lafer, na qual, surpreso, lamenta a demissão do diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Itamarati (Ipri), embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, após palestra sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) na entidade.

No final do ano passado, o embaixador já incomodara o Itamarati, ao declarar à imprensa que “as características da pauta de comércio exterior e de origem de investimentos estrangeiros do Brasil tornaram altamente inconveniente a participação brasileira no eventual bloco econômico, dominado pelos interesses e pela dinâmica da economia dos Estados Unidos. Com a Alca, esse mercado realizaria seu desígnio histórico de incorporação subordinada da América Latina a seu território econômico e à sua área de influência político-militar”.

Na carta ao chanceler, o presidente da Abimaq disse que o debate “Alca: riscos do presente, metas do futuro”, enfocou “tema de interesse nacional maior, que necessariamente deve envol-

ver toda a sociedade brasileira e, em especial, os empresários, dados os riscos e oportunidades que contempla.” Delben Leite frisou que Pinheiro Guimarães opinou em caráter pessoal.

Ele expôs ainda a posição do empresariado: cautela em relação à Alca e crítica quanto à política econômica brasileira: “A Abimaq considera que o mercado da Alca poderá ser extremamente atraente, se

o país estiver preparado, mas preocupa-se muito com a condução do assunto, considerando que, no mínimo, precisamos de políticas econômicas adequadas e voltadas para o aprimoramento e indução de maior eficiência em todos os setores da economia brasileira, a exemplo de uma bem-feita reforma tributária, a atualização e flexibilização da legislação trabalhista, a redução dos custos de capital, a implementação de mecanismos apropriados para a aceleração do desenvolvimento tecnológico brasileiro, a preparação de nossos recursos humanos e a eliminação, enfim, dos demais elementos do ‘Custo Brasil’, antes de qualquer comprometimento com o bloco. Há enorme elenco de ações que devem ser adotadas, embora ainda não vejamos o governo brasileiro debruçado de forma decisiva sobre as questões envolvidas para o seu necessário equacionamento”, destacou o presidente da Abimaq.

Estratégia

“Vossa Excelência, que tem nossa admiração, pediu maior participação do empresariado no debate sobre a Alca. Nosso evento – bem como nossas manifestações em artigos e entrevistas – segue a mesma linha, onde diferentes opiniões precisam ser ouvidas, avaliadas e respeitadas. (...) Reafirmamos, assim, o efetivo desejo da Abimaq de que os estudos sobre a Alca sejam aprofundados, permitindo decisões soberanas do país, fato que atenderá a todos os interessados em construir o nosso presente e o nosso futuro com desenvolvimento e justiça. A decisão brasileira de associar-se a este ou àquele bloco econômico merece profunda reflexão, pois envolverá, em seu bojo, o comprometimento da atual e das futuras gerações de brasileiros”, alertou Delben Leite. ■



FHC recebeu em abril o presidente Hugo Chávez, que representa a primeira reação sul-americana às políticas da globalização desnacionalizante e antissocial



Manifestantes pedem a apuração dos atos de corrupção, denunciados até pelo senador Antônio Carlos Magalhães. A opinião pública vem se expressando contra a impunidade, em atos, como este de Brasília, e manifestações em programas de rádio e Tv e colunas de cartas na imprensa

Cidadãos pedem CPI

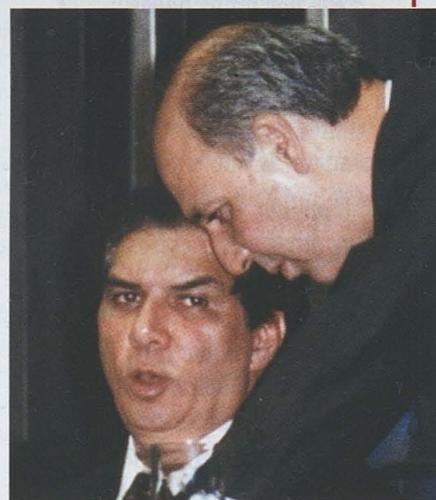
As dúvidas sobre a violação dos computadores do plenário do Senado acabaram. Na terça-feira, 17 de abril, o presidente da Casa, Jader Barbalho (PMDB-PA), anunciou o resultado da perícia feita pelos técnicos da Universidade de Campinas, informando que os computadores foram violados para que se pudesse imprimir o resultado da sessão que cassou o mandato do ex-senador Luís Estevão (PMDB-DF).

A confirmação se deu após a confissão feita pela ex-diretora do Serviço de Processamento de Dados (Prodasen), Regina Borges, que acionou seus funcionários para permitir a violação do mapa de votação. Regina, militante do PSDB do Distrito Federal, contou os detalhes da véspera da votação, dizendo ter sido procurada pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) com um pedido do então presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), para que alterassem o sistema dos computadores, permitindo a impressão dos resultados. Os dois senadores serão, agora, levados à Comissão

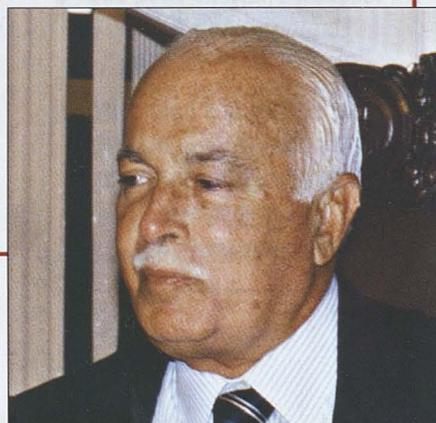
de Ética da Casa, presidida por Ramez Tebet (PMDB-MS).

Na mesma tarde em que foi divulgado o resultado da perícia, a oposição conquistou as 27 assinaturas de senadores para instalar a CPI da Corrupção, mas ao fecharmos esta edição, ainda precisava de adesões na Câmara para fazer a CPI Mista. O senador Arruda confessara o envolvimento no caso do painel e se afastara do PSDB, que o repudiou de diversas maneiras. Já o senador ACM ainda se preparava para discursar no Senado, sem mostrar abalos e antecipadamente insinuando não haver condições reais para que se promova sua cassação - sem dar maiores explicações.

Ex-secretário de Obras de Brasília, José Roberto Arruda elegeu-se pela legenda do PMDB, com o apoio explícito do presidente e do atual ministro da Saúde, José Serra, derrotando o candidato do próprio PSDB, Sigmaringa Seixas. Pouco depois, assumiu a liderança do PSDB no Senado e tornou-se interlocutor privilegiado do presidente da República. ■



Jader Barbalho e José Roberto Arruda, antes que se confirmasse a violação do painel do Senado. Abaixo, Antônio Carlos Magalhães, autor de denúncias contra Jader e mentor de Arruda no plano



Opiniões

**“Arruda que se vire.
Eu o aconselhei a deixar
o cargo de líder e
ele não me ouviu”**

*Presidente FHC a um deputado,
na viagem ao Canadá*

**“Corajoso e digno o
depoimento do senador
Arruda. O caminho da
verdade é o único que
permite ao político
recuperar a credibilidade”**

*FHC, em nota após a confissão
e um dia antes de o PSDB
forçar a saída do senador*

**“Ele nos fez de bobos.
Deveria nos poupar do
constrangimento e renunciar”**

*Senador Roberto Requião
(PMDB-PR)*

**“É melhor ser surdo do
que ouvir certas coisas”**

Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)

**“Tudo tem que ser
aprovado. As declarações
da secretária foram
contundentes e chocaram
o país. Elas revelaram a
podridão política que dá
nojo. Acho que há provas
suficientes para cassar
os responsáveis”**

*Governador Anthony Garotinho, do Rio,
em entrevista a Pereira da Silva,
do Jornal do Commercio*

**“Ficar comovida é uma coisa.
É claro que isso não me leva
a atenuar o crime praticado.
Justiça é justiça”**

Senadora Marina Silva (PT-AC)

Corrupção ameaça a governabilidade



**Projeto de 1997 contra
compra de votos ainda não
saiu da Comissão de Justiça**

As posições do presidente Fernando Henrique Cardoso, impedindo que seus senadores e deputados assinassem o requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito contra a Corrupção, encontraram fortes reações no Congresso, mesmo entre seus partidários. Parlamentares não encontram justificativa para a atitude do presidente, pois entendem que a punição de corruptos só fortaleceria a posição do governo, tanto no país, quanto no exterior.

O mais grave são as reações do governo à apuração de atos de corrupção como os atuais. Um exemplo é a petição da CPI para investigar a compra de votos de parlamentares para se aprovar a reeleição. A petição, de que foi primeiro signatário o deputado Neiva Moreira (PDT-MA), então líder do Bloco da Oposição, não saiu ainda da Comissão de Justiça. O projeto foi apresentado em 14 de maio de 1997 e o parecer do relator, deputado Jutahy Júnior, atual líder do PSDB na Câmara, contrário à CPI, sequer foi votado.

A batalha de nova CPI contra a corrupção ainda não superou as barreiras da resistência do governo para evitar o número legal de assinaturas.

Senador Ramez Tebet é presidente da Comissão de Ética do Senado, à qual caberá se pronunciar sobre o comportamento dos senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda na violação do painel de votação durante a cassação de Luís Estêvão

As duas CPIs

O projeto de resolução nº 131 propõe, desde 1997, a instalação de uma CPI “destinada a investigar denúncias de compra de votos de deputados, com a finalidade de fraudar a liberação da Câmara sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 01/95, que trata da reeleição de mandatos executivos”.

Na justificativa de sua proposta, o deputado Neiva Moreira lembrava a reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, com denúncias sobre a compra de votos. “As denúncias baseadas em diálogos gravados, testemunhos e conversas, revelam que vários deputados desta Casa tiveram comprados seus votos.

De acordo com as denúncias, os votos teriam sido comprados pelos (então) governadores do Acre e Amazonas. A gravidade dessas denúncias, que sugerem a prática de atitudes incompatíveis com o decoro parlamentar, além de caracterizar crimes definidos no Código Penal, impõe ação imediata desta Casa.”

A petição terminava com a afirmação de que “a intenção dos subscritores desta é a retomada da defesa intransigente do Poder Legislativo, de sua reafirmação enquanto Poder autônomo e independente.”

O parecer do relator, deputado pessedebista Jutahy Júnior,





Eduardo Jorge Caldas, pelas posições estratégicas que ocupou, é uma caixa de segredos que a CPI pretende abrir no esforço de alcançar a catarse política que a opinião pública brasileira está pedindo

sugeriu a rejeição da proposta, alegando inconstitucionalidade e injuridicidade. O relator argumentou que “os fatos ali descritos baseiam-se em meras suposições decorrentes de notícias veiculadas pela imprensa, sem qualquer indício mais veemente. Essas questões, por outro lado, restam superadas, não tendo havido, no âmbito de apuração interna das Casas Legislativas que compõem o Congresso, a demonstração cabal de qualquer irregularidade nesse sentido.”

Não votada até hoje, a proposta dessa CPI receberá novo relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), depois de ter sido arquivada em 2/2/99 e desarquivada em 17/3/99, voltando à CCJ em 10/5/2000.

A chamada CPI da Corrupção, que as oposições tentam instalar desde março, comprovam os esforços do governo para impedir as apurações de casos que vêm estarecendo a cidadania brasileira. Ao fecharmos esta edição, apesar do impacto dos acontecimentos relacionados com a violação do painel do Senado, ainda faltavam assinaturas de deputados para o encaminhamento da proposta, fundamentada em denúncias da imprensa e de autoridades, como procuradores da República e do próprio senador Antônio Carlos Magalhães.

“A elucidação desses fatos interessa à nação brasileira, cansada de ver tanta corrupção e malversação do dinheiro público, sem a devida apuração e punição dos responsáveis. Diz respeito, por conseguinte, ao Congresso Nacional no seu conjunto”, justificam os autores do requerimento.

A CPI da Corrupção propõe-se a investigar 16 casos onde considera que há há abun-

dantes evidências de corrupção. A lista enumera as denúncias no âmbito da Sudam, a conta secreta do ex-ministro Sérgio Motta e sócios em Cayman, a atuação de Eduardo Jorge Caldas, assessor do presidente Fernando Henrique por longos anos, inclusive como secretário-geral da Presidência, além da privatização do sistema Telebrás e atos de Ricardo Sérgio de Oliveira, diretor do Banco do Brasil indicado pelo governo. Há também os casos da liberação irregular de precatórios pelo DNER, denúncia de troca de favores entre Andrea Matarazzo, secretário de Comunicação da Presidência, e agências de propaganda e publicidade, para reforçar o caixa eleitoral do partido governista, além da atuação do Banco Central em casos que geraram prejuízos de bilhões de dólares ao Brasil. Pretende-se apurar ainda o caso Banpará, em proveito do senador Jader Barbalho, depósitos ilícitos no exterior beneficiando a empreiteira OAS, também alvo de denúncias de crime tributário. Já o caso Pasta Cor-de-Rosa refere-se a financiamento eleitoral ilegal pelo falido Banco Econômico e envolve a vinculação a este do senador Antônio Carlos Magalhães, relacionado também com contas fantasmas no Citibank de Salvador, abastecidas com cheques da TV Bahia.

A CPI, cuja constituição o governo tenta impedir de todas as formas, inclui ainda investigação dos desvios de dinheiro no âmbito das Docas da Bahia, de Santos e Codesp e também na Infraero, além do caso de pagamento de 190 milhões de reais da Eletrobrás/Eletronuclear e Furnas, a título de indenização, a distribuidoras privadas de energia. ■

Opiniões

“Não conhecia, não vi, não tomei conhecimento, não fui informado e não sei se existe a tal lista de votação”

Senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), ao rebater a confissão de Regina Peres Borges

“Quando o dr. Domingos me entregou o envelope de papel pardo, eu o abri. Lá estava a lista de votação. Eu li”

Senador José Roberto Arruda, ao confessar

“Na minha presença, o senador ACM pediu que ligassem para a dra. Regina e agradeceu o envio da lista”

Senador José Roberto Arruda

“Servi (ao governo) com lealdade, até em situações de natureza muito mais grave do que esta”

Senador José Roberto Arruda

“Arruda falou algumas verdades e outras mentiras. Não tenho medo de ser cassado e sei que não serei cassado”

Senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA)

“Tenho pena do senador Arruda, pelo calvário que está vivendo. Mas não vejo atenuante na confissão. Ele crucificou a ex-diretora do Prodasen”

Senador Jefferson Peres (PDT-AM)

“Falha gravíssima, que pode ensejar cassação. Mas a Casa é política e pode haver clemência”

Senador Amir Lando (PMDB-RO)

“Fato gravíssimo. O gesto de Arruda, no entanto, deve amenizar a sua punição”

Senador Paulo Hartung (PPS-ES)

As favelas querem legalizar mercado informal

Multiplicação de micronegócios em favelas sugere criação de sistema fiscal diferenciado que permita legalização de atividades

Sérgio Meireles

O FENÔMENO DA MULTIPLICAÇÃO dos pequenos negócios nas comunidades carentes pode levar o poder público a promover, mais cedo do que pensava, a reintegração da favela à metrópole, pondo fim à "cidade partida".

No Rio de Janeiro, já há uma justificativa forte, defendida pelos adeptos da legalização da informalidade, para acabar com esse *apartheid* que coloca em lados opostos a cidade formal, com amparo oficial, e a informal, esquecida ou relegada a um segundo plano pelas autoridades. Tal justificativa é o florescimento de um novo tipo de economia, impulsionada pela demanda crescente de um mercado ainda pouco explorado e liderado por pequenos empreendedores com vocação para os negócios.

Nas 650 comunidades faveladas, onde vivem 1,25 milhão de pessoas (22% da população do município) está em atividade um exército de cerca de 100 mil empreendedores informais, todos com muita sede de negócios. É o que revela o consultor e coordenador de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado do Rio de Janeiro (Faciarij), idealizador do Núcleo das Associações Comerciais em Áreas em Desenvolvimento, Rogério Alvaro Serra de Castro. Ele constata que, "a despeito do problema do tráfico de drogas que tomou contornos de

guerra civil, surge nos morros cariocas uma manifestação genuína de cidadania, representada por uma dinâmica atividade de comércio, serviços e até indústria".

Na sua opinião, não há meio mais eficaz de se reduzir o poder do tráfico de drogas do que criar condições favoráveis ao desenvolvimento econômico nas áreas sujeitas à sua influência. "Trabalho e renda funcionam como antídotos à criminalidade", conceitua.

Pode-se dizer que essa economia subiu o morro e se alastra, também, pelas periferias de bairros distantes do centro, como a baixada de Jacarepaguá, onde está encravada a favela que mais cresce na cidade – Rio das Pedras, com mais de 60 mil habitantes.

Em todas as favelas, segundo pesquisas realizadas pela Secretaria Municipal de Trabalho e a Faciarj, proliferam escolas, lanchonetes, restaurantes, padarias, lojas de correios, butiques, oficinas de veículos, confecções, pequenas metalúrgicas e até franquias. A propósito, a rede de material fotográfico De Plá tem como líder em vendas no Rio a loja da Rocinha.

Detentora, por muito tempo, do título de maior favela da América Latina, até ser promovida há seis anos e meio à categoria de 27ª Região Administrativa do Rio de Janeiro, com *status* de bairro, a Rocinha, com mais de 60 mil habitantes, abriga em sua área de 722 mil metros quadrados, entre São Conrado e Gávea, farto cardápio de serviços.

O Anuário Estatístico do Município e a associação comercial e industrial do bairro contabilizam, na ex-favela ou, como se tem chamado agora, no Planeta Rocinha, 2.500 estabelecimentos – desde lojas de eletrodomésticos até igrejas evangélicas, centros espíritas e motel.

Já em Rio das Pedras, que recebe, em média, cinco novas famílias ou trinta pessoas por mês, existem mais de 15 locadoras de vídeo, grandes lojas de móveis e várias academias de ginástica, entre outros serviços. No mundo improvisado dessa favela, até o ano passado, através de um folheto afixado numa imobiliária local, oferecia-se assinatura de tevê a cabo por cerca de dez reais.

Geração de renda

O empresário Jorge Collaro, presidente da Associação Comercial e Industrial do Bairro da Rocinha (Acibro) – primeira entidade comercial organizada numa área de baixa renda, atualmente identificada como áreas em desenvolvimento – informa que a Associação Comercial e Industrial de Rio das Pedras (Acirpe) e dos Micro e Pequenos Empresários da Cidade de Deus (Acompecid), juntamente à que preside, representam um total de dez mil empreendedores, entre formais e informais.

O dirigente defende a criação urgente de um sistema fiscal apropriado para disciplinar os negócios dessa força de mais de 100 mil micronegociantes.



Os desequilíbrios sociais são provocados pelo modelo econômico imposto ao país e que privilegia parcela reduzida da população

Esse sistema fiscal vai possibilitar que a indústria doméstica e o pequeno comércio nas áreas em desenvolvimento saiam da informalidade, conquistando sua cidadania, argumenta. “Não somos pedintes ou promotores da miséria, na expectativa de mágicas ou milagres públicos. Devemos ser considerados geradores de ren-

da e emprego. Gostaríamos de ser vistos e compreendidos por todos como expressivos agentes do futuro”, assinala.

Os informais, que podem ser a pequena, média ou até grande empresa, não querem favores. Eles querem cumprir a lei, sair da informalidade e ir para a formalidade como extensão da cidadania,

BRASIL Ação Social

explica Serra de Castro. “Mas isso tem que ser tratado com cuidado, para que esses empreendedores, muitos deles reféns do controle da polícia, fiquem indefesos na esfera fiscal, pelos abusos também cometidos nesse setor. O fiscal pode ser até pior do que a polícia, que é mais barata”, adverte.

Até administrativamente é viável criar um patamar de impostos estaduais mais reduzidos para os pequenos negociantes dessas áreas em desenvolvimento, admite o advogado. Mas ele adverte que não se dará um passo, se depender de projetos de lei que tramitam até por dez anos. A questão deve se resolver dentro dos espaços disponíveis no Executivo para enquadrar a legião de informais, diz. “As autoridades públicas, durante um período, poderiam fiscalizar os negócios desenvolvidos nessas comunidades favorecidas, dando a essa fiscalização um cunho didático e não repressor”, recomenda o consultor.

Segundo Serra de Castro, a maioria dos empresários permanece na informalidade não porque queira ser ilegal, mas por considerar altos os custos da legalização, bem como excessivamente elevada a carga tributária que incidirá sobre a categoria, no caso da formalização do negócio. “É aí que o poder público, nas diferentes esferas, deve assumir o indispensável papel de gestor que lhe cabe no processo de desenvolvimento econômico das áreas carentes”, completa.

Além das associações comerciais da Rocinha, Rio das Pedras e Cidade de Deus, estão em fase de formação, no Rio, cerca de sete entidades dentro do modelo de áreas de baixa renda. Esse processo, segundo Serra de Castro, só não foi acelerado por falta de recursos, como os do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular empreendimentos e investimentos. Sem esse amparo, observa, as associações enfrentam dificuldades, já que as contribuições são facultativas, ao contrário de sindicatos, federações e instituições, onde esse apoio financeiro por parte dos filiados é compulsório.



Montar uma associação comercial das comunidades faveladas é um trabalho árduo, que deve superar muitas desconfianças e temores dos pequenos empreendedores

Conquista do associado

Diante desse quadro, é um trabalho árduo montar uma associação comercial nessas comunidades faveladas. O possível associado possui uma postura de desconfiança e incredulidade, devido às manobras oportunistas e eleitoreiras, que costumam impregnar esse tipo de iniciativa. “As comunidades têm medo de serem exploradas, e querem, de saída, o que nem sempre é possível – uma prova de que terão bons resultados”, diz Serra de Castro.

Aos poucos, porém, percebem que a associação trará benefícios: assistência jurídica, contábil, fiscal, convênios com instituições, para capacitação na área de recursos humanos, e banco de emprego.

“Meu trabalho é não deixar essas pessoas serem iludidas e colocadas a reboque de interesses políticos, de inescru-

pulosos, já que o setor comercial está dentro de um círculo de fogo”, reconhece o consultor da Faciarj, que congrega 115 associações.

Castro foi um dos fundadores, em fevereiro do ano passado, do Centro Integrado de Estudos, Pesquisas e Formação em Direito Comunitário (Cidic), que se propõe a congregar pessoas físicas e jurídicas, de várias áreas de atuação, para o estudo do direito comunitário, numa linha de pesquisa e de formação dos operadores dessa matéria.

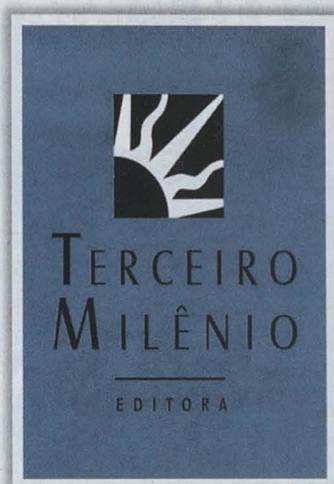
A presidente do Cidic, a advogada e professora universitária Maria Teresa de Almeida Rosa Cárcamo Lobo, justifica a criação da entidade como uma resposta positiva “à evolução que se está operando nas estruturas jurídicas mundiais, com particular incidência na formação de blocos de integração econômica e de garantes e intermediadores – no caso, juí-

zes e advogados – da cidadania, entendida como direito a ter direitos”.

Ironizado por alguns setores conservadores da área empresarial por estimular a legalização da informalidade, Serra de Castro não se curva aos golpes. “Existem, dentro de algumas entidades classistas, desconfiança e preconceito em relação à informalidade. Isso, na verdade, por não entenderem que ela organiza e aglutina um mercado potencialmente mal explorado”, observa.

O advogado Rogério Alvaro Serra de Castro colaborou, até há pouco tempo, com um projeto voltado para a arrecadação de recursos, através de organizações não-governamentais (ONGs), para fazer centrais telefônicas populares e repassá-las às comunidades, a preços mais acessíveis. “São elas, afinal, que têm que tocar o barco, com criatividade”, ensina. ■

Durante a X Bienal do Livro do Rio de Janeiro,
visite o estande da EDITORA TERCEIRO MILÊNIO, no Pavilhão 3 do Riocentro
(em frente ao país homenageado - Espanha), receba brindes e
descubra as novidades que preparamos para você!



na X Bienal do Livro

De 17 a 27 de Maio
no Riocentro



Mais informações nos sites:
www.bienaldolivro.com.br
www.etm.com.br



Uma agência de notícias especializada surge na internet para divulgar a vida das comunidades mais pobres

Antes inexistente no Brasil e no mundo, acaba de ser criada no Rio de Janeiro a Agência de Notícias das Favelas (ANF) – www.anf.org.br. Um dos motivos para a criação é o seu lema: a voz da favela na rede mundial de computadores, fazendo a ponte de ligação das comunidades mais pobres com o asfalto e vice-versa.

Segundo o diretor e criador, André Fernandes, jovem de classe média, mas há anos vivendo em comunidades carentes, “a imprensa sempre nos ligou muito, telefonava querendo pauta ou contato com lideranças comunitárias. Aí pensamos: por que não formalizar isso, pegar tudo e botar em algum lugar essas informações todas que a mídia e a sociedade não têm e fazer uma coisa mais profissional?”



A favela dá notícias

Trata-se de um universo significativo: as favelas ocupam um grande espaço, são mais de 700 no Rio de Janeiro, com quase a metade da população. É a segunda maior concentração do gênero no país, pois a cidade de São Paulo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está em primeiro lugar.

Um outro mundo

O portal da ANF, sem ter um conteúdo único, específico, trata das favelas de uma maneira geral, enfocando questões de cultura, habitação, saúde, segurança pública, política e áreas afins. Entre seus colaboradores, há gente ilustre, como a vice-governadora Benedita da Silva, o ex-governador e advogado Nilo Batista, além

do presidente da Associação Evangélica Brasileira (AEvB), Ariovaldo Ramos, e do sociólogo Caio Ferraz, fundador da Casa da Paz de Vigário Geral, que vive exilado nos Estados Unidos, desde 1995.

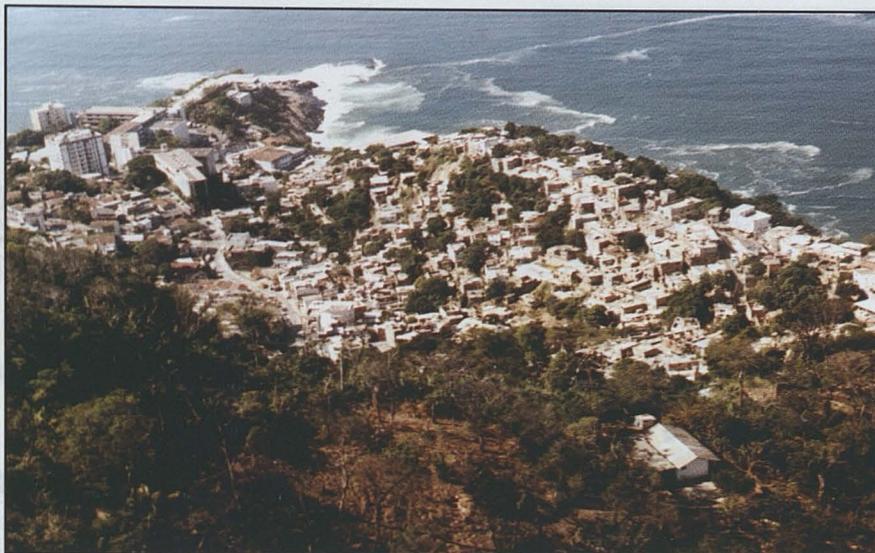
Ao entrar no sítio eletrônico, há um leque de opções, a começar pela linguagem, que permite a consulta também em inglês, o que coloca as favelas ao alcance

do mundo todo. Clicando-se sobre o nome de alguma das inúmeras comunidades, é possível saber sobre sua localização, meios de transporte para chegar até elas, história, dados de saúde, educação, áreas de lazer, etc. Além disso, há editorial, artigos, colunistas, fórum, links, banco de emprego, sala de bate-papo, entre outros.

O que se encontra lá

Recente editorial da Agência de Notícias das Favelas e vários artigos subsequentes enfocaram assunto que vem ocupando a mídia brasileira ultimamente: a música e os bailes funk. Com o título *Tá tudo dominado!*, o editorialista explica que “é som de preto, de favelado, mas quando toca ninguém fica parado... As músicas que hoje estão sendo ouvidas pela classe média, através de programas de televisão com o maior índice de audiência, já eram ouvidas meses atrás nos principais bailes funk das favelas do Rio. Infelizmente, alguns, incomodados pela repercussão que o som da favela vem tendo, tentam suscitar boatos que o som é erótico e que adolescentes estão engravidando nos bailes. A polícia se prepara para fazer batidas nesses lugares. Esperamos que, caso aconteçam mesmo tais batidas, que não sejam somente nas favelas, pois o funk já dominou todos os lugares”.

Benedita da Silva, nascida e criada na favela do Chapéu Mangueira, traz na página de artigos sua opinião sobre o assunto. Lembra que a grande festa brasileira é o Carnaval, que tem a mesma origem do funk e deve-se à coragem de muitos negros favelados. “Antes de ser favelada” – continua – “fui ‘batuqueira’ e sei exatamente o peso da cobrança da sociedade, quando elege um determinado movimento para proibir (...) tal como assistimos hoje no movimento funk”. Mas a vice-governadora ressalva que, como presidente da Conferência Nacional contra o Racismo, Xenofobia e Outras Formas de Intolerância Correlata, pode questionar letras que tratam mulheres como “cachorras”, e discorda de que “um tapinha não dói”.



Fotos: CEDOC

Confrontando com modernos edifícios ou nos morros, as favelas expressam a urgência de iniciativas que permitam aprofundar a vivência da cidadania e a integração de toda a cidade

Controle social

Por sua vez, Nilo Batista intitula seu artigo de “Nada Mudou”, para sintetizar alguns movimentos do que qualifica como “nova iniciativa para criminalizar o lazer da juventude pobre e negra”. Entre eles, os mandados judiciais para que a polícia trate de intervir nos bailes e “impor entre os alegres vagões de ‘trenzinho’ uma distância compatível com os elevados padrões morais de nossa sociedade. Pode ter ocorrido que alguma(s) adolescente(s) tenha(m) engravidado em bailes funk. Será uma novidade? Quantas moças brancas de classe média não engravidaram em boates e discotecas? Ocorre que o secretário de Saúde só dispõe de poderes para intervir e pronunciar-se sobre a gravidez das meninas pobres, que a relatarão em postos de saúde municipal, e não em clínicas de Botafogo”.

Também o vice-governador faz a sua ressalva, ao afirmar não ter nenhuma simpatia pelo “gênero musical alienante”, tipo Tigrão e correlatos. Elogia, porém, grupos como os Racionais MCs, conjunto de rap paulista conhecido nacionalmente por suas letras socialmente contestadoras e politizadas. Conclui dizendo que, no Rio de Janeiro, o lazer dos pobres sempre foi criminalizado e parece que nada mudou.

Já Vera Malaguti Batista, como historiadora e socióloga, afirma, em seu artigo,

que “na nova ordem econômica os pobres são criminalizados. Da luta contra a pobreza passa-se à guerra contra os pobres”.

Vera Batista aborda um tema inevitável, quando se fala em favelas: tráfico e drogas. Expõe que “o sistema convive com a sua utilização social, sua alta lucratividade, no entanto desenvolve um discurso moral esquizofrênico, que demoniza a parcela da população atirada à sua venda pelo mercado de trabalho excludente e recessivo. A manutenção da sua ilegalidade aumenta sua lucratividade e reduz à condição de bagaço humano uma parcela significativa da juventude pobre de nossas cidades. Enfim, na geopolítica da exclusão global, meninos pobres vendem drogas ilegais para meninos ricos. Enquanto anestesiam-se uns, metralham-se outros, mas ambos os grupos (os ricos e os pobres) estão controlados. Controle social para o novo milênio”.

Certamente, a maioria desses meninos e meninas favelizados não tem como acessar a internet e a Agência de Notícias das Favelas. Mas quem não tem computador pode recorrer ao sistema telefônico Favela Interativa – (21) 478-8200 – pelo qual se pode ouvir de dois e meio a três minutos de notícias, entrevistas e agenda cultural, em gravação. Agora, pelo mesmo sistema, pode-se deixar denúncia ou recado. (Nestor Cozetti) ■

Cristiana Reali

Na França, o teatro subvencionado ajuda os jovens

CABELO NEGRO, OLHOS AZUIS e bem brasileira no seu jeito de ser. Há muita espontaneidade na maneira de se expressar e alegria quando fala no trabalho. Natural de São Paulo, Cristiana Reali foi para a França em 1972, com oito anos de idade, quando o pai fora nomeado correspondente do diário *O Estado de S. Paulo* e da rádio Jovem Pan.

Desde setembro, Cristiana está fazendo o maior sucesso em Paris, no Théâtre La Renaissance, interpretando o papel principal de Maggie, em *Gata em teto de zinco quente*, de Tennessee Williams. Casa lotada a cada noite, a tal ponto de a temporada, que ia terminar em janeiro, ser prorrogada até junho. “Sou uma mulher feliz”, diz ela. “Os primeiros trinta minutos do papel que interpreto resumem todo o meu trabalho profissional nos últimos dez anos.”

Cristiana Reali é brasileira. Mas, muito jovem, entrou para uma escola pública, em Paris, antes de terminar os estudos secundários no liceu Molière, onde passou no vestibular. Fala um francês perfeito, fluente, com todas as expressões idiomáticas da nossa época. Ninguém poderia imaginar a sua nacionalidade.

“Quando vou de férias ao Brasil, uma vez por ano” – confessa – “me sinto francesa, mas sei que tenho raízes brasileiras. Trago sempre uma figa da Bahia comigo. Infelizmente, com ensaios diários de oito horas, fico às vezes dois meses sem falar português, o que faço apenas com meus pais. Chegando à minha terra, tropeço nas palavras, não consigo me sentir à vontade, só

Fotos: Divulgação



Cristiana Reali consolida, com seu talento, uma carreira no teatro francês, onde acredita que há espaço para boas peças brasileiras, embora lamente não dispor no momento de um conhecimento mais profundo da produção teatral nacional

A atriz brasileira conquista fama em Paris com seu talento e a beleza que a tornou o rosto mundial do perfume Poème, de Lancôme, e sonha revelar autores nacionais modernos aos franceses

depois de duas ou três semanas. É uma situação estranha”.

Cristiana tem uma irmã em São Paulo e outras duas radicadas em Paris. É a companheira de Francis Buster, 52 anos, famoso ator francês. A atriz é ainda mãe de uma filha de três anos, Elisa.

Como você chegou a ser atriz de teatro?

Cristiana Reali – Pequeninha, imaginava casar com o homem da minha vida, ter filhos e construir um lar feliz. Algo muito clássico. No entanto, com doze anos, nem sei por quê, comecei a fazer aulas de arte dramática às quartas-feiras, numa escola de amadores. Decorava tudo com a maior facilidade, enquanto que, no colégio, não conseguia fazer o mesmo. Estranho, não é? Quando fiz 14 anos, me deram uma ponta numa comédia de Eugène Labiche. Senti que tinha de seguir adiante. Depois do vestibular, estudei Direito na Universidade de Nanterre, no subúrbio de Paris. Foi lá que eclodiu o movimento estudantil de 1968. No entanto, ser jurista não era a minha vocação. Queria algo diferente. Com 21 anos, passei a estudar arte dramática numa escola profissional. A minha sorte foi ter Francis Huster como professor. Em 1989, tive a minha primeira chance em *Lorenzaccio*, de Alfred de Musset, um autor do século XIX. Na verdade, fiquei frustrada, pois disse apenas duas ou três frases. Com força de vontade, seguí estudando e acabei prestando exame diante de Jean-

Louis Barrault, muito conhecido no Brasil, onde esteve várias vezes. Dois anos mais tarde, me convidaram para trabalhar em *Putzi*, com cenário de Francis Huster. Foi um sucesso, as representações duraram mais do que o previsto. Depois trabalhei em peças de Molière, Corneille, Shakespeare, Giraudoux, Sacha Guitry, Feydeau e outros mais.

Como muitos atores na França, você começou a carreira com obras clássicas. Não parece estranho para uma brasileira?

CR – Por quê? Recebi toda a minha educação aqui, é normal que tenha passado por essa etapa, que me parece essencial para uma atriz de teatro. Picasso também foi clássico, antes de ser cubista. Com Corneille, Molière e Shakespeare, descobri aos poucos a minha personalidade, senti que podia fazer algo diferente, trabalhar em comédias, interpretar uma personagem da nossa época que correspondesse ao que sou realmente.

No caso da peça de Tennessee Williams, Maggie é uma mulher jovem e não uma moça, além de ser muito feminina sem ser uma coquete do século XIX. Tem um lado fêmea e, ao mesmo tempo, é combativa, meio víbora. Ela corresponde um pouco ao meu ser profundo. No entanto, o papel de que mais gostei de interpretar até agora foi Ofélia, em *Hamlet*, sob a direção de Terry Hands. Agora o meu sonho é trabalhar numa peça bem moderna, uma comédia meio sentimental e cínica.

Você gostaria de ser atriz no Brasil?

CR – Sim, mas é um problema. Como ensaiar durante seis meses, se moro na França? Além disso, não conheço o repertório brasileiro clássico e moderno, a não ser alguns poucos autores. Mas tenho vontade de interpretar na França um jovem autor do Brasil, moderno, com mensagem universal. Ainda não achei, por falta de tempo ou de sugestões de amigos. Na certa deve haver. É um sonho que terei de realizar aqui na França.



Além de teatro, você já trabalhou em quatro longas-metragens e dez telenovelas. Uma que fez muito sucesso na televisão francesa foi Terre Indigo, em 1995, rodada em Cuba. A última, filmada em Portugal, foi Phobies, de Arnaud Selnac, que passou em 14 de fevereiro no canal M6. Há alguma diferença entre ser atriz de teatro e artista de cinema?

CR – Na verdade, me sinto mais à vontade no teatro. Quando interpreto uma comédia diante do público à minha frente. Sinto um prazer intelectual e ao mesmo tempo físico. É algo sensual, *jouissif*, dizem os franceses. Não fumo, mas imagino que as pessoas que costumam fumar sintam um prazer parecido. A verdade é que, para me sentir totalmente eu, preciso do contato direto com a platéia. Pode ser que amanhã tenha uma opinião diferente. No momento, creio que sou mais uma atriz de teatro do que uma artista de cinema. No entanto, continuo fazendo telenovelas. Em setembro, será lançada no canal TF-1 uma novela no estilo das comédias americanas. Não recuso os convites; vou conhecendo novas personagens, novas possibilidades de ir descobrindo a minha personalidade.

Que tal a profissão de atriz na França?

CR – É difícil. A atenção que se dá ao ator nos meios profissionais muda com a notoriedade. Esta não depende forçosamente da mídia. Formam-se clãs, a favor do teatro privado ou do teatro subvencionado, em torno de alguns atores ou contra outros. Para agüentar, você tem que ter um prazer enorme pelo trabalho, mesmo que faça muito frio ou que a sala esteja vazia; mesmo que alguém da sua família tenha problemas de saúde. Fazer teatro é questão de amor. Não me preocupo muito com os comentários escritos ou falados. Gosto do que faço e pronto. Conheço as minhas falhas e procuro corrigi-las, ouvindo Francis e os meus amigos. E sobretudo as reações da platéia. Me sinto bem assim.

Cristiana, com Francis Buster, famoso ator francês, é mãe de uma filha de três anos, Elisa



Que você pensa da crítica teatral?

CR – Creio que os comentaristas da imprensa francesa têm muitas vezes a mania de querer comparar o presente com o passado. É meio esquisito. Por exemplo, há 50 anos *Gata em teto de zinco quente* era uma obra tórrida; hoje já não é. O papel de Maggie tem de ser interpretado de maneira diferente, segundo as emoções da nossa época. Antes das primeiras representações, li por curiosidade as críticas publicadas nos anos 50, em Paris, quando Elizabeth Taylor desempenhou esse papel no cinema. Foi um filme famoso. Pois bem, as críticas foram terríveis, tacharam a artista de *poufiasse* americana, isto é, de saco de batatas...

“Não tem nenhum sentimento, é uma boneca de porcelana” e assim por diante – diziam. Queria compará-la a artistas do passado. Acho ridículo. Ninguém hoje se interessa por isso. Parece até que os críticos não têm idéias. Em 1956, Jeanne Moreau também interpretou, no teatro, Maggie em *Gata em teto de zinco quente*. Fez, à sua maneira, com muito sucesso. Cada época tem o seu estilo.

Há algum debate ideológico no meio teatral francês?

CR – Com a coabitação entre o presidente Jacques Chirac e o primeiro-ministro Lionel Jospin, há muitas guerrinhas de clãs. Nada realmente ideológico. A briga maior é entre o teatro privado e o teatro subvencionado. Os que trabalham em teatros privados, como eu, têm de lutar para ter público toda noite e todos os domingos à tarde. É uma questão de concorrência e rentabilidade. Em geral, o pessoal do teatro privado acha que os estabelecimentos públicos, 37 em toda a França, recebem subvenções do Estado e não se preocupam em ter ou não público. É

uma crítica, de certa forma, injusta. Graças à ajuda do Estado, o teatro subvencionado dá uma chance aos diretores e atores jovens, que começam a carreira. É uma fonte de talentos novos.

Eu não entro nessas guerrinhas ridículas. Conheço atores e diretores do teatro privado que nunca assistem a espetáculos do teatro subvencionado. Questão de princípio, dizem. Pessoalmente, sou a favor do teatro subvencionado, pois ajuda os jovens. Mas creio que deveriam pensar mais no público.

Há poucos dias, li que o teatro *Amandiers*, em Nanterre, foi o centro dramático nacional que recebeu mais dinheiro no ano passado: US\$4,4 milhões do Ministério da Cultura, 640 mil da municipalidade e 520 mil do departamento regional. Não sei se, no Brasil, o teatro recebe esse tipo de ajuda do Estado.

Além de atriz famosa, você é embaixadora do perfume Poème, de Lancôme. Como se sente nesse papel?

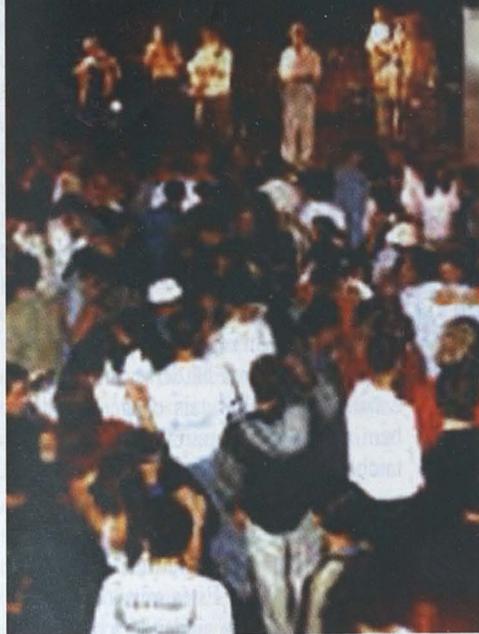
CR – Para mim, é um prazer enorme representar uma marca de prestígio. Além de coquetéis e viagens pelo mundo, fora da temporada teatral, ganho um bom dinheiro, que me ajuda a viver bem com a minha família. Sou uma mulher realizada.

Os franceses dizem que você é franco-brasileira. Afinal, você tem a dupla nacionalidade?

CR – Tenho um passaporte brasileiro e um passaporte italiano, porque os meus bisavós eram italianos. Como a Itália é um país-membro da União Européia, posso trabalhar aqui. No entanto, não tenho passaporte francês, somente casando com Francis. Não é a nossa preocupação maior no momento. ■ (Edouard Bailby)

A onda do baião jovem

Descoberto pelos jovens e batizado de forró universitário, o movimento forrozeiro invade o mercado, revive antigos ídolos e lança moda, transformando o velho ritmo nordestino numa verdadeira mania nacional



Márcio Paschoal

ASSIM COMO JÁ HOUVE A FEBRE da lambada, a onda do axé, a multiplicação das duplas sertanejas e a ditadura do pagode, a hora e a vez é a do forró.

O forró e o samba tiveram idênticas raízes, isto é, ambos são fruto da mistura das influências européia e africana. Seja ele pé-de-serra, forró universitário, lambaforró, forró malícia, oxentemusic, enfim, diferentes nomes e ramificações.

Tem muita gente que pensa que há diferença entre o forró tradicional – o chamado pé-de-serra, com sanfona, triângulo e zabumba – e o mais moderno, o badalado forró universitário. Mas não há diferença alguma. O que acontece é que a designação do ritmo difere de região para região. No Espírito Santo e parte de Minas, por exemplo, o forró tradicional ganha o nome de pé-de-serra. Mais para o Nordeste é o forró de raiz. No Rio e em São Paulo é o forró universitário.

Tempos atrás reduzido ao rótulo de música de festa junina e relegado às periferias da cultura brasileira, hoje o forró pode ser considerado uma febre nacional.

Não é à toa que nomes consagrados da MPB, como Geraldo Azevedo, Elba e Zé Ramalho e tantos outros vêm investindo fortemente no ritmo. Moraes Moreira lançou há pouco seu *Baião com h*; Alceu Valença revisitou o forró de Luiz Gonzaga, João do Vale e Jackson do Pandeiro; Amelinha foi para o estúdio gravar um especial de 25 anos de carreira, calcado no forró pernambucano. Enfim, pesos-pesados

da música nordestina aproveitam a onda positiva.

Com eles, novas estrelas começam a despontar: Frank Aguiar, Lairton, os sergipanos do Calcinha Preta, os cearenses do Mautruz com Leite, grupos de raiz como Mestre Ambrósio e os representantes do melhor do forró universitário, os cariocas da banda Forróçacana, e os paulistas do Falamansa. Todos, de cabeça, no novo filão.

De onde vem essa força?

Na verdade, independentemente do nome que se dê, a base musical do forró é o baião. Surgido no norte e trazido para o sul do país por Luiz Gonzaga nos anos 40, o forró, através do baião, acrescido do xote, do xaxado e do coco – suas principais variações musicais – vem conquistando cada vez mais adeptos e admiradores.

A origem da palavra já causou muitas polêmicas. Os românticos defendem que a palavra forró vem dos dizeres em inglês *for all* (para todos). Explicase: na época da Segunda Guerra, quando o exército norte-americano instalado na base de Natal organizava alguns bailes, colocava uma placa avisando que era para todos comparecerem. Tais bailes dançantes teriam dado nome ao ritmo. Já os estudiosos, mais embasados, defendem a tese de que forró teve origem na terminologia africana *forrobodó*, que significava festa, bagunça. Em resumo, forró será sempre associado a baile, arrasta-pé e folia.

Mas o que mais anima é a renovação e o crescente sucesso que a música faz entre os jovens. Atualmente, nos ►

O velho baião

O que todos concordam é que um nome se destaca como o principal artífice do sucesso e da divulgação do forró pelo país e mundo afora: o velho Lua, o Luiz Gonzaga, ou Gonzagão. Dele, Gilberto Gil declarava: "Gonzaga se inscreve na galeria dos grandes inventores da MPB, e, da família do baião, ele foi o pai."



Luiz Gonzaga

A verdade é que, sem ele, o forró não estaria hoje aí nos bailes de todo o Brasil como a última moda musical.

Gonzaga nasceu em Exu, sertão pernambucano, no dia 13 de dezembro de 1912, filho de Januário Bispo e Anna Baptista. Seu pai, o velho Januário, sanfoneiro de mão cheia, animava os bailes da cidade nos finais de semana, e o filho Luiz,

desde pequeno, tomava familiaridade com o instrumento. E, em todos os lugares aonde ia, procurava experimentar o acordeom, sempre junto dos músicos, num aprendizado constante. Aos 18 anos, resolveu ganhar o mundo, indo para o Ceará, onde entrou para o Exército e virou cabo corneteiro. Depois foi a São Paulo e, finalmente, chegou ao Rio de Janeiro, com o objetivo de tornar-se músico do rádio. Antes de tirar o primeiro lugar num programa de calouros de Ary Barroso, em 1941, com a canção Vira e mexe, Luiz tocou em prostíbulos e bares de segunda. Logo depois do concurso, foi contratado pela Rádio Nacional.

No começo, sua música sofreria preconceitos de todo tipo. Para se ter uma idéia, o produtor da Rádio Nacional não deixava Gonzaga usar o chapéu de couro e a roupa de cangaceiro, sua marca registrada e que faria parte do seu visual durante toda a carreira. Porém, semelhante ao que vem acontecendo hoje em São Paulo e em outros centros, o forró foi conquistando público, deixando de ser só uma música para nordestinos ou pessoas de nível social inferior.

Desta forma, com muito talento e poesia, o velho Lua contava e cantava a sua vida dura de sertanejo, as tristezas,

aventuras e desventuras da realidade do norte do país, tão negligenciadas pelo resto do Brasil. E, devagarzinho, foi tomando o coração de todo o país.

Quase 60 anos depois, com a nova onda do forró, nada mais justo que ver a obra do grande Luiz Gonzaga, admirada por adolescentes, ganhar as casas noturnas e bailes e, com o pomposo título de forró universitário, virar mania nacional. ■

Fotos: Divulgação



principais centros urbanos, os bailes são freqüentados, em sua maioria, por uma faixa etária abaixo dos vinte. Além de modismo, é uma manifestação salutar, pois, afinal, trata-se de um movimento de cultura brasileiríssima, tão diferente da onda funk, que também vem avançando no país.

Uma questão de ótica e de bom gosto: no forró, apesar de a dança ter se modificado, assimilando os passos da lambada (notadamente nos giros) e ter se tornado bem mais erótico, digamos, mais "apertadinho" e menos ingênuo, o fato é que nem de longe poderia ser comparado aos excessos dos bailes funk, com a moçada fazendo sexo durante as coreografias, embalada por lemas que incitam a promiscuidade e denigrem a imagem da mulher, chamando-a, pejorativamente, de "cachorra" e "preparada".

Nem Genival Lacerda, nos seus piores momentos de forró-malícia, chegaria perto de tanta baixaria. Bem, esqueçamos o mau gosto. Afinal, também o funk tem que ser respeitado como movimento democrático de manifestação cultural, mas com limites e um mínimo de bom senso. O próprio movimento há de se autocensurar e começar a coibir tais exageros. Ainda bem que o forró, entre os mais jovens, também resiste e avança.

Como o mestre sanfoneiro Dominguiños bem diz: "O pagode ressuscitou sambistas antigos como Martinho da Vila e Paulinho da Viola. Estes novos grupos de forró também estão ajudando a divulgar o

"Há várias maneiras de se tocar o forró, mas nada é tão importante como reconhecer que o forró vem conquistando cada vez mais espaço junto aos jovens de classe média. Nos tempos da ditadura houve um certo sufocar da nossa cultura, pois quase todo mundo era considerado subversivo. Houve um hiato de cultura e alienação. Hoje os jovens estão redescobrimdo o Brasil, e, com ele, o forró"

Geraldo Azevedo

ritmo e suscitar interesse nos velhos mestres, como Gonzagão, Jackson, Trio Nordestino, João do Vale e tantos outros."

De fato, isso vem acontecendo em grande escala. Os meninos do Forróçacana fizeram sucesso com disco produzido pelo craque Robertinho do Recife, em que saudavam os mestres com seu forró pé-de-serra. Grupos como o Rastapé também deixam claras as referências básicas do velho forró de raiz, e o Falamansa, com a batuta da sanfona de Valdir do Acordeom, lá da paulicéia forrozeira, homenageia Jackson do Pandeiro e o velho Lua.

Autor do clássico *Dia branco*, Geraldo Azevedo, experiente observador da cultura musical brasileira, garante: "Há várias maneiras de se tocar o forró, mas nada é tão importante como reconhecer que o forró vem conquistando cada vez mais espaço junto aos jovens de classe média. Nos tempos da ditadura, houve um certo sufocar da nossa cultura, pois quase todo mundo era considerado subversivo. Houve um hiato de cultura e alienação. Hoje os jovens estão redescobrimdo o Brasil, e, com ele, o forró."

Tomara que continue desse modo, e que mais jovens de talento perpetuem este caldeirão de ritmos, representação de várias épocas e regiões do nosso país, que vai se adaptando e se modificando a cada geração. Assim é o forró, fórmula mágica da tríade sanfona, zabumba e triângulo, a mostrar que o Brasil é bem mais que mulatas, batucada, futebol e samba, e que nem tudo na nossa cultura está "dominado". ■

O novo baião

Três universitários de São Paulo e um sanfoneiro "arretado" de Recife se juntam e formam o conjunto de forró mais em evidência no momento. É o Falamansa, representante mor do chamado forró universitário. Na estrada já há algum tempo, hoje sua agenda vai até quase 25 apresentações por mês. É forró pra ninguém botar defeito.

A história começou com Ricardo Cruz, também conhecido por Tato, que veio de Piracicaba para cursar publicidade na Universidade Mackenzie, em São Paulo. Tato começara seu interesse por forró quando ia de férias ao Espírito Santo, berço do forró universitário. Ali, passou a freqüentar os bailes e compor, até se empregar como DJ no clube Elenko, em São Paulo. Lá, conheceu o zabumbeiro Alemão, nome de Douglas Capalbo, que iniciou sua carreira musical tocando guitarra heavy metal. Em 1998 inscreveram-se para o Festival de Música da Mackenzie.

No entanto, precisavam formar uma banda. Lembraram de Dezinho, André Canonico, que tinha como hobby tocar triângulo e freqüentar festas de forró. Convidaram uma amiga flautista da universidade, Ligia Tozello, e um baixista, o Agostinho.

Pronto, era a primeira formação do Falamansa. Ligia e Agostinho não ficaram muito tempo e os três remanescentes foram apresentados a Valdir do Acordeom, que já havia tocado com Oswaldinho do Acordeom, Lecy Brandão e acumulava 25 anos de sanfona.

Bastaram alguns ensaios para mostrar que era essa a formação ideal do grupo: três jovens carismáticos aliados à experiência e técnica de um dos

melhores sanfoneiros do país.

A banda passou a fazer sucesso com a inclusão no repertório de nomes consagrados do baião como Luiz Gonzaga, Trio Nordestino, Jackson do Pandeiro e João do Vale, a partir de releituras originais e



O grupo Falamansa, com seu forró universitário, abriu caminho para a aceitação do baião entre jovens da classe média



Fotos: Divulgação

cheias de ritmo. O curioso fica por conta de Elba Ramalho, que achou que o grupo não tinha futuro e não se animou a gravá-lo pelo seu selo próprio. Parece que está arrependida até hoje. ■



Gil: elogios a Gonzaga

Postal Norte-Sul

AUTO-AJUDA



A PAZ DE TODO DIA

Cláudia Nogueira e Sandra Nedopetalski
Cód. 85-86448-08-7

Com os olhos voltados para a força íntima é que nos revestiremos da capacidade de enxergar a verdadeira essência. 203págs.

(15cmx11cm).R\$10,00 - Editora Brahma Kumaris

BIOGRAFIAS



PRESTES

Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes

Dênis de Moraes e Francisco Viano
Cód. 020015

Este é o livro para o qual, em vida, Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 páginas. R\$39,00 - Ed. Mauad

DICIONÁRIOS



DICIONÁRIO CRÍTICO DO PENSAMENTO DA DIREITA

Idéias, instituições e personagens

Vários organizadores Cód. 0100-92

Obra que ratifica a importância dos campos direita/esquerda para os debates políticos contemporâneos apresenta cerca de 300 verbetes escritos por 120 autores de diversas universidades ou pesquisadores independentes, de vários estados e países, de diferentes visões e posicionamentos. 260págs. R\$78,00 - Editora Mauad



DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL (1500 - 1808)

Ronaldo Vainfas (direção)

Cód. 85 7302 320-1

Primeiro dicionário crítico sobre as nossas raízes coloniais. Os primeiros séculos de nossa história estão representados de A a Z, em forma de verbetes atraentes e concisos. Mostra todos os personagens que nos ajudam a compreender melhor os sentimentos e o modo de vida de uma sociedade meio encantada e meio diabólica como a colonial. 599páginas. R\$49,90 - Editora Objetiva

EDUCAÇÃO



ESTEREÓTIPOS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO

Um manual para o educador

Moema Toscano Cód.: 85.326.2285-2

Militante feminista desde os anos 70, a autora discute o papel da escola e do professor como obstáculos (quase sempre) ou como alavancas (às vezes) na mudança do relacionamento homem/mulher. 116 páginas. R\$ 14,30 - Editora Vozes

FILOSOFIA



O DESPERTAR DA ÁGUIA

Leonardo Boff Cód.5-326-1977-0

O livro continua o anterior *A Águia e a Galinha*, e relaciona a dimensão-águia e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas. R\$14,00 Editora Vozes



A ÁGUIA E A GALINHA

Uma metáfora da condição humana

Leonardo Boff Cód. 85-326-1845-6

Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas. R\$18,00

Editora Vozes

HISTÓRIA



BRASIL 500 ANOS EM DOCUMENTOS

Ivan Alves Filho

Cód. 0200-17

Um livro de referência, didático, para estudos sobre documentos que registram a História do Brasil. 656 páginas. R\$99,00 Editora Mauad



BINÔMIO - EDIÇÃO HISTÓRICA

Dir: José Maria Rabêlo Cód. BA 7013

A história do primeiro jornal da moderna imprensa alternativa brasileira, que nunca se curvou aos poderosos. Mais de 200 reproduções, muito humor e a narrativa, documentada, da conspiração de direita que levou ao golpe de 64. 263 páginas. R\$34,00 - Editora Barlavento e Armazém de Idéias



ESCRavidÃO OU MORTE

Jorge Preto de Souza Cód. 0100-20

O autor propõe uma questão candente: por que lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia? A obra analisa a participação de escravos como soldados do exército brasileiro, durante a guerra do Paraguai, construindo sua liberdade através da vida militar. 136 páginas. R\$22,00 - Editora Mauad



HISTÓRIA DO CONE SUL

Amado Luiz Cervo e Mario Rapoport (org.)

Cód. 0159

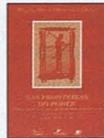
Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas. R\$35,00 - Editora Revan



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Nelson Werneck Sodré Cód. 0100-68

O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas teses, pesquisas, estudos, ensaios e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas. R\$59,00 - Ed. Mauad



NAS FRONTEIRAS DO PODER

Conflito e direito à terra no Brasil do séc.XIX

Márcia Maria M. Motta Cód. A-025

O livro permite compreender a complexidade das relações sociais e de poder no mundo agrário fluminense de meados do século XIX. 247 páginas - R\$21,00 - Arquivo Público



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA

Leonid Ieremeev Cód. 0084

Relato dramático e fartamente documentado que revive momento crucial para a sobrevivência dos valores humanitários. 128 páginas. R\$12,00 - Editora Revan



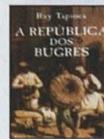
MINAS DO OURO E DO BARROCO

As raízes históricas da cultura mineira

Washington Albino Cód. BA 7014

O livro reconstitui o barroco mineiro, a primeira manifestação artística autenticamente nacional. Imprescindível para o conhecimento da História do Brasil. 248págs. R\$38,00 - Barlavento Grupo Editorial

LITERATURA



A REPÚBLICA DOS BUGRES

Ruy Topioka Cód.85.325.1028-0

O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo, além de ser uma realização literária de fôlego. 532págs.

R\$ 35,00 - Editora Rocco

MEMÓRIAS



EUROPA 1935 - UMA AVENTURA DE JUVENTUDE

Moacir Werneck de Castro

Cód. 85.01.05771-1

A partir das lembranças de uma viagem à Europa, o autor faz uma reflexão alternando memória e substância, reinterpretando fatos que ajudam o leitor a pensar o Brasil de hoje. 223 páginas. R\$20,00 - Editora Record



HERANÇA DE UM SONHO

Marcio Antonio Tavares Coelho

Cód. 85.010.576-2

Neste livro de memórias, o autor conta a sua trajetória pessoal e política, marcada pela dedicação à luta por um mundo melhor e as experiências de suas atividades legais e clandestinas. 532 páginas. R\$45,00 - Editora Record

POLÍTICA



A FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL

Bernardo Mançano Fernandes

Cód. 85.326.2345-X

O autor analisa os processos de formação e territorialização do movimento, desde sua origem - em 1979 - até 1999, em 22 estados, onde o MST está organizado. Importante referência para se compreender a trajetória dos sem-terra em todas as regiões brasileiras. 318págs. R\$26,00 - Editora Vozes



GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGENS

Verdades e mentiras do pensamento econômico

Paul Krugman Cód. 20412-1

O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, crescimento econômico, administração empresarial. 224 páginas. - R\$39,00 - Editora Campus



DOIS ESTUDOS PARA A MÃO ESQUERDA

Cabanagem - Guerrilha ou luta de massas

Renato Guimarães Cód. 0205

O autor apresenta dois ensaios sobre episódio marcante da história brasileira do século passado, como reflexão dirigida aos jovens. 112págs. R\$14,00 - Editora Revan



CORRUPÇÃO E REFORMAS POLÍTICAS NO BRASIL

O impacto do impeachment de Collor
Keith S. Rosenn & Richard Downes
Cód. 85.225.0314-1

Como os outros fatores ligados ao impeachment permanecem ativos na vida social e política brasileira: uns com o testemunho de amadurecimento institucional, outros como dilemas não-resolvidos e portanto como focos potenciais de novas crises. 240págs. R\$ 34,00 - Ed. FGV



CAPANEMA
O ministro e seu ministério
Angela de Castro Gomes
Cód. 85.225.0323-0

O livro retoma eventos e debates ocorridos no primeiro governo Vargas e, em particular, tudo o que ele marcou nas complexas áreas da saúde, da educação e da cultura em nosso país. 276págs. R\$ 25,00 - Editora FGV



AS REGRAS DO JOGO
Plano Real: 1997-2000
Jorge Vianca M. Cód. 85.225.0317-6

A economia brasileira tem sido um laboratório de experimentações que, se por um lado aparenta ser um sucessa de lugares comuns, por outro produz evidências sempre fascinantes como se desdobra o poder de governar. 308 págs. R\$ 31,00 - Editora FGV



O FIM DA URSS E A NOVA RÚSSIA
De Gorbachev ao pós-Yeltsin
Angelo Segrillo Cód. 85.326.2393-X

As fases da Perestroika, o processo de privatização e ida ao capitalismo da Rússia na década de 1990, além de diversas outras informações da época atual. 152págs. R\$ 12,50 - Ed. Vozes



QUE BRASIL QUEREMOS?
Depois de 500 anos
Leonardo Boff Cód. 85.326.2328-X

A forma como o novo Brasil trabalha criativamente esse drama poderá oferecer uma colaboração inestimável à humanidade unificada na casa comum, no planeta Terra. 128págs. R\$ 12,00 - Editora Vozes



ARANDO O MAR
Michael Fairbranks & Stace Lindsay
Cód. 85.7303.264-2

As termidas vantagens que as nações em desenvolvimento possuem em recursos naturais, mão-de-obra barata e solo fértil na realidade as mantiveram na pobreza. 338págs. R\$ 60,00 - Editora Qualitymark



DOMINAÇÃO PELA FOME

Economia política do abastecimento
Miranda Neto Cód. 00124
A fome em meio à abundância constitui o maior escândalo nas sociedades atuais. 136págs. R\$9,90 - Forense Universitária



DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin (Org.) Cód. 85.326.2174-0
O governo FHC prometia levar o Brasil à modernidade e ao desenvolvimento, mas vem produzindo um desastre - é a análise da obra. 200 páginas. R\$17,60 - Editora Vozes



ESTADO FEDERATIVO E POLÍTICAS SOCIAIS:

Determinantes da descentralização
Marta Areche Cód. 85.7106.194-7
A autora analisa as relações entre o jogo político-institucional e os resultados de políticas de governo. 304págs. R\$29,00 - Ed. Revan



NO TEMPO DE VARGAS

Memórias, reflexões e documentos
Francisco Antonio Doria Cód. 0075
É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século. 170págs. R\$16,00 - Ed. Revan



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro Cód. 517
Diários da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes inéditos. O prof. Emir Sader (Uerj/USP) faz a apresentação. 306 páginas. R\$34,00



BRIZOLISMO

João Trajano Sento-Sé Cód. 225.02862
Leitura indispensável para quem se interessa pela história contemporânea do Brasil. 365 páginas. R\$31,00 Editora FGV



POLÍTICAS PÚBLICAS

A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL
Estratégias de bem-estar e políticas públicas
Maria Lúcia W. Vianna Cód. 0156
As políticas implantadas pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256págs. R\$30,00 - Editora Revan

REPORTAGEM



HAVANA - DEZEMBRO DE 1999

Emílio Azevedo
Cód. M 0268
Conheça a vida comum na capital cubana, em uma reportagem competente e atrativa. 145 páginas. R\$ 19,00 - Editora Multitexto

SOCIOLOGIA



GLOBALIZAÇÃO

Teoria social e cultura global
Roland Robertson Cód. 85326.2247-X
Mostra como a cultura se tornou uma questão contestada globalmente. Por exemplo, por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm conseqüências políticas e econômicas. 312 páginas. R\$32,00 - Editora Vozes



QUANDO EU VOLTEI, TIVE UMA SURPRESA

Joel Rufino Cód. 85.01.05771-1
Cartas escritas pelo autor, quando estava no cárcere pelo pecado de amar o Brasil, para o filho que ainda estava por nascer. R\$48,00 Editora Rocco

SAÚDE



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray Cód. 20310-0
Respeitado naturopata, o autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188págs. R\$29,00 - Editora Campus



MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray Cód. 20311-0
Como tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. 224 páginas. R \$ 29,90 Editora Campus



O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS

Várias Autoras Cód. 2210
O livro serve de instrumento na coordenação de ações conjuntas entre mulheres que trabalham por justiça social. 356 páginas. R\$26,00 - Editora Pallas

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____ Profissão: _____
Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:
 () Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
 () Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão Validade até ____/____/____
Nº _____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO, SEM PARCELAMENTO (inclusive em cheque)

Data: ____/____/____ Assinatura do comprador _____

CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

CADERNOS 231
Os preços estão sujeitos a alteração
VALIDADE:
até durar o estoque

Preencha em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Milênio Ltda.
Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080
Tel.: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - http://www.etm.com.br

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$2,50 por livro e o prazo máximo de entrega em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

O homem que fez os trens chegarem na hora

O neoliberalismo só é novo pois já houve o liberalismo, quando era comum o Estado mínimo, que deixava a cidadania à mercê dos monopólios privados, através da modalidade da concessão de serviços: ferrovias, comunicações, energia. Pelos desacertos produzidos, foi substituído por outro modelo, gerando crises políticas, econômicas e sociais. Seu sucessor, o neoliberalismo, cumprirá o mesmo roteiro? O instigante artigo do professor Mário Maestri, centrado na experiência gaúcha, recupera uma fase da história que é bom conhecer

Mário Maestri*

EM MEADOS DO SÉCULO XIX, a ferrovia tornou-se o grande meio de transporte nos países avançados. Sua expansão impulsionou a abrangência das relações capitalistas, ligando aos mercados regiões distantes, escoando a produção fabril, etc. O transporte foi dificuldade histórica sul-rio-grandense. A Região Sul possuía apenas um grande porto marítimo. As mercadorias eram escoadas por vias lacustres e fluviais que determinavam a localização das charqueadas. As tropas fatigavam para chegar aos saladeiros – Pelotas, Jaguarão, etc. Nos anos 1870, as regiões distantes das vias aquáticas eram abastecidas por mulas e carretas. O Rio Grande possuía bolsões de economia seminatural, abastecidos pelo artesanato e manufatura locais. A Campanha recebia bens contrabandeados de cidades fronteiriças do Uruguai e da Argentina, ligadas ao Prata.

A primeira ferrovia gaúcha – Porto Alegre a São Leopoldo – foi inaugurada em 1874, e acelerou o envio de alimentos à capital e de manufaturados às colônias. O peso político do liberal Gaspar Silveira Martins permitiu que reivindicações, sobretudo do meridiano sulino, fossem satisfeitas, mesmo por ministérios conservadores. Em 1872, ele obteve a construção da ferrovia Porto Alegre-Uruaiana e, em 1877, a Rio Grande-Bagé.

A República oligárquica e liberal entregou a construção-gestão das ferrovias a capitais internacionais. Em março de 1897, o governo federal arrendou, por 53 anos, a linha Porto Alegre-Uruaiana à Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil, belga. Júlio de Castilho fracassou na obtenção do controle da linha que percorria territórios dos federalistas, recém-derrotados.

As concessões ferroviárias a firmas européias revelaram que a prioridade era o lucro





As manifestações e greves de 1917 expressaram já o descontentamento com o modelo liberal que comandava a economia

Tarifas de primeira, serviço de terceira

Em junho de 1905, a rede ferroviária sulina foi unificada e arrendada pela União à Compagnie Auxiliaire – Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS). O governo estadual participou da operação, já que o castilhismo-borgismo lutava pela expansão das relações mercantis no Sul, sobretudo através da melhoria dos meios de transporte. Para Borges de Medeiros, os transportes eram “a fórmula final e simplificadora do problema econômico” do Rio Grande do Sul. A unificação e o desenvolvimento da rede ferroviária aceleraria o processo de crescimento, unificação e centralização das relações capitalistas. As regiões de economia seminatural se incorporariam aos mercados. Os pólos produtivos sulinos abasteceriam o estado, o Brasil e o exterior. Na Europa e nos Estados Unidos, as ferrovias apoiaram a acumulação de capitais. No Sul, a centralização da rede e dos seus capitais ensejou importante acumulação, jamais reinvestida no estado.

O contrato da Compagnie dizia que as tarifas fossem mantidas e que o rebaixamento fosse financiado pela União. Monopolista e despreocupada com a região, ela ocupava-se apenas com os acionistas. Porém, a unificação da rede ensejou a unificação dos trabalhadores ferroviários, o que constituiu o principal vetor da solução de crise que bloqueava a economia sulina.

O serviço prestado era execrável; o embarque, transporte e entrega das mercadorias, vagarosos. As mercadorias extraviam-se e danificavam-se. Os trens de

passageiros eram incômodos, lentos e imprecisos. Em 1910, o governo estadual opôs-se à concessão de novos ramais à Compagnie: exigiu que melhorasse os serviços. Em 1911, obteve revisão de tarifas.

Em 1913, o grupo Farquhar, detentor da Brazil Railway, obteve o controle da Compagnie, arrendando também a ligação São Paulo-Rio Grande do Sul. A administração norte-americana aumentou a exportação de lucros. De 1914 a 1918, a situação precipitou-se. A reorientação bélica dos capitais e das indústrias européias e norte-americanas dificultava a manutenção de parque ferroviário sucateado. A produção gaúcha sofria com a falta de escoamento. São Paulo importava da Argentina a alfafa que não chegava do Sul.

O basta da população

Em 1916, o desemprego aumentava e a inflação explodia. Em 1917, eclodiram greves operárias através do país. Em 31 de julho, em Santa Maria, com o apoio da Federação Operária do RS, iniciou-se uma greve ferroviária. O movimento pacífico alastrou-se pela rede e a direção sugeriu que os grevistas apoiassem pedido de aumento de 25 a 30% das tarifas.

Em 1º de agosto, impulsionados pelos ferroviários, milhares de trabalhadores entraram em greve em Porto Alegre. Uma Liga de Defesa Popular exigiu a diminuição do preço dos gêneros alimentícios, dos mercados populares, do matadouro público, do tabelamento do pão, do aumento de salário, das oito horas de trabalho, etc. No dia seguinte, uma delegação da Liga foi recebida por Borges de Medeiros, que pro-

meteu elevar o salário dos trabalhadores públicos e limitar a exportação de alimentos. Empresários aceitaram as reivindicações e medidas de defesa da economia popular foram tomadas na capital. No dia 5, a greve concluiu-se vitoriosa.

Em 16 de outubro de 1917, em Santa Maria, os ferroviários pararam de trabalhar e depredaram as instalações. Logo, o tráfego estadual cessava. As reivindicações de agosto não haviam sido atendidas e os salários estavam atrasados há dois meses. O manifesto propôs que a greve não era contra o “querido Rio Grande do Sul”, mas para “libertá-lo da garra do estrangeiro”.

A paralisação foi violenta. Pontes, pontilhões e bueiros foram dinamitados e incendiados. Em Santa Maria, forças federais mataram manifestantes. Sob o patrocínio do governo estadual, uma comissão com representantes da Brazil Railway e da União estudou soluções para a greve. Em 4 de novembro, publicava-se acordo que concedia aumento de salários, assistência médica, 8 ½ horas de trabalho, 50% sobre horas extraordinárias, etc. O estado aceitava recomendar à União aumento de algumas tarifas. Quando da greve, o estado propôs que a União encampasse a VFRGS.

Mesmo após os aumentos tarifários provisórios e permanentes, a crise prosseguiu devido à falta de investimento. As duas greves de 1917 quebraram a resistência do capital e da União, unificando a opinião pública. A proposta de encampação foi efetivada, em junho de 1920. Nas mãos do estado, a VFRGS tornou-se a alavanca de desenvolvimento sulino. Devido ao sucesso da sua administração, Borges foi também conhecido como o homem que fez os trens gaúchos chegarem na hora.

A superioridade da administração pública sobre a privada explica por que essa página da história seja quase desconhecida e a razão dos ataques da grande mídia e de intelectuais venais contra o regime republicano gaúcho, destrutor da ordem liberal-pastoril sulina. ■

**Professor no Programa de Pós-Graduação em História da UFP (maestri@via-rs.net)*

Brasil

Continua o déficit comercial

A política econômica do governo FHC faz o Brasil perder o controle de seus movimentos internacionais

O governo brasileiro passou quase dois anos sustentando a taxa de câmbio numa relação de até 86 centavos de real para um dólar. Disso, resultariam como inevitáveis o incentivo às importações e o desestímulo às exportações, na onda da abertura comercial externa.

O objetivo era fazer a inflação brasileira convergir com a inflação registrada nos países desenvolvidos. Sem que estivessem preparadas para uma competição que se revelaria vantajosa para os produtos importados, as empresas brasileiras tiveram de reduzir drasticamente os preços dos produtos próprios e muitas fecharam as portas por absoluta inviabilidade ante a concorrência externa. Não agüentaram o subsídio cambial concedido aos produtos estrangeiros.

Com a sobrevalorização da moeda brasileira adicionada a outros desestímulos, aí incluída a escassez de crédito, consolidaram-se a tendência a importa-

ções em volumes crescentes e a propensão a exportações inferiores às importações e aos déficits, estes cada vez mais elevados na conta de mercadorias e na conta-corrente do balanço de pagamentos.

Diante das dificuldades que se atepunham às vendas externas, grande parte dos bens que deveriam ser exportados passou a ser ofertada no mercado interno, a preços mais baixos. Vitória contra a inflação, a um custo muito alto em quebra quase generalizada de empresas de capital brasileiro e no conseqüente desemprego.

No Plano Real, a taxa de câmbio deixou de ser instrumento de ajuste do balanço de pagamento para se transformar em variável de política monetária. A taxa de câmbio máxima ao longo de mais de ano e meio situou-se em 96 centavos de real por um dólar.

O governo, portanto, não repassou para o câmbio a inflação registrada na primeira fase do Plano Real. Os saldos

negativos na conta de comércio e no balanço das transações correntes, no entanto, não preocupavam as autoridades do Banco Central, porque eram cobertos com recursos da conta de capital, através do fluxo de dólares então abundantes no mercado internacional de capitais sob formas diversas – empréstimos e aplicações em bolsas e títulos do governo, regiadamente remunerados a taxas de juros das maiores do mundo, entre as mais comuns.

Nesse ambiente, exportar não era importante. Com tais recursos, o governo cobria os déficits na conta-corrente, atendia a outros compromissos externos e promovia o inchaço das reservas cambiais, que chegaram ao volume de 72 bilhões de dólares, uma espécie de lastro (lastro-dólar) que deu “solidez” ao real, sobrevalorizado por esse artifício.

O governo alardeava o volume das reservas internacionais, com dólares de credores e aplicadores, dólares que não nos pertenciam. Resultavam apenas de superávits na conta-corrente, uma vez que os saldos positivos na conta de mercadorias logo se transformaram em déficits e os saldos negativos da conta de serviços se agravaram com o escancaramento da economia. O colapso cambial de 1998/1999, por isso, foi previsto com grande antecedência por observadores independentes.

Assim desestimuladas, as exportações cresciam modestamente, mas as importações batiam recordes a cada ano, engrossando os saldos negativos nas transações correntes. É o preço que até hoje o Brasil paga pelo que passou a ser conhecido, no jargão jornalístico, como “populismo cambial”. Conseqüência: retomou-se o endividamento externo – e com grande intensidade.

O Brasil perdeu mercados internacionais, enquanto o governo persistia



O Brasil vem pagando um alto preço social e econômico com a abertura comercial excessiva

na busca de prestígio por conta de uma inflação assim reprimida e conduzia o país para o grande colapso cambial consumado em 1999. Os dólares das reservas foram repatriados ou transferidos para outros mercados menos inseguros. As reservas cambiais, de 72 bilhões de dólares, baixaram para pouco menos de 20 bilhões.

O mercado bancário fechou-se para o Brasil e outros países em crise, e o real ganhou a trajetória da desvalorização agravada com a crise da economia mundial, que se desenha no horizonte de curto a médio prazos.

Há quase três anos, o Brasil acordou para o imperativo de ter superávits pelo menos na conta de mercadorias. No entanto, as tentativas até aqui têm-se revelado infrutíferas.

A política econômica imposta fez o país perder o hábito de exportar, perder mercados quase cativos e a chance de ocupar mercados potenciais e imobilizar-se diante da competição externa.

O Brasil perdeu, também, o controle de seus próprios movimentos internacionais: o nosso comércio externo continua controlado pelas multinacionais. E estas não têm qualquer interesse em exportar.

A prioridade delas é ocupar o nosso mercado interno e promover importações, substituindo fornecedores nacionais pelos chamados fornecedores globais, em geral de suas matrizes ou países de origem.

Com os Estados Unidos à beira de uma recessão, a crise argentina, as incertezas da União Européia e nas economias dos "tigres" asiáticos, os mercados vão se estreitando cada vez mais.

Na frente interna, a nova onda de desvalorizações cambiais já acumula taxas significativas. E o governo se volta para as privatizações como fonte geradora de dólares. A privatização, porém, já demonstrou que não é solução para os nossos constrangimentos externos. Com ela, perdemos patrimônio e espaços geoeconômicos, comprometendo o espaço geopolítico da nação brasileira. ■



O sistema hidrelétrico deixou de receber investimentos e agora o país pode sofrer racionamento

ENERGIA

Projeto veta mais privatização no setor elétrico

AS EMPRESAS PÚBLICAS OU DE economia mista do setor elétrico não poderão ser privatizadas, segundo dispõe o projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE), aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A proposta do senador pernambucano será apreciada na Comissão de Assuntos Econômicos e, se aprovada, encaminhada à Câmara dos Deputados.

Sob a alegação de que o poder público não consegue fazer os investimentos necessários no setor, o vice-líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), afirmou que o Planalto vai reverter a proibição contida no projeto de Roberto Freire, pois os riscos de racionamento aumentam cada vez mais.

Seus colegas opositoristas comentam que o senador roraimense ainda não conseguiu identificar as reais causas da atual crise energética, denunciadas há um ano e meio pelo apagão que deixou sem energia mais da metade da população brasileira e por algumas horas toda a indústria da região leste do país: a falta de investimentos em geração, conforme

reconheceu o ex-ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho.

Por que as estatais não investiram, se apresentam lucros de centenas de milhões de reais nos seus balanços? Não investiram, porque o Fundo Monetário Internacional (FMI) obrigou o governo brasileiro a contabilizar como déficit os investimentos das estatais, confundindo gastos com investimentos.

Faz pouco menos de 20 dias, pouco antes de admitir a possibilidade de racionamento, o governo anunciou investimento de 480 milhões de reais em Furnas, com recursos do BNDES, depois de divulgado o lucro líquido da hidrelétrica no ano passado: 700 milhões de reais. É investindo no aumento da oferta de energia – e não privatizando as empresas lucrativas e já amortizadas – que o Brasil vai eliminar mais esse ponto de estrangulamento do seu crescimento.

As empresas hidrelétricas podem investir, sim. É só o governo não dar bola para os absurdos contábeis do FMI. (Veja, a propósito, nota na página 43: "Holanda revê abertura na energia"). ■

Brasil

O cenário mete medo

O GOVERNO, PARTICULARMENTE AS autoridades monetárias, alimenta justificados receios de grave crise na economia, acompanhada de inflação. O cenário é dominado por compromissos externos perto dos 70 bilhões de dólares.

Para enfrentar a situação, o país conta com superávit comercial ainda em fase de miragem, somado a um déficit real em conta-corrente perto de 30 bilhões de dólares. Acrescente-se a isso a ameaça de não se completar a recuperação cíclica para a retomada dos investimentos que farão a economia crescer, de fato.

Além disso, as taxas de juros têm tendência de elevação, vive-se um período de desvalorização do real, que aponta para novo colapso cambial, e ocorre o desequilíbrio entre oferta e procura de energia elétrica, por deficiência



A falta de investimento no setor hidrelétrico vai resultar em aumento de tarifas

da oferta. Há também na lista dos problemas, a elevação das tarifas de energia em torno de 17%, com reflexos nos custos de produção, uma taxa de câmbio de pouco mais de R\$2,50/US\$1 até o fim do ano, mais os repasses das desvalorizações cambiais para a inflação, se continuarmos importando volumes expressivos de bens de consumo corrente. Hoje, já se constata altas de preços associadas a pressões cambiais.

Em meio a dados tão adversos, as distribuidoras de energia elétrica rei-

vindicam junto à Justiça a garantia de repasse automático, para as tarifas, de alterações tributárias e outros encargos, aí incluída a compra de energia da Itaipu Binacional, que é paga em dólares.

Este é um cenário nada animador, não apenas para o governo, mas também para os empresários e para o conjunto da cidadania. No setor energético, a curto prazo, seremos logo a Califórnia de hoje, onde os grupos privados já exigem a liberdade tarifária como solução para o problema da escassez de energia. ■

ENTREVISTA REINALDO GONÇALVES

Capital estrangeiro não faz o Brasil crescer

A poupança externa nunca se constituiu em fator decisivo para o desenvolvimento econômico do Brasil. No governo FHC foi usada para o financiamento do consumo da classe média e da elite.

A constatação é do professor Reinaldo Gonçalves, titular da cadeira de Economia Internacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de vários livros sobre a economia mundial e a economia brasileira, além de trabalhos de análise da situação social do Brasil.

Na entrevista a seguir, Reinaldo Gonçalves afirma que o Programa Nacional de Desestatização foi o grande fator de atração do capital estrangeiro. Este serviu para tapar buracos nas contas externas do país.

De onde procede a insistência do governo em considerar o investimento estrangeiro como o grande fator de crescimento da economia brasileira?

A preocupação com o investimento externo direto deriva menos do seu papel no crescimento econômico atual do que da sua contribuição para o ajuste das contas externas. Dada a enorme vulnerabilidade da economia brasileira e a piora nas condições de oferta internacional de capital de empréstimo e financiamento, o governo procura atrair empresas estrangeiras para "fechar" o buraco nas contas externas, que deve ser da ordem de 27 bilhões de dólares este ano.

Nos últimos 10 anos, quais segmentos do setor real da economia

brasileira têm sido beneficiados por esses investimentos?

O investimento externo direto tem se dirigido, em grande medida, para o setor de serviços. Mais precisamente, para os serviços de utilidade pública que entram no processo de privatização.

Se os investimentos estrangeiros vêm alcançando volumes expressivos, segundo versões governamentais, por que, nos últimos cinco anos, por exemplo, têm sido tão inexpressivas as taxas médias de crescimento do PIB?

Este é um paradoxo aparente. A entrada do investimento externo direto é resultado das fraquezas da economia brasileira e não da sua força. O investidor estrangeiro tem vindo para o Brasil para fazer "grandes negócios", pois está se beneficiando da privatização de empresas estatais e da fragilidade da empresa nacional. Quando o investimento externo di-

Voláteis outra vez?

ECONOMISTAS DO BANCO MUNDIAL (Bird) garantem que a crise econômica norte-americana não afetará os fluxos de capitais para os países chamados "emergentes". Ao contrário, devido à queda dos juros nos Estados Unidos, esses capitais seriam seduzidos pelas taxas convidativas oferecidas pelos países em desenvolvimento. Nas referências específicas ao Brasil, os técnicos do Bird destacaram-no como uma economia que não depende muito de Washington. Na verdade, apenas 21% das nossas exportações têm como destino o mercado norte-americano, mas é significativo o volume de manufaturados, de maior valor agregado.

Eles não chegaram a definir o tipo de capital que viria para o nosso país, mas a simples alusão à remuneração vantajosa pelos juros altos leva à conclusão de que se trata de novos fluxos de recursos voláteis – aqueles capitais que inflaram a bolsa e se fartaram no mercado financeiro, na segunda metade da década de 90. Os mesmos que se retiraram, em marcha batida, no curto período de 20 dias, na voragem dos chamados "ataques especulativos", que consumiram quase todas as reservas internacionais brasileiras produziram o colapso cambial, a desvalorização do real e a flexibilização da taxa de câmbio.

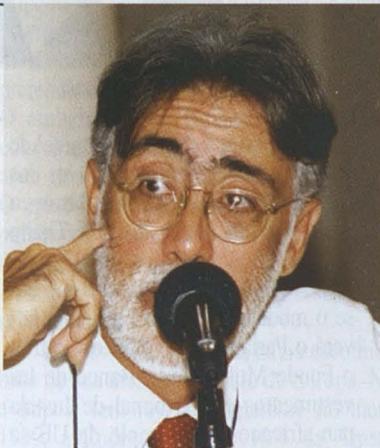
Tais fluxos não interessam ao país. A menos que o governo, em face dos monumentais compromissos externos para este ano, da expectativa de redução dos investimentos diretos e do clima adverso para novos empréstimos junto aos bancos internacionais, seja obrigado a abraçar, no desespero, os mesmos capitais especulativos que deram o grande tombo no Plano Real, nos idos de 1998/99. ■

Peso acaba com a fixação por dólar

O MINISTRO DA ECONOMIA, Domingo Cavallo, anunciou que o peso argentino será atrelado a uma cesta de moedas, que, inicialmente, vai incorporar o euro, além do dólar. Mas ainda não admitiu a desvalorização do peso.

Informação de outras fontes dá conta de que, mais tarde, a cesta vai incorporar o iene japonês e outras moedas de valor flutuante nos mercados de câmbio. A fórmula vai permitir à Argentina quebrar a rigidez da sua política cambial, promovendo discretas desvalorizações. Estas vão permitir ao país melhor desempenho de seus produtos nos mercados externos.

A medida, associada a uma política monetária mais expansiva, que o ministro considera necessária, será um estímulo à economia, agora que o Banco Central obteve do governo o compromisso de controlar os gastos públicos. Cavallo revelou-se muito feliz com a gradual redução das taxas de juros sobre os papéis de curto prazo da dívida pública, e confirmou o propósito de não recorrer ao mercado internacional de capitais com lançamento de bônus de prazo mais longo, até que os prêmios exigidos pelos investidores caiam mais. ■



Reinaldo Gonçalves

reto se faz por meio de fusões e aquisições, como no caso do Brasil, a entrada de capital estrangeiro não se faz acompanhar de aumento dos investimentos.

Quais seriam as principais fontes de poupança interna capazes de dar

suporte a um padrão de financiamento do crescimento mais adequado às necessidades e à realidade do país?

A geração de crédito é o principal fator determinante do financiamento de longo prazo. No caso do Brasil, a única possibilidade encontra-se nas instituições públicas. A menos que se faça uma reforma radical do sistema financeiro brasileiro, não vejo os grandes bancos privados, nacionais e estrangeiros, orientando suas linhas de crédito para o financiamento de longo prazo.

Nos anos 90, a despoupança do Estado se agravou. Que fatores são os responsáveis, e como superá-los?

A principal causa do desequilíbrio das contas públicas é a política de juros altos, que tem sido uma marca registrada do governo FHC. Esses juros respondem à necessidade de captação de recursos externos.

Nos anos 70 e 80, a poupança externa girou em torno da média de 3% do PIB. Afinal, que importância teve essa poupança para o nosso crescimento?

A poupança externa nunca foi um fator importante para a acumulação de capital no Brasil. A situação tornou-se ainda mais perversa durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, na medida em que os recursos externos foram usados para financiar o consumo da classe média e da elite, bem como a importação de bens e serviços que eram anteriormente produzidos no país, mas que, com a abertura, passaram a ser importados.

Em síntese, na origem da crise brasileira, está uma abertura econômica que é incompatível com a realidade nacional, porque torna a economia brasileira cada vez mais vulnerável. Isto coloca o país numa trajetória de instabilidade e crise. ■

Brasil

Carnegie condena modelo neoliberal

OS GOVERNOS DA AMÉRICA LATINA devem desistir das rígidas políticas econômicas que vêm executando e reorientar boa parte dos seus recursos para o combate à pobreza e à desigualdade, problemas que estão a requerer soluções urgentes.

A proposta está contida no estudo *Dissenso de Washington: políticas econômicas para a igualdade social na América Latina*, feito por um grupo de técnicos da Carnegie Endowment for International Peace (Fundação Carnegie para a Paz Internacional) e do Diálogo Interamericano, composto por 100 cidadãos de projeção das Américas que evoluíram para posições menos liberais, a julgar pela sugestão que fazem e segundo a qual "a América Latina deve superar os limites da ortodoxia econômica".

Depois de reconhecerem o fracasso das políticas neoliberais baseadas na disciplina fiscal, na eliminação de barreiras ao comércio e aos investimentos, nas privatizações de empresas públicas e nas medidas de compressão dos gastos estatais e de austeridade monetária, os autores do documento propõem amplo debate na região.

Lembram, a propósito, que à América Latina, nos últimos 15 anos, foram impostos modelos de crescimento inspirados no chamado "Consenso de Washington".

Do debate, deveriam participar também, segundo o documento, líderes sindicais urbanos e rurais, assim como representantes indígenas. O "Consenso de Washington", constatam os técnicos, está desacreditado por sua exagerada ênfase na disciplina fiscal e por promover investimentos com recursos públicos em atividades de elevados rendimentos econômicos, ao invés de fazê-lo nas necessidades dos segmentos pobres das populações.

"Para o 'Consenso de Washington', qualquer benefício para os pobres era considerado um subproduto das reformas. Agora, surge a idéia de que a pobreza e a desigualdade são os principais obstáculos ao crescimento econômico da América Latina", observa Nancy Birdsall, co-autora do estudo e integrante da Fundação Carnegie. ■



América Central

União aduaneira amplia comércio

AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Costa Rica, parceiros no Sistema de Integração Econômica Centro-Americana (Sica), vão passar dos 2,6 bilhões de dólares registrados no ano 2000 para a faixa de 2,9 a 3,2 bilhões de dólares, em 2003.

A previsão é do diretor-executivo do Sica, Alfonso Pimentel. A expectativa é de que a união aduaneira, da qual não faz parte a Costa Rica, propicie o incremento da produção de calçados, roupas, tecidos, papel laminado, produtos de plástico, cigarros, papel e papelão. Espera-se maior impacto do aumento do comércio, sobretudo porque envolverá produtos de maior valor agregado, disse Pimentel.

Agora em abril começam a funcionar as alfândegas justapostas de El Poy, na fronteira entre El Salvador e Honduras, e as de Pedro de Alvarado e de La Hachadura, na fronteira da Guatemala com El Salvador. As próximas serão abertas em Corinto, entre Guatemala e Honduras. ■

África

Integração política e econômica

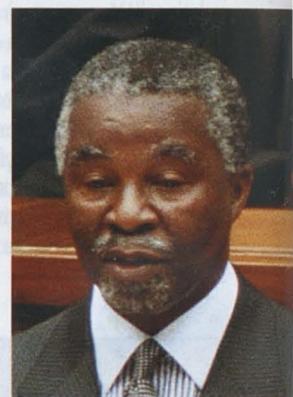
REPRESENTANTES DOS PAÍSES AFRICANOS estarão reunidos em Lusaka, Zâmbia, no mês de julho próximo. Vão ratificar a ata de criação da União Africana (UA), cujo objetivo é a integração econômica e política do continente, prevista no documento firmado em 1993 pelos fundadores da Organização da Unidade Africana (OUA).

Uma vez ratificada a ata de constituição da UA por pelo menos dois terços dos 53 integrantes da OUA, a comunidade entrará em vigor 30 dias depois e começará a funcionar a partir da reunião de cúpula da Organização da Unidade Africana, marcada para o ano que vem, na África do Sul. "O fortalecimento da unidade africana acompanha a tendência mundial para a formação de blocos regionais, como a União Européia (EU) e o Mercosul. Todos esses blocos foram impulsionados pela determinação de alcançar re-

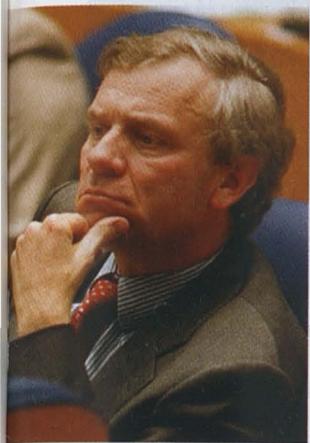
sultados práticos de maneira democrática, com vista à elevação do nível de vida dos povos, dentro e através das fronteiras nacionais", declarou o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki.

A União Africana tem como base o modelo da União Européia: haverá o Parlamento, o Banco Central, o Fundo Monetário, o Banco de Investimentos e o Tribunal de Justiça pan-africanos. O exemplo da UE se reproduz, também, na secretaria da UA, que se chamará Comissão.

No entanto, a União Africana conservará alguns elementos da atual OUA, uma vez que o órgão máximo de decisão será a Conferência dos Chefes de Estado e Chanceleres, agrupados em um Conselho Executivo, que definirá as suas próprias funções. ■



Thabo Mbeki



Holanda revê abertura na energia

Parlamento disse não

ticas para o capital estrangeiro.

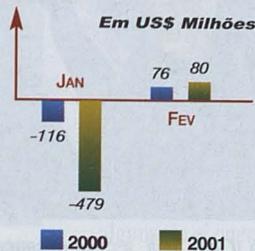
Amplos segmentos governamentais e do empresariado passaram a olhar com receio a entrada de capitais estrangeiros no que dizem ser um setor estratégico. Apontaram que as experiências de liberalização não vêm apresentando os resultados previstos, em termos de concorrência, serviços de boa qualidade e tarifas mais baixas, como se pode facilmente comprovar nos países em desenvolvimento da América Latina. Eles se viram privados de importantes ativos públicos estratégicos, hoje absorvidos por empresas transnacionais, que nada investem e só se preocupam em elevar tarifas para ampliar os lucros.

A medida dos parlamentares da Holanda se destina a impedir um acordo entre a Endesa e a distribuidora Regionale Energie Maastchappij Utrech (Remu), celebrado em dezembro do ano passado. Pelo acordo, a espanhola Endesa pretendia adquirir 100% da Remu por 1,145 bilhão de euros. O embaixador da Holanda na Espanha reuniu-se com o conselheiro-delegado da Endesa, Rafael Miranda, para analisar a delicada situação criada pelo Legislativo holandês. O episódio lembra a polêmica entre os governos dos dois países por ocasião do veto imposto pela Espanha à fusão da holandesa KPN com a Telefónica, no ano passado. Neoliberais no mundo, os holandeses sabem que a fórmula é ruim em casa.

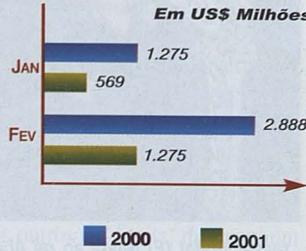
Desde 1999, a Endesa havia escolhido a Holanda como base de sua atuação no resto da Europa. Na França, comprou a Snet e tem revelado interesse no mercado italiano. Em 1999, a Endesa adquiriu 10% da Amsterdam Power Exchange, mercado livre de energia, do qual participavam outras empresas estrangeiras, como a belga Electrabel. No mesmo ano, a empresa espanhola assumiu o controle da distribuidora de gás e eletricidade da Eindhoven, NRE, com 275 mil clientes e, no ano passado, começou a ambicionar o controle da Remu, que é empresa municipal e proprietária da rede de gás e eletricidade da província de Utrech, com mais de 800 mil clientes. O recuo da Holanda na abertura do seu mercado de energia atinge também a RWE, da Alemanha, que tem importante peso na região. ■

Indicadores Brasil 2001

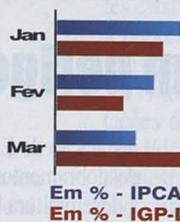
Balanco Comercial



Investimentos Diretos



Inflação



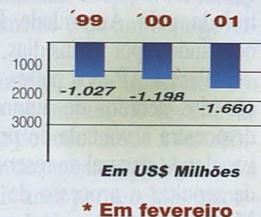
Reservas Cambiais



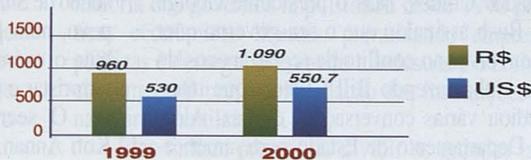
Dívida Pública Interna



C/C - Balanço de Pag.



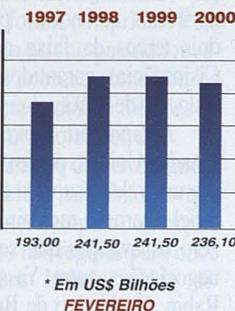
PIB (em US\$ e R\$ bilhões)



TAXAS DE JUROS (% ao ano)



Dívida Externa



Fotos: AFP



Yasser Arafat (E) relata ao rei Abdúl II, em Amã, a crise desencadeada pelo novo governo de Israel. O líder palestino considerou grave o ataque às instalações sírias

Oriente Médio

Israel põe a paz em perigo

Numa investida por mar, terra e ar, que chegou a atingir a guarda pessoal do presidente Yasser Arafat, forças militares israelenses invadiram, dia 17 de abril, uma área de 2,25 quilômetros quadrados no norte da faixa de Gaza, controlada pela Autoridade Palestina (AP), ocupando-a por vários dias.

Para a AP e os países árabes, a violação dos acordos de autonomia territorial demonstra a vontade do primeiro-ministro israelense, general da reserva Ariel Sharon, de sepultar o processo de paz no Oriente Médio.

As operações militares israelenses sofreram críticas públicas até por parte dos Estados Unidos. Mas o presidente George W. Bush assinalou que o seu governo quer se envolver no conflito da região menos do que vinha fazendo Bill Clinton, que intermediou várias conversações de paz. Além do Departamento de Estado norte-americano, que alertou para "a perigosa escalada da violência na região", a Organização das Nações Unidas e a União Européia qualificaram como ilegais as incursões militares nos territórios autônomos palestinos (cerca de dois terços da faixa de Gaza e 40% da Cisjordânia) garantidos pelos acordos de Oslo, desde 1993.

A aparente nova neutralidade dos Estados Unidos, porém, está sendo vista como um velado suporte diplomático para que Ariel Sharon e radicais sionistas reduzam a zero os avanços que se tinham obtido nas negociações entre Yasser Arafat e Yitsak Rabin. O objetivo de Bush seria impedir a

instalação do Estado Palestino, evento cujos desdobramentos políticos cortariam pela raiz a desenvoltura com que tropas e civis israelenses dispõem das terras e demais recursos dos palestinos.

Ariel Sharon também autorizou ataques contra instalações sírias no Líbano, com o propósito de vingar-se de ações da guerrilha Hisbolá, apoiada por Damasco. "A situação é extremamente perigosa", comentou Yasser Arafat em conferência com o rei Abdúl II, em Amã, na Jordânia.

A guerrilha Hisbolá, por seu lado, anunciou que "a resistência islâmica sabe quando, onde e como atacar o inimigo com golpes dolorosos. Iremos transformar o sonho de Sharon, de aterrorizar nosso povo, num pesadelo que vai perseguir o exército sionista, suas bases terroristas e seus campos".

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, acusou Israel e a guerrilha Hisbolá de violarem acordos de fronteiras e se confessou "consternado com o bombardeio israelense". Para Annan, a ação foi mais uma clara violação de resoluções do Conselho de Segurança da ONU, inclusive a que determina o respeito à chamada Linha Azul.

O respeito pela Linha Azul – definida entre Israel e Líbano em junho passado pela ONU, depois que o então primeiro-ministro Ehud Barak determinou a retirada das forças israelenses do sul libanês – é considerado essencial para manter a estabilidade entre Israel, Líbano e Síria. ■

Jordânia

Apoio à Intifada

Os 2,3 milhões de refugiados palestinos na Jordânia dão apoio econômico e moral à Intifada, a resistência nos territórios ocupados por Israel, e não confiam nas promessas de apoio dos governos árabes. A tensão cresceu quando o governo do direitista Ariel Sharon impôs o toque de recolher a 40 mil palestinos na cidade de Hebron e proibiu o ingresso de outros 60 mil em território israelense. Hebron tem sido um dos lugares onde se manifesta mais viva a Intifada.

Cerca de 46% da população jordânica é de origem palestina e mantém vínculos estreitos com os 4,2 milhões de palestinos que vivem nos territórios ocupados por Israel, segundo o Centro de Retorno Palestino, sediado em Londres. Os refugiados da Jordânia apóiam a Intifada pagando o atendimento aos palestinos feridos e os estudos universitários dos órfãos de ativistas da resistência. A medida que se intensifica a repressão israelense, aumenta a pressão sobre o governo de Amã, para que adote medidas contra Israel. ■



A Rússia recupera no Oriente Médio o espaço perdido durante a administração Yeltsin.

Na foto, o presidente Vladimir Putin (D) recebe em Moscou o chanceler sírio Faruq al-Shara, horas após o ataque israelense a uma base do exército sírio no Líbano



Guerrilheiros muçulmanos da Caxemira depõem armas ante forças indianas, em abril. Interesses geopolíticos fomentam a guerra na região

Índia

Revelações do censo

A população da Índia ultrapassou a barreira do bilhão de habitantes, o crescimento demográfico ficou mais devagar, o percentual de alfabetizados aumentou e a proporção de mulheres cresceu em alguns estados. Estas são as primeiras informações do censo geral realizado em fevereiro, demonstrando que o segundo país mais populoso do mundo tem 181 milhões de habitantes a mais do que há dez anos, um número superior à população do Brasil, a quinta nação mais populosa.

Em 1º de março de 2001, os indianos eram 1 bilhão e 20 milhões. O estado mais populoso é Uttar Pradesh, no norte, com 166 milhões, mais do que o vizinho Paquistão. "Mesmo tendo superado o bilhão de habitantes, a Índia tem o que comemorar", destacou o jornal *The Hindustan Times*, o de maior circulação nacional. A primeira boa notícia é que a Índia conseguiu reduzir o ritmo do crescimento demográfico em 2,52% na década de 1990. "As medidas de planificação familiar finalmente estão dando certo", acrescentou o jornal, em editorial.

Os resultados finais do censo ficarão prontos só em 2003, mas as primeiras apurações também revelaram importante avanço na proporção de alfabetizados: são agora 65,38%, bem mais que os 52,21% do censo anterior. A brecha entre homens e mulheres alfabetizados também caiu. Hoje são de 75,85% e 54,16%, respectivamente. Em 50 anos, foi o primeiro recuo do analfabetismo.

Kerala, no sul, manteve-se como o estado mais alfabetizado (90,2%). O oposto é Bihar, no leste, com 47,53%. Ambos os estados também ocupam os extremos, quanto aos índices de crescimento demográfico. Outro motivo de otimismo é o aumento da relação entre mulheres e homens, antes de 927 por 1.000 e agora de 933 por 1.000. Os especialistas acreditam que a prática de abortar fetos femininos ou matar as recém-nascidas, nos estados onde as filhas são vistas como carga pesada para a família, teve muito peso no desequilíbrio entre os sexos no passado.

Lamentavelmente, o questionário não incluiu pergunta útil para os planejadores: a casta social do entrevistado. O item foi eliminado após intenso debate público. Os que eram a favor de sua inclusão alegavam que seria essencial para determinar políticas públicas para os mais carentes. Os adversários alegavam que o conceito de castas não é compatível com a construção de uma sociedade moderna e igualitária, e foi esta a posição que prevaleceu. ■

Nepal

Mais instabilidade

Os cidadãos do Nepal confiam pouco na democracia, 11 anos depois do levante popular de 8 de abril de 1990, que substituiu o governo autoritário por um regime democrático e multipartidário. A instabilidade e a violência continuam ameaçando o pequeno reino himalaio situado entre a Índia e a China.

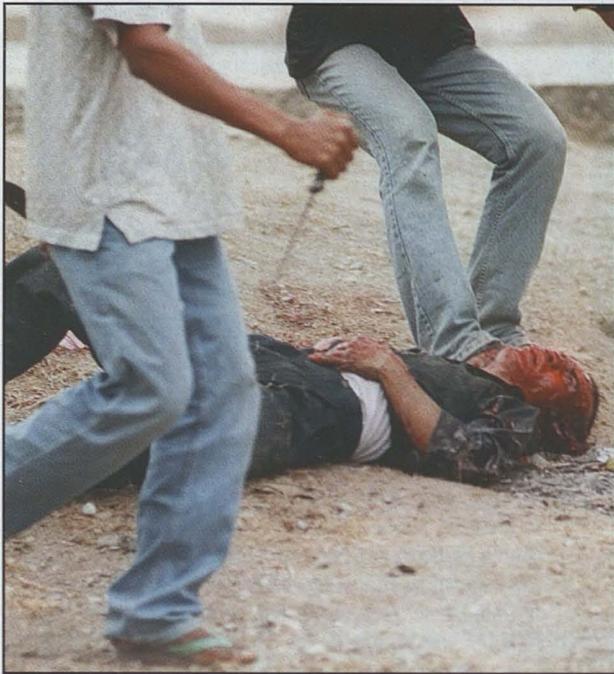
Desde 1990, o Nepal teve dez governos eleitos, alguns de esquerda e outros de direita, mas nenhum deles resistiu muito tempo, alguns duraram só poucos meses. Desde 1996, uma violenta rebelião de extrema esquerda fez mais de 1.600 vítimas. As recentes estatísticas oficiais revelam que na última década a pobreza se agravou no país, considerado um dos mais pobres do mundo.

Mesmo aqueles que participaram das manifestações de rua há onze anos estão hoje desiludidos. "Os líderes que se sacrificaram pela democracia são os mesmos que gora a arruinaram com sua corrupção", afirma Madhavi Bhatta, que participou do levante quando era um jovem militante do Partido Nepalês do Congresso. "Os dirigentes também desenvolveram tendências ditatoriais. O que o Nepal necessita hoje desesperadamente é de um bom governo", acrescenta.

Os dois maiores partidos, o do Congresso e o Comunista (UML), que se uniram no levante de 1990, têm levado a culpa de tudo, desde a instabilidade até a corrupção. Um dos maiores problemas é a violência desatada há seis anos por rebeldes maoístas na região rural ocidental. Na primeira semana de abril, os rebeldes mataram mais de 80 policiais na região, no maior ataque já realizado até agora. A maioria dos governos impulsionou desde 1990 políticas econômicas liberais, privatizando empresas públicas e desregulamentando a indústria e o comércio, em geral por recomendação das instituições financeiras multilaterais.

Eles tinham prometido dividir os grandes latifúndios – o Nepal é um país de predominância rural – e distribuí-los entre os camponeses sem terra. Também prometeram libertar todos os trabalhadores submetidos à escravidão por dívidas, mas, por enquanto, as promessas não foram cumpridas. Pelo contrário, um estudo realizado no ano passado revelou que, na última década, a pobreza aumentou no país. Atualmente, mais da metade dos 23 milhões de nepaleses ganham menos de um dólar por dia.

Especialistas em problemas de desenvolvimento constataram que os rebeldes maoístas – que defendem a justiça social no campo – avançam muito nas áreas rurais, mesmo nas regiões para onde agências internacionais têm levado ajuda financeira. ■



Cenas como esta duraram semanas em Timor Leste, após o plebiscito em que a população escolheu tornar-se nação independente. Milicianos orientados por militares indonésios espalharam o terror na antiga colônia portuguesa, que passou 24 anos sob ocupação das forças de Jacarta

Timor Leste

Tribunal internacional

A Organização das Nações Unidas (ONU) está sendo pressionada a constituir um tribunal internacional para julgar crimes contra a Humanidade no Timor Leste, após a realização do plebiscito de independência, realizado em 1999. De acordo com um relatório enviado à entidade, a violência que tomou o país após o plebiscito teria sido planejada por generais indonésios. Mais de duas mil pessoas morreram em três semanas de conflitos, e grande parte da população fugiu ou foi deportada para o Timor Oeste.

O cônsul australiano no Timor Leste, James Dunn, apresentou uma declaração à ONU, afirmando que os conflitos no país não foram “uma resposta espontânea de pessoas contrárias à independência, mas uma conspiração liderada por generais indonésios”. Ele afirma ainda saber de 24 oficiais indonésios envolvidos no processo.

Em março, o Parlamento indonésio propôs ao presidente Abdurrahman Wahid a criação de um tribunal de direitos humanos. Contudo, o presidente está ameaçado de *impeachment* e preferiu evitar atritos com as Forças Armadas, que têm grande poder na política nacional.

No entanto, José Ramos Horta, presidente do Conselho Nacional do Timor Leste e Prêmio Nobel da Paz, disse que o tribunal seria uma opção forte, se a Indonésia não vier a fazer justiça.

“Tenho encontrado os membros das Nações Unidas e estou confiante em que teremos a maioria simples necessária para a criação desse tribunal”, declarou Ramos Horta. ■



Jovens vendem o jornal 'Nhân Dân', da Juventude Comunista do PC do Vietnã, em 22 de abril, durante o 9º congresso da organização política. O dia de abertura do congresso foi escolhido para coincidir com a data de nascimento de Vladimir Lênin, o líder da Revolução Soviética de 1917 e cuja versão do marxismo orienta o partido vietnamita. O PC do Vietnã dirigiu a luta anticolonial e de reunificação do país, derrotando a França e os Estados Unidos



A Indonésia vive fase política tumultuada, com ameaça de *'impeachment'* contra o presidente Abdurrahman Wahid. Manifestações populares, como esta, do mês passado, têm sido frequentes, pedindo a renúncia do presidente, que se vê em meio ao fogo do Parlamento, onde é acusado de corrupto, e a pressão militar, cujos chefes querem voltar a mandar no país

Alemanha

Indenização negada

O Tribunal Regional de Berlim rejeitou a ação impetrada pela Associação das Comunidades Judaicas da Eslováquia exigindo da Alemanha uma indenização de 93 milhões de marcos (44,5 milhões de dólares) por causa da deportação de judeus eslovacos, em 1942. O Tribunal argumentou que a Associação não tem legitimidade para reivindicar os direitos dos judeus eslovacos exterminados na Alemanha nazista.

O advogado da Associação, Rainer Arzinger, explica que a soma exigida equivale aos 18 milhões de marcos pagos pelo Estado eslovaco à Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial pela deportação de 58 mil judeus, dos quais só 282 sobreviveram. A Eslováquia foi um estado satélite da Alemanha durante o governo nazista. O dinheiro para a deportação foi confiscado das famílias judias. O advogado justificou que o acordo entre Berlim e Bratislava, firmado em 1942, foi ilegal e imoral desde o início e por isto não teria validade.

O presidente da Associação, Frantisek Alexander, pretendia destinar parte da indenização para os sobreviventes eslovacos do Holocausto e o resto para a preservação de sinagogas, monumentos e cemitérios judaicos. A maioria dos sobreviventes do nazismo na Eslováquia nunca recebeu qualquer indenização. ■

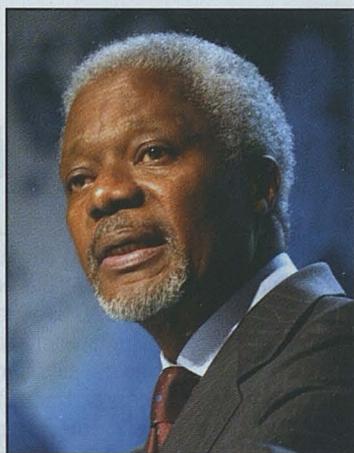
África

ONU mais ativa

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, destacou a necessidade de que a entidade tenha um papel mais ativo na África para alcançar as metas determinadas pela Cúpula do Milênio. "Nenhum lugar do mundo tem tantos desafios pela frente como a África. É necessário que toda a família das Nações Unidas se reúna para discutir como trabalhar de forma mais efetiva para alcançar as metas acordadas em setembro de 2000", declarou Annan, um diplomata de Gana, em entrevista coletiva em Nairóbi, capital do Quênia.

Annan presidiu em Nairóbi uma reunião do Comitê Administrativo sobre Coordenação da ONU, com a presença de 80 autoridades. Nos dois dias de encontro, foram discutidas formas para implementar os objetivos da Declaração do Milênio, firmada em setembro por líderes do mundo inteiro, comprometendo-se a lutar contra a fome, as enfermidades, as guerras e a degradação ambiental. Na reunião, se fez um chamado a mobilizar mais recursos para a luta contra a AIDS na África, lugar onde vivem 20 milhões dos 33 milhões de portadores do vírus no mundo.

O presidente do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Klaus Toepfer, disse que a decisão de realizar a reunião do comitê em Nairóbi confirma a cidade como um centro de operações da ONU para o mundo em desenvolvimento. Na capital do Quênia se encontra a sede da oficina mundial do Pnuma e do Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos. ■



O secretário-geral da ONU, Kofi Annan

Angola

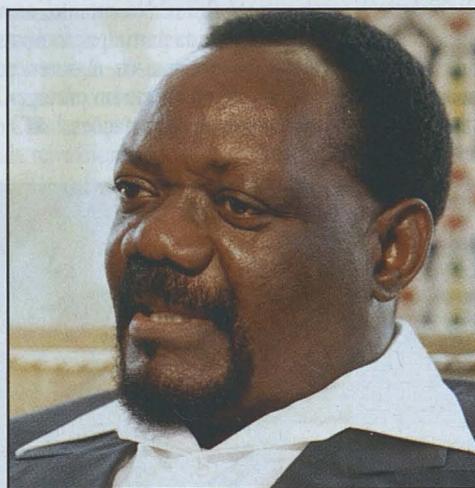
Savimbi cada vez mais isolado

A recente deserção de um oficial de alta patente da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) é mais um indício da desesperadora situação em que se encontra Jonas Savimbi, isolado na floresta do interior do país. Esse oficial, um general, encontrava-se em Burkina Fasso há mais de um ano, com um outro general rebelde, com a missão de comprar armas e encaminhá-las por via aérea às bases do grupo em Angola. Irritado com a demora da remessa dos enviados especiais a Ougadugu, Savimbi começou a suspeitar de traição e pediu aos serviços de segurança burquineses que confiscassem os passaportes e outros documentos de seus dirigentes. Um dos generais, antigo chefe de segurança da Unita, não se deixou surpreender e, imediatamente, buscou proteção, recorrendo

ao governo angolano.

A mudança de atitude dos militares subordinados a Savimbi já tinha sido detectada quando da execução de alguns dos mais populares dirigentes do movimento. Ordenada pelo próprio líder da Unita, a execução aconteceu depois da queda do feudo dos rebeldes na região de Andulo, no início do ano passado.

Recentes investigações da ONU, decorrentes das sanções contra a Unita, demonstraram que os rebeldes continuam vendendo diamantes no sistema mundial de comércio destas pedras preciosas, apesar do embargo decretado pela ONU. Mas a Unita foi obrigada pelas Forças Armadas angolanas a



Jonas Savimbi: após o apoio explícito de Ronald Reagan, derrota militar e sanções da ONU

retirar-se da região diamantífera mais produtiva, o vale de Kuango, um duro golpe para Jonas Savimbi, que teria em seu poder reservas de pedras avaliadas em 250 milhões de dólares. ■

Desenvolvimento

A esperança dos países pobres

A pobreza nos 49 países mais atrasados pode ser reduzida à metade até 2015, caso se melhorem as condições de exploração do setor de matérias-primas. Esta foi a conclusão dos especialistas convocados em Genebra pela ONG Fundo Comum para as Matérias-Primas e pela Conferência da ONU sobre o Comércio e Desenvolvimento (Unctad). A consolidação da capacidade de produção e de comercialização das matérias-primas nos países mais pobres do mundo pode acontecer através da transferência e da incorporação de tecnologias de produção apropriadas, segundo os participantes do encontro, que sugeriram o reforço das atividades de pesquisa, além de destacar a necessidade de acesso a sementes melhoradas.

As economias dos países mais atrasados dependem de forma decisiva do setor primário, que envolve basicamente a pesca, a agropecuária e a extração mineral e vegetal. Somente a agricultura e a pesca representam mais de 36% do Produto Interno Bruto e de 80% dos ganhos com importação. Nos países pesquisados, mais de 70% da população obtém emprego no segmento primário da economia, ainda que só uma minoria trabalhe na agricultura de subsistência. Os países mais pobres do mundo têm reduzido sua participação no mercado internacional de matérias-primas. A situação se complica quando os países menos desenvolvidos se transformam, também, em importadores de matérias-primas.

Manter a competitividade no mercado internacional de produtos primários foi considerado pelos participantes do encontro como mais importante que a estabilidade ou o aumento dos preços. Os setores de crescimento mais dinâmico são pesca, frutas, vegetais, laticínios, aves e até flores. No entanto, os mais pobres têm tradicionalmente uma reduzida participação no mercado, em grande parte porque os países ricos, os maiores compradores potenciais de produtos primários, procuram proteger ao máximo sua agropecuária, dificultando as importações. ■

Turismo

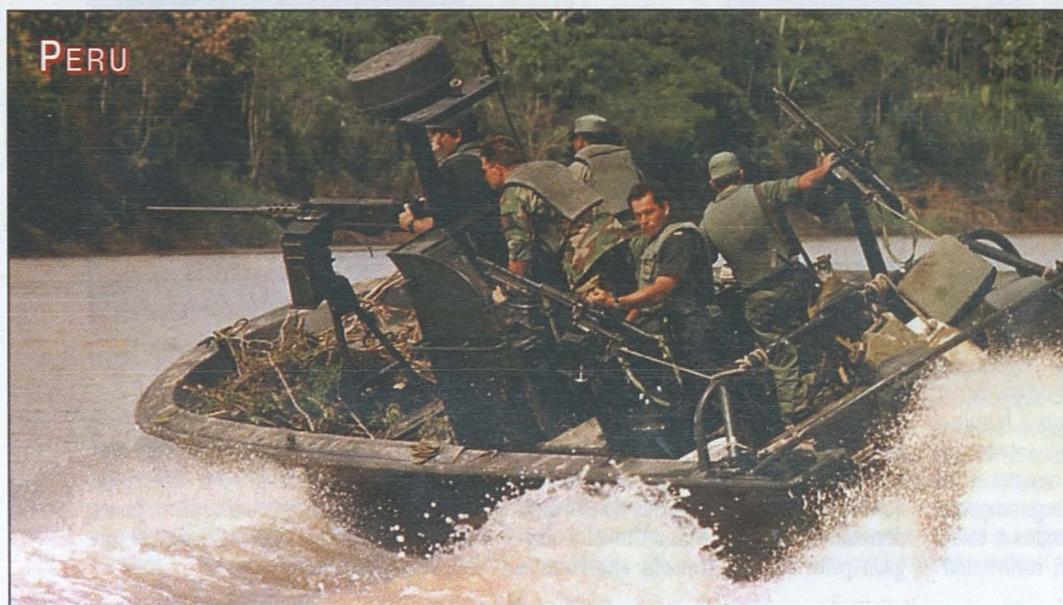
Salários baixos

O turismo, mesmo ocupando 3% da força de trabalho internacional, paga salários 20% a menos do que outras áreas da economia, devido à elevada proporção de trabalhadores desqualificados. Os serviços prestados por este setor representam 3% da produção mundial. Sua média de crescimento anual segue a um ritmo de 3%, superando a expansão do conjunto da economia nos últimos anos. Os índices mais altos registram-se no sul da Ásia (9,1), no Caribe (6,8) e na Europa Central e Oriental (5,2%). A Europa cresceu 2,3%, índice inferior à média. Na Ásia e no Pacífico, registrou-se o mais baixo, 1,4%.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) recolheu estes dados de um relatório sobre a evolução do setor – que engloba viagens pessoais (por férias e outras razões) assim como a negócios, tanto internacionais como internos – nos últimos anos. Observa-se um crescimento maior do turismo interno, dentro das fronteiras, em relação a todo o setor. Cerca de 700 milhões de turistas cruzaram as fronteiras em 2000 e gastaram quase 500 bilhões de dólares.

Calcula-se que pelo menos 80% dos turistas que chegam aos países em desenvolvimento o fazem por via aérea. Além disso, a internet é cada vez mais usada na venda de passagens em todo o mundo, e o turismo constitui uma das formas de aplicação mais importantes deste sistema de comunicação. O relatório informa que o correio eletrônico impulsiona bastante as oportunidades que têm os países em desenvolvimento de obter benefícios vantajosos na competição por destinações turísticas.

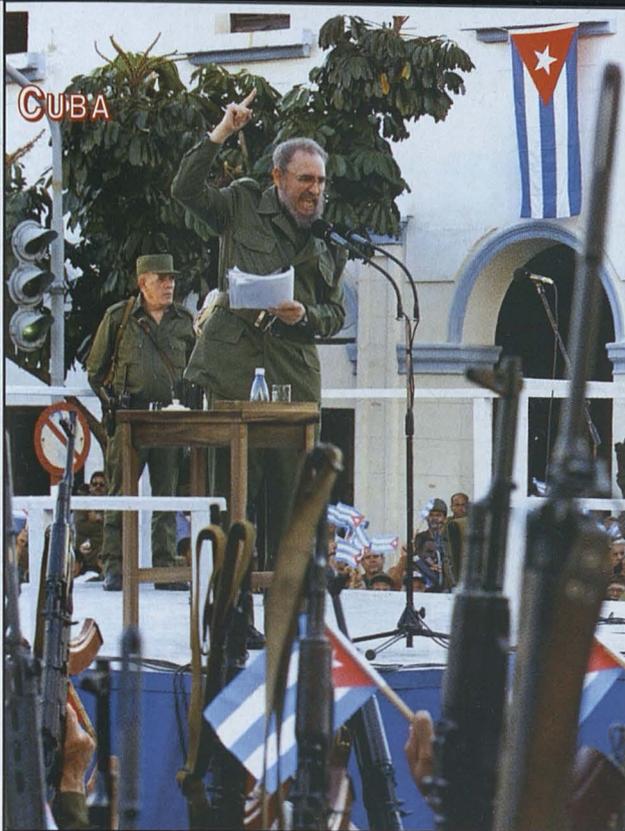
Seguramente, segundo a OIT, a pior forma de trabalho infantil que se dá no turismo é o comércio sexual. O setor está participando em programas inovadores para evitar a exploração de meninos e meninas por parte da rede de proxenetas no contexto turístico. Contudo, manifestaram preocupação diante das atitudes anti-sindicais demonstradas por algumas empresas multinacionais em países onde os trabalhadores são mais organizados. ■



PERU

Fuzileiros navais norte-americanos estão no Peru, treinando tropas do país.

Na foto, uma lancha da marinha dos Estados Unidos cruza um dos rios tributários do Amazonas, na região de Iquitos. A presença militar norte-americana intensifica-se na Amazônia peruana, colombiana e equatoriana, a propósito de combater o narcotráfico



Fidel Castro, com o tradicional uniforme verde-oliva, lidera o ato que marcou o 40º aniversário da proclamação do caráter socialista da Revolução Cubana. Milhares de cubanos se concentraram na esquina das ruas 12 e 23, em Havana, onde Fidel fez aquele anúncio histórico, surpreendendo o mundo, em 15 de abril de 1961: 'Companheiros operários e camponeses, esta é a revolução socialista e democrática dos humildes, com os humildes e para os humildes'

Europa

Ciganos excluídos

A população cigana enfrenta enormes dificuldades para obter serviços sociais mínimos, como saúde e habitação, nos países do Leste europeu. Ina Zoon, consultora do Instituto Sociedade Aberta (ISO), apresentou ao Parlamento Europeu o estudo "À margem: os ciganos e os serviços públicos na Romênia, Bulgária e Macedônia", segundo o qual algumas políticas aparentemente neutras têm um impacto desigual na população cigana. Zoon, integrante do Centro Europeu pelos Direitos dos Ciganos (CEDG), declarou que, apesar de o relatório ser concentrado nestes três países, a situação do povo cigano é similar em todo o Leste europeu.

Na Romênia, Bulgária e Macedônia, entre 2% e 7% da população é cigana, geralmente a mais pobres e com alto índice de desemprego. A qualidade de vida dos ciganos também é pior que a da população em geral. Sua esperança de vida é menor, seus filhos apresentam taxas mais elevadas de mortalidade infantil e maior incidência de desnutrição, anemia, distrofia muscular e raquitismo.

O documento demonstra que o sistema de seguridade e ajuda social não é equitativo na região, apesar de as normas constitucionais dos países analisados consagrarem o princípio de igualdade perante a lei e incorporarem a suas legislações acordos internacionais de direitos humanos. A Romênia é o único dos três países que conta com legislação específica contra a discriminação. ■

Paraguai

Expansão da seita Moon

O grupo humanitário Liga Internacional pelos Direitos e a Libertação dos Povos denunciou perante a ONU o caso do povoado Puerto Casado, que foi vendido junto com todos seus prédios e os 400 mil hectares que o rodeiam a uma empresa da Igreja da Unificação, também conhecida como Seita Moon. Eles questionaram perante a Comissão de Direitos Humanos da ONU a transferência do grupo empresarial Carlos Casado SA para o grupo religioso, fundado em 1954 na Coreia do Sul por Sun Myung Moon (o reverendo Moon), organizado no grupo empresarial Atenil SA.

A operação comercial é considerada uma aberração, na medida em que o objeto do contrato inclui o território de um povoado (situado a 550 quilômetros ao norte de Assunção), com toda a sua área urbana, a igreja, ruas e moradias e também os seus 6.500 moradores. Julián Arzuaga, porta-voz da Liga, informou que o grupo Carlos Casado SA, constituído em 1886, chegou a ser proprietário de 10% do território do Paraguai, o equivalente a uma área superior a toda a Suíça.

Com o produto da venda de parte dessas terras, a empresa se dedicou, desde 1910, à exploração madeireira. "Essa atividade só parou em 1997, quando a última árvore foi cortada na região do Chaco paraguaio", denunciou Rubén Domínguez, um músico de Puerto Casado, radicado na Europa há 24 anos. Na região do Chaco, onde está situado Puerto Casado, os povos indígenas representam 60% da população, mas só detêm a propriedade de menos de 2% da área total.

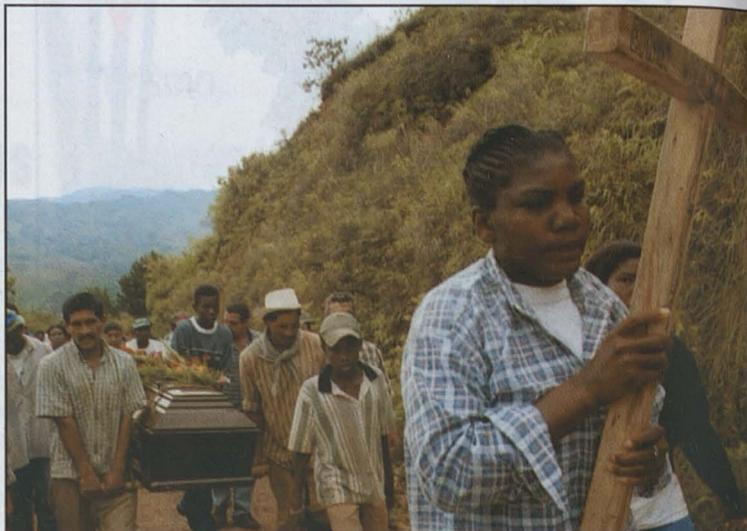
Os representantes de Moon deram para a população local um prazo de um ano para deixar as suas moradias. O que significa que os habitantes do povoado não figuram nos planos da empresa. Com o fim da exploração da madeira, os moradores locais vivem de uma precária economia de subsistência, baseada na caça e na colheita.

Depois de conhecida a transferência das terras, os residentes de Puerto Casado, com o apoio de setores sociais, religiosos, políticos e sindicais, reivindicaram o seu direito à autogestão. "A proposta inclui a possibilidade de aplicar políticas de desenvolvimento e recuperação econômica e social, sem a interferência de nenhum elemento estranho, como seria a multinacional do reverendo Moon", afirmou na ONU Julián Arzuaga.

Com esse fim, os moradores solicitaram ao Congresso paraguaio a aprovação de uma lei de expropriação de 160 mil dos 400 mil hectares envolvidos na transferência para a Atenil SA.

O território reivindicado corresponde à parte urbana de Puerto Casado e uma parte de terreno imprescindível para assentamentos rurais, agrícolas, pecuários e florestais. Essa reivindicação conta com o apoio dos bispos católicos paraguaios reunidos na Conferência Episcopal Paraguaia, que exigiram do Parlamento "ação rápida em defesa da soberania nacional" perante os interesses transnacionais estrangeiros.

A seita Moon também tem efetuado grandes compras de terras no Brasil, particularmente na região do Pantanal. Grupos paraguaios têm denunciado que a presença da seita, em ambos os lados da fronteira e em uma região rica em água, faria parte da estratégia do grupo de Sun Myung Moon de controlar a futura utilização desse bem, que a cada dia que passa se torna mais estratégico para o futuro da Humanidade. ■



Dois momentos na Colômbia, em 16 de abril: enquanto, no Dia das Forças Armadas, na capital, o presidente Andrés Pastrana condecorava a embaixadora Anne Patterson, dos EUA, país que financia o Plano Colômbia, camponeses de Naya enterram Edwin Velasco, 22 anos, uma das 40 pessoas executadas no dia anterior por um esquadrão da morte dos paramilitares apoiados pelo exército

Colômbia

Contra o plano norte-americano

A Carta assinada por Rigoberta Menchu, Carlos Fuentes e Adolfo Pérez Esquivel, entre mais de uma centena de personalidades da América Latina, pede ao presidente dos Estados Unidos que cesse a guerra na Colômbia e busque “propostas realistas” para o problema do narcotráfico.

“Ao invés de fomentar políticas errôneas, ineficazes e prejudiciais, a comunidade internacional deveria oferecer seus recursos à saúde, à educação e ao desenvolvimento econômico, apoiando esforços para uma saída pacífica para o pior conflito do hemisfério”, exortam as personalidades.

O governo dos Estados Unidos já comprometeu 1,3 bilhão de dólares no Plano Colômbia, orientando o governo de Andrés Pastrana a recuperar o controle do sul do país, onde se encontra grande parte dos cultivos ilegais de coca e papoula. A região é controlada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). A ajuda norte-americana consiste basicamente em equipamentos militares, como helicópteros e caminhões, e treinamento de pessoal. A ajuda econômica destinada às regiões afetadas é praticamente nula.

O governo de George W. Bush anunciou que solicitaria ao Congresso mais 731 milhões de dólares para dar prosseguimento ao Plano Colômbia, e expandi-lo aos países vizinhos. Deste total, a Colômbia deve receber 400 milhões. O resto seria dividido entre Bolívia, Peru, Equador, Venezuela, Panamá e Brasil. ■

Estados Unidos

Cultura questiona oposição a Bush

A cantora, atriz e ativista do Partido Democrata norte-americano Barbra Streisand disse ter chegado à conclusão de que a oposição ao governo do presidente George W. Bush está sem líderes no Congresso, uma vez que a senadora Hillary Clinton ainda não disse ao que veio e Al Gore sumiu politicamente. A atriz aproveitou uma festa em sua casa para externar seu desassossego com os rumos do governo de Bush e centrou fogo no que considera uma apagada oposição democrata.

Perante as centenas de seus convidados, Barbra Streisand leu em voz alta um texto de sua autoria, sob o título “Caras legais terminam em último” – uma crítica aos congressistas democratas. Ela destacou: “Nós temos um presidente que roubou o cargo através de laços familiares, arrogância e intimidação. Espero que vocês já tenham passado a fase de brigarem entre si.” Ainda na festa, Barbra revelou que está reunindo democratas endinheirados dispostos a montarem um canal de notícias a cabo, para transmitir uma “programação eminentemente liberal e livre dos cabeças-falantes republicanos”. Os atores Warren Beatty e Annette Bening, o produtor Norman Lear e o líder do Partido Democrata no Congresso, Dick Gephardt, estariam interessados em contribuir para viabilizar a iniciativa. ■



Barbra Streisand

Gente

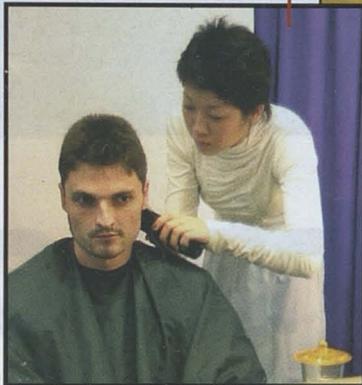
Fotos: AFP



Marie Colvin, 44, premiada jornalista do 'Sunday Times', de Londres, não fugiu ao dever, quando cobria confrontos entre a guerrilha tamil e as forças oficiais do Sri Lanka, em Vavunya, no norte daquele país. Combatente da notícia, acabou envolvida pelo tiroteio das duas forças e sofreu graves ferimentos, inclusive na cabeça. A cada ano, a cobertura de guerras e revoluções abate jornalistas e fotógrafos, que não recusam o risco para cumprir a missão de informar

O esportista do bem, Ernst Van Dyk, sul-africano, ergue seu troféu, após vencer a Maratona de Boston, em abril, na categoria cadeira-de-rodas.

Gastou 1h25min12s para alcançar a vitória. Já o goleiro alemão Lutz Pfannenstiel (abaixo) bancou o esportista do mal. Por US\$10 mil, deixou times adversários vencerem e perdeu 100 dias da vida no xadrez, em Cingapura, onde praticou a falcatura. Triste e cabeludo, a primeira coisa que fez ao sair da prisão foi livrar-se da cabeleira



Oxana Fedorova, de 23 anos, vive a glória de Miss Rússia 2001. Esse tipo de concurso, decadente há muito tempo no Ocidente, encanta agora homens e mulheres no outrora socialista Leste europeu. Oxana recebeu muitos presentes, entre eles uma Mercedes e um relógio Cartier de ouro. Ainda emocionada, ela não sabe se deixa a polícia de São Petersburgo, onde é a tenente da corporação



José Bové, o líder camponês da França, comandou, na porta do centro de pesquisa da poderosa Aventis, em Evry, perto de Paris, o dia mundial de protesto contra os organismos geneticamente modificados, os transgênicos, em 17 de abril. A Aventis é uma das irmãs do oligopólio das sementes transgênicas no mundo

A presença chinesa cada vez maior no cenário mundial leva o governo norte-americano a seguidos atos de provocação, despertando o temor de ressurreição da Guerra Fria



O gigante começa a

AMPLOS REDUTOS DO PARTIDO Republicano e dos setores da economia norte-americana que dão suporte ao governo do presidente George W. Bush continuam com a visão desatualizada do mundo. Crêem que os Estados Unidos são hoje a única potência econômica e militar dotada de poder absoluto para agir no cenário mundial, em função exclusivamente dos seus próprios interesses.

Assim, procuram demonstrar que uma ordem emitida pela Casa Branca seria suficiente para despertar reações de obediência e estender relações de subordinação, como se as demais nações não tivessem interesses legítimos a defender.

Os Estados Unidos não vêem com bons olhos o surgimento de uma potência econômica, demográfica e militar no

Leste da Ásia. Mas as relações comerciais e econômicas norte-americanas com a China se ampliaram exponencialmente e atuam como um freio no ardor guerreiro dos falcões.

Tais interesses nem de longe podem ser comparados com os que existiam entre os Estados Unidos e a extinta URSS, essencialmente conflitantes e irreconciliáveis, devido a antagonismos ideológicos insuperáveis. Acabou excluída a URSS, não por inviabilidade ou fracasso do socialismo, mas por imperdoáveis erros de visão da sociedade mundial, na condução da própria economia e na imprudência em aceitar a continuação da corrida armamentista, quando já dispunha de poderio bélico suficiente para dissuadir o inimigo do propósito de começar um conflito armado.

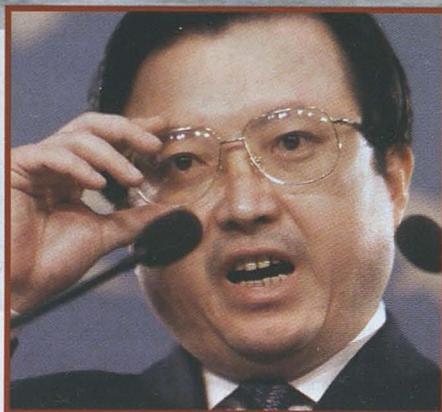
O episódio do avião-espião americano EP-3E, que invadiu o espaço aéreo chinês, derrubou um caça da Força Aérea e aterrissou, sem autorização, na ilha de Hainan, parecia, à primeira vista, ingrediente ao qual se somariam outros, num desdobramento político-militar que poderia desenhar, num horizonte de curto e médio prazos, os contornos de uma nova Guerra Fria.

Outros incidentes, nesse contexto, precisam ser lembrados, como o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado, durante a guerra da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) contra a Iugoslávia, há dois anos, e os novos bombardeios anglo-americanos sobre Bagdá, em fevereiro passado. Em ambos os episódios, uma espécie de aviso contra a China, pela ajuda militar

Foto: Prefeitura de Xangai



O avião-espião no aeroporto de Lingshui, Hainan, criou um incidente diplomático que revela outros problemas. A China que se moderniza e lança sua economia na competição internacional é um fator novo e preocupante para os Estados Unidos. Na foto maior, aspecto da área comercial de Xangai



Fotos: AFP

Chanceler Zhu Bangzao: o incidente é de total responsabilidade dos Estados Unidos

a incomodar

que estaria prestando à Iugoslávia e ao Iraque – além do mais, intrometendo-se em regiões que Washington considera de sua exclusiva influência.

É bom lembrar ainda os recentes movimentos diplomáticos chineses, cumpridos com êxito. O primeiro, meses atrás, a reaproximação de Pequim com Nova Délhi, visando tornar parceiras comerciais, diplomáticas e militares as duas maiores nações do planeta, onde vive um terço da humanidade – mais de dois bilhões de pessoas. O segundo, a reconciliação com a Rússia de Vladimir Putin, depois de 50 anos de desconfianças.

O final de 2000 e o início de 2001 viram não só a mudança do presidente norte-americano, mas também a estruturação de um concerto diplomático entre

China, Rússia e Índia capaz de determinar o futuro asiático. Trata-se de um acerto impensável há pouquíssimo tempo.

Espionagem como direito

Apesar das reiteradas exigências dos Estados Unidos para que a China devolva o avião-espião, usando quase um tom de ultimato, o governo de Jiang Zemin vai atender à solicitação tão logo considere conveniente, mesmo porque outro é o tratamento que se dispensa ao episódio nos bastidores da diplomacia.

Os chineses já copiaram o que foi possível – o que a tripulação não conseguiu destruir. A destacar, a arrogância da falas de Bush, mais dirigidas ao

mundo do que aos chineses, invocando uma espécie de direito divino dos Estados Unidos de espionar outros países e ter essa sua intromissão respeitada como legítima.

O contencioso, que de vez em quando põe os dois países em atrito, incorpora os chamados direitos humanos, tema sensível que Washington sempre utiliza como arma de pressão. Campeões dos desrespeitos aos direitos humanos, especialmente na América Latina da época dos regimes autoritários que impôs no continente, o governo norte-americano procura dar lições de humanismo: sempre relembra os confrontos na Praça da Paz Celestial e mobiliza até estrelas de Hollywood e astros do rock internacional para agitar a questão do Tibete.

Na ordem do dia dessa vertente, há



Nesta fábrica norte-americana em Xeniang, na província de Liaoning, operários chineses produzem calçados para exportação. Os interesses econômicos, segundo analistas, podem atuar como freio sobre os falcões que hoje administram a Casa Branca

ainda a questão da ilha de Formosa (Taiwan), a província rebelde, que já foi a chamada China Nacionalista e chegou a ter assento na ONU. Hoje internacionalmente reconhecida como parte da República Popular da China até mesmo pelos Estados Unidos, o retorno da ilha à soberania de Beijing é um dos processos que, como ocorreu com Hong Kong, poderá levar tempo. As autoridades chinesas costumam lembrar a multimilenar história do país, para dizer que esperar não se constitui em problema. A política de Bush – de manter uma posição de confronto – envolve privilegiar Formosa até com assistência militar sofisticada, como o ultramoderno sistema de defesa aérea Aegis, fato que vem despertando forte reação contrária do regime chinês.

O peso do mercado de 1,2 bilhão

Na contramão da má diplomacia de Bush, a verdade é que a controlada abertura chinesa vai desenhando, entre a China e os Estados Unidos, relações comerciais e econômicas que levam as duas economias a significativo grau de interdependência, surpreendente e até mesmo paradoxal. Hoje, o comércio bilateral ultrapassa os 100 bilhões de dólares. Os investimentos externos são os mais elevados em todo o mundo nos últimos anos, cerca de 60 bilhões de reais ao ano, com parcela significativa de origem norte-americana.

Digna de destaque é a economia mista que desponta na economia socialista da China, graças às incontáveis parcerias de empresas transnacionais com empresas estatais chinesas. Um exemplo é a participação da GM com a aquisição de 34% das ações da estatal Liuzhou Wuling Motor, localizada na província de Guangxi. Trata-se da

maior fábrica de minivans do país (produz 400 mil unidades/ano).

Além disso, 50% das exportações da China são de responsabilidade de unidades industriais estatais que têm parceria com corporações estrangeiras, norte-americanas em particular. Eis aí uma interpenetração de interesses que inspira a denominação de socialismo de mercado atribuída à economia da China.

Evidentemente, fatores geopolíticos poderão vir a conturbar seriamente as relações entre os dois países, se Washington persistir no propósito de impor sua soberania a todo o Leste da Ásia, sem considerar a massa física e demográfica, a densidade econômica e os legítimos interesses geopolíticos da China. Claros sinais de incômodo os Estados Unidos começam a emitir, na criação de incidentes e na tentativa de produzir um competidor regional, ao induzir o Japão a fortalecer o seu poderio militar e se fazer mais presente na região. (Álvaro Queiroz e Procópio Mineiro) ■

A trágica balcanização

Nersa Caballero

A moda impõe-se até nos conceitos da política internacional e agora se fala, em todo canto, dos problemas ocasionados pelas balcanizações, fenômeno que afeta países de diferentes pontos do planeta. A mais recente tragédia na península dos Balcãs, mosaico de variadas culturas e civilizações, tornou mais atual a discussão sobre as diversidades étnicas e sua convivência.

À margem das responsabilidades históricas e políticas, o conflito balcânico – que não é o único com essas características na Europa pós-Yalta (o acordo dos Aliados, na Segunda Guerra Mundial, que estabeleceu as respectivas zonas de influência) – obriga a examinar outras regiões do

O colonialismo retalhou o continente de forma arbitrária, tornando muitos países quase inviáveis, mas apropriados à exploração por parte das antigas metrópoles

mundo nas quais ocorrem problemas similares, mas cujas raízes estão relacionadas com as arbitrariedades impostas há séculos pelo sistema colonial. A submis-

são a diferentes civilizações, como a romana e a bizantina, assim como a predominância ulterior das igrejas católica e ortodoxa, tudo isso convivendo, de forma forçada, durante séculos com o domínio turco de fé islâmica, tornou a região dos Balcãs em área de permanentes rupturas – culturais, lingüísticas, religiosas e étnicas – e de conflitos fronteiriços.

Estratégia colonial

Na África, as potências coloniais europeias repartiram o continente entre si, em 1885 (*ver quadro*). Os problemas de balcanização ocasionados pelo arbitrário traçado das fronteiras coloniais, que não respeitaram a história nem as identidades culturais e civilizatórias, sempre terão que ser o ponto de partida

As fronteiras coloniais não respeitaram história nem unidades étnicas, impondo divisões que ainda causam desencontros, guerras e miséria



Fotos: AFP

Berlim, 1885: a partilha

A Inglaterra foi o primeiro país do mundo a se industrializar, na segunda metade do século XVIII. Em meados do século XIX, começa a se delinear a Segunda Revolução Industrial, atingindo a França, Alemanha, Itália, Bélgica, Rússia e até nações não europeias, como os Estados Unidos e o Japão. É extraordinário o progresso tecnológico e científico.

O capitalismo passa por fase contínua de expansão, necessitando cada vez mais de novas fontes de matérias-primas e de novos mercados, capazes de consumir os produtos industriais e multiplicar capitais acumulados nas metrópoles.

Assim, as potências capitalistas vão se lançar numa corrida em busca desses mercados, gerando um processo de neocolonialismo, que atingiria principalmente a Ásia e a África. No caso específico da África, os interesses europeus centravam-se, sobretudo, nos vastos recursos naturais do continente, como se constata nestas palavras de Lord Lugard, um dos construtores do império britânico: "A partilha da África deve-se essencialmente, estamos todos de acordo quanto a isso, à necessidade econômica de aumentar o fornecimento de matérias-primas e víveres para saciar as necessidades das nações insatisfeitas da Europa."

A Conferência de Berlim, em 1885, vai estabelecer, formalmente, a divisão do continente africano entre as potências europeias, reconhecendo posses já efetivadas ou a efetivar, criando áreas de exclusividade, de modo a evitar guerras entre os colonialistas. Tinham muita experiência disso, mesmo porque acabavam de retalar a China entre eles, atuando como uma espécie de sindicato de quase 20 nações a explorar as riquezas e o já importantíssimo mercado chinês.

Na África, os maiores impérios coloniais foram constituídos pela França e Inglaterra. A França toma a dianteira ainda em 1830, quando começou a penosa con-

quista da Argélia. Quando consolidado, o império francês abrangia a região do Magreb (Argélia, Tunísia, Marrocos e parte do Saara), e consideráveis territórios da África negra, que, para fins administrativos, foram divididos em África Ocidental Francesa e África Equatorial Francesa.

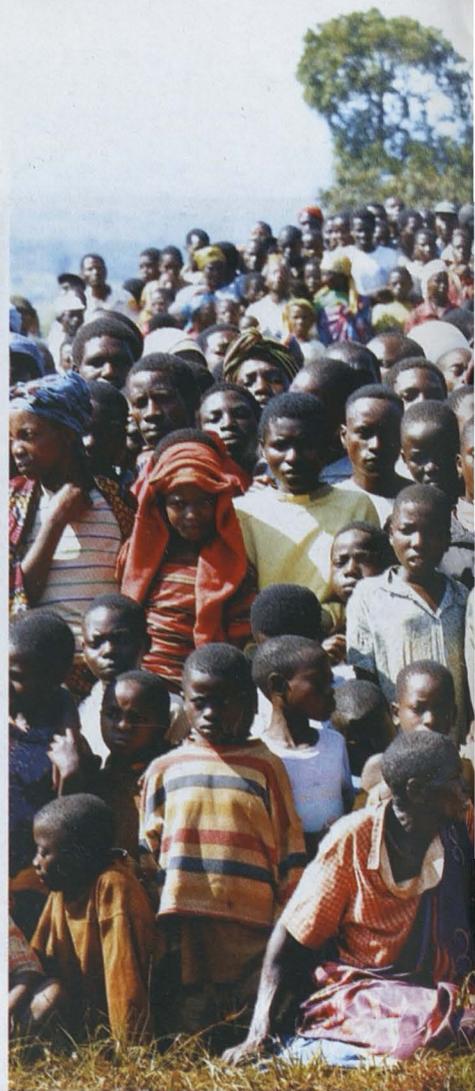
Ao contrário do francês, concentrado na metade superior do continente, o império colonial britânico espalhava-se por toda a África, desde o norte, onde o Egito encontrava-se sob sua influência, na condição de protetorado, até a África do Sul, onde entrou em choque com os descendentes de holandeses (os bóeres) pela posse das repúblicas de Natal, Orange e Transvaal. A Guerra dos Bóeres foi finalmente vencida pelos ingleses em 1902.

A Alemanha e a Itália partiram atrasadas na corrida imperialista, pois estavam envolvidas com seus respectivos processos de unificação, e por isso tiveram que "se contentar com algumas sobras. A Itália anexou a Líbia, a Eritreia e parte da Somália. Tentou, sem sucesso, conquistar a Abissínia, atual Etiópia, que conseguiu se preservar como a única nação livre do continente africano até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, quando foi novamente assediada pela Itália de Mussolini.

Os pequenos territórios conquistados pela Alemanha (Togo, Camarões, Tânger, Ruanda-Burundi e Namíbia) não correspondiam às expectativas do país, que passava por um aceleradíssimo processo de expansão industrial. Essa insatisfação alemã iria se constituir em uma das principais causas da Primeira Guerra Mundial.

A África também foi ocupada pela Bélgica, que promoveu no Congo – sob iniciativa pessoal do rei Leopoldo II – um dos mais cruéis e devastadores empreendimentos coloniais da história. Portugal já mantinha há séculos as colônias de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau, enquanto a Espanha desfrutava de parte do Marrocos e da Guiné Equatorial.

(Marco André Balloussier)



para qualquer análise da atualidade africana, porque suas conseqüências ainda persistem e continuam sendo a causa de múltiplos conflitos, seja na Libéria, na costa ocidental, no Congo, na zona centro-africana, ou em Moçambique, na costa oriental.

Apesar das arbitrariedades coloniais no traçado das fronteiras na Ásia e América, foi em território africano que se levou a cabo a política mais devastadora neste sentido. Com ela, negou-se, de forma absoluta, as realidades geográficas e históricas prevaletentes no continente. A retórica colonial justificava essa aberração afirmando que os territórios sob seu domínio estavam habitados apenas por "selvagens". E as diferentes potências coloniais se atribuíam uma "missão civilizadora", supostamente encomendada por Deus, sobre aquelas regiões. Os impérios coloniais constituídos eram desmesurados: no caso britânico, 140 vezes mais extenso que a metrópole; no belga, 80 vezes maior e 20 vezes, no caso



Campo de Ngara, Tanzânia, 2001: são 60 mil refugiados hutus do Burundi. Esperam há sete anos que a guerra étnico-política chegue ao fim, para retornar a casa sem temer chacinas

da França. Um bom exemplo do que isto significou é o caso da Nigéria, na costa ocidental africana, cujo porto de Lagos foi fundamental durante o tráfico negreiro. A partilha das metrópoles fez surgir um novo país, no interior do qual se uniam arbitrariamente diferentes povos com diversos troncos etnolinguísticos. Nação mais poderosa e seguidora da forte religião do Ifá, os iorubás acabaram unidos a seus antigos inimigos, os hausas, estes já islami-

zados. A religião iorubá destaca-se por sua ampla cosmogonia e complexa filosofia e foi a base para a criação de diferentes impérios regionais, em distintos momentos históricos. O território iorubá foi cortado e dividido em dois: uma parte virou a Nigéria, sob domínio colonial inglês, e a outra parte tornou-se o Benin, como colônia francesa. Mais de 250 grupos étnicos, muitos deles sem afinidades culturais, linguísticas, religiosas ou históricas passaram a integrar o Estado nigeriano.

Tal situação se repetiu por toda a África. Surgiram novos países, artificialmente criados, verdadeiras bombas-relógio implantadas pelo sistema colonial, o que, de uma forma ou outra, viria a dificultar o caminho do desenvolvimento africano depois de alcançadas as independências, a partir de década de 60 do século XX.

O problema mais complexo decorre da formação de pequenos Estados, subpova-

dos, sem recursos naturais suficientes para garantir sua subsistência econômica. Atualmente, dos 53 países africanos, apenas 10 superam os 20 milhões de habitantes (Argélia, Egito, Etiópia, Quênia, Marrocos, Nigéria, África do Sul, Sudão, Tanzânia e Zaire). Outros 36 não passam de 10 milhões, enquanto quatro não chegam sequer a dois milhões de habitantes. É inconcebível que o equivalente econômico de um país como a Bélgica esteja dividido em mais de 40 Estados independentes, formando mercados isolados, diferentes administrações públicas, moedas, legislações fiscais e monetárias, e redes de transporte ineficientes.

Países enfraquecidos e inviabilizados

O primeiro acordo adotado pela Organização da Unidade Africana (OUA), após sua constituição em 1961, foi declarar permanentes as fronteiras coloniais. Assim, em termos gerais, manteve-se o traçado interafricano, apesar de todos os agudos problemas que têm ocasionado, como guerras civis, movimentos separatistas, massacres, intolerâncias e violências de todo tipo.

A inviabilidade dos Estados africanos pós-coloniais, no entanto, estão hoje em dia no centro da atenção dos políticos do continente, muitos dos quais consideram que se está assistindo a uma desintegração do Estado-nação na África. Muitos argumentos se oferecem em tal sentido, entre eles a aguda crise econômica continental. A África é a região do mundo onde se concentra a maior quantidade de países "menos avançados" do planeta e onde se verifica mais intensa instabilidade social, ocasionada por contínuos desastres naturais, como a desertificação e a seca, e também por outros motivos, como a violência na sua ampla acep-

Fotos: AFP



Personagens atuais da tragédia colonial: o ex-ministro Alphonse Higaniro, a madre superiora do convento beneditino de Sovu, irmã Consolata Mukangango, e o professor Vincent Ntezimana, da Universidade de Butare, respondem, num tribunal belga, em Bruxelas, por genocídio em seu país, Ruanda. Da etnia hutu, eles são acusados de participação nos massacres de 1994, quando 800 mil tutsis morreram. Contra a freira, a acusação de ter entregue tutsis que buscavam refúgio no seu convento

ção, que provoca enormes ondas de refugiados.

Não se pode negar a realidade de que, atualmente, a África, com suas economias nacionais especializadas na extração e exportação de matérias-primas minerais e agrícolas, sobrevive na dependência da caridade internacional. O zaireense Mbuyi Kabunda, um dos principais estudiosos dos problemas contemporâneos do continente, lembra que a África necessita cada vez mais de ajuda, alimentos e capitais estrangeiros. O professor Kabunda aprofunda sua análise, ao explicar: "Todos estes problemas, internos e externos, reduziram o continente a um Quarto Mundo, com graves e profundas dificuldades de desenvolvimento e segurança, decorrentes do caráter inacabado ou nacionalmente mal integrado dos Estados africanos e de sua má preparação para o relacionamento internacional."

Quanto de tais problemas se origina na questão da balcanização africana promovida pelo colonialismo? Esta é uma pergunta indispensável para quem desejar conhecer mais a fundo a realidade do continente e a verdadeira relação causa-efeito, caso se queira, a partir da realidade, assumir a busca de novos caminhos. ■

Nersa Caballero dirige a revista cubana 'Matiabo', dedicada às culturas africanas, e é colaboradora de agência Prensa Latina

A encruzilhada peruana

Após dez anos de fujimorismo, a população volta ao segundo turno para decidir entre o neoliberalismo, com Alejandro Toledo, e um caminho de incógnitas com Alan Garcia

As eleições presidenciais do Peru serão decididas no segundo turno, agora em maio, entre o economista Alejandro Toledo, da coligação Peru Possível (PP), e o ex-presidente Alan Garcia, do Partido Aprista Peruano (PAP), de linha social-democrata.

A votação de Garcia no primeiro turno (pouco mais de 26%, contra 36,6% de Toledo) surpreendeu não apenas os círculos políticos e o povo peruanos, mas também o mundo das finanças nacionais e internacionais, que apostavam na candidata do conservador Partido Popular Cristão, Lourdes Flores, para a disputa final com Alejandro Toledo.

Na campanha para a fase decisiva do pleito, começam a sobressair variáveis que antes faziam parte do imponderável, ainda não captado pelas recentes pesquisas eleitorais, cujos resultados mostram uma diferença entre 5 e 10 pontos favorável a Alejandro Toledo.

Nos últimos dias, vêm alcançando grande repercussão no país as acusações do jornalista Álvaro Vargas Llosa a Alejandro Toledo, entre elas a de que o megaspeculador George Soros teria contribuído com 1 milhão de dólares para o financiamento da campanha de

Toledo contra o ex-presidente Alberto Fujimori nas tumultuadas eleições do ano passado. O candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Toledo, Raúl Diez Canseco, assegurou Álvaro, pagou 10 mil dólares, para evitar que viessem a público informações que apontavam Toledo como usuário de drogas.

“Tenho receio de que Toledo não entenda que a legítima ambição de poder não justifica todos os meios”, sublinhou Álvaro, acrescentando que o candidato do Peru Possível – de quem ele foi um dos mais próximos assessores – mostrou-se desleal aos princípios que os uniram na luta pela democracia. Advertiu, por fim, para a possibilidade de Toledo vir a converter-se em um novo Fujimori.

Mario Vargas Llosa, pai de Álvaro, se disse perplexo com as acusações. Para o escritor, tudo não passa de uma farsa montada pelo jornalista Jaime Bayly, que é, também, apresentador do programa de televisão *Franco atirador*, de grande audiência no Peru.

“Não posso apoiar a conduta política de meu filho. Álvaro é pessoa apagada, mas íntegra. Se tivesse me comunicado que iria proceder dessa forma, teria me empenhado em dissuadi-lo. Nada me leva a desistir de apoiar

Alexandro Toledo”, disse Mario Vargas Llosa, pedindo desculpas a Diez Canseco, face à acusação formulada pelo jornalista.

Indagado a respeito da reação de Mario Vargas Llosa, Álvaro respondeu: “Respeito profundamente a opinião de meu pai, mas mantere inalterável minha posição, que decorre de princípios. Deploro muito a divergência. É que tenho dados para julgamento que meu pai não tem, por estar fora do país. Ele desconhece os antecedentes da questão.”

A vantagem de Alan Garcia sobre Lourdes Flores surpreendeu, por ter ele chefiado um governo que decretou a moratória da dívida externa e concluído o seu mandato em meio a grave crise econômica, com hiperinflação de 7000% ao ano. Exilado na Colômbia e estigmatizado como o político mais impopular do Peru, Alan Garcia voltou ao seu país disposto a desafiar o risco de um julgamento ainda pendente por enriquecimento ilícito. O processo foi arquivado pela Corte Suprema, que declarou prescrita a acusação. As pesquisas antes da campanha para o primeiro turno registravam apenas 10% de eleitores dispostos a votarem nele e um índice de rejeição de 80%, dados que não se confirmaram.

As eleições peruanas revelaram, assim, tanto o ressurgimento de Alan Garcia, quanto a desintegração do “fujimorismo”, cujo candidato, o ex-ministro da Economia Carlos Boloña, obteve apenas 1,7% dos votos. A destacar ainda, na atual campanha, o gesto sem precedentes dos chefes das Forças Armadas e da Polícia Nacional, que renunciaram aos cargos e pediram desculpas por terem apoiado o autogolpe do ex-presidente Alberto Fujimori, em abril de 1992. ■
(Álvaro Queiroz)

Fotos: AFP



O jornalista Álvaro Vargas Llosa expôs o apoio dos financistas internacionais a Alejandro Toledo e teme que o economista se transforme em novo Fujimori, caso venha a se eleger. A ligação de Toledo com os setores que gerenciam o neoliberalismo no mundo confirmou-se com a agenda do candidato na visita aos Estados Unidos, quando teve contatos com a Casa Branca, o Pentágono, o FMI e o Banco Mundial

Molduras ideológicas dos candidatos

Do neoliberalismo de Alejandro Toledo à Terceira Via de Alan García, temperada, possivelmente, com a economia social de Lourdes Flores, são pouco significativas as diferenças entre os candidatos que vão disputar os votos dos peruanos no segundo turno das eleições presidenciais do Peru.

Tão populista se revelou na campanha eleitoral em seu primeiro turno, que nesse particular Alejandro Toledo chegou a suplantar o Alan García de outros tempos. Toledo sempre se esquivou do debate sobre os problemas do país, mas não conseguiu esconder a linha neoliberal radical que imprimirá ao seu governo, se ele vier a se eleger. Nas raras ocasiões em que se definiu, em rápidas entrevistas à imprensa, Toledo declarou que vai seguir a política econômica do ex-presidente Alberto Fujimori. Afirmou que dará continuidade às privatizações, manterá a abertura comercial e econômica e adotará rigorosa política fiscal.

Líder da coalisão centrista Peru Posível, **Alejandro Toledo** tem 55 anos de idade, é formado em Economia nos Estados Unidos e doutorado pela Universidade de Stanford. Foi funcionário do Banco Mundial e faz parte de uma nominata de tecnopols na qual se destacam os ex-presidentes do México Salinas de Gortari e seu sucessor imediato Ernesto Zedillo, o atual presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, o ministro da Economia da Argentina na gestão Carlos Menem e recentemente reconduzido ao posto no governo do presidente Fernando De la Rúa, Domingo Cavallo, os atuais ministros da Fazenda e o presidente do Banco Central do Brasil, Pedro Malan (funcionário do Banco Mundial) e Armínio Fraga, respectivamente, o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Francisco Gross, e outros que o Banco Mundial distribui entre os órgãos técnicos e financeiros dos países subdesenvolvidos.

Alejandro Toledo é o favorito nas elites peruanas, dos banqueiros internacionais e do governo dos Estados Unidos.

Alan García foi presidente do Peru (1985-1990), tendo cumprido o seu mandato num ambiente de hostilidades internas e

externas. Ao assumir a Presidência, García trafegou na contramão do conservadorismo, começando por limitar o pagamento da dívida externa do país a parcelas anuais correspondentes a não mais que 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Não demorou muito, e os Estados Unidos suspenderam a ajuda ao governo do Peru. Ao tentar estatizar o sistema bancário, teve como resposta a agressividade de uma frente oposicionista liderada pelo escritor Mario Vargas Llosa, García desistiu desse propósito e, em meio à grave crise econômica, com uma inflação de quatro dígitos (3000% em 1989), o país tornou-se praticamente ingovernável diante da onda de greves, das investidas violentas do Sendero Luminoso, grupo de guerrilheiros inspirado nas idéias de líder comunista chinês Mao Tse-tung e das pressões externas associadas à ação do empresariado interno. Concluído o seu mandato, Alan García exilou-se na Colômbia.

Derrotado Vargas Llosa nas eleições de 1989, assumiu a Presidência o engenheiro Alberto Fujimori, candidato do Movimento Câmbio 90, que, ao assumir o cargo, adotou medidas econômicas fortemente recessivas e atribuiu aos militares amplos poderes para reprimir o terrorismo.

Por tudo isso, a possibilidade de vitória de Alan García no segundo turno, em maio próximo, começa a inquietar vários segmentos do empresariado, cujos porta-vozes já antecipam, em entrevistas nas televisões, a "possível retração dos investimentos estrangeiros e a desvalorização da moeda" (o sol).

Alan García baseou sua campanha eleitoral no primeiro turno na chamada "Terceira Via" – proposta por teóricos ingleses que sensibilizaram o primeiro-ministro da Grã-Bretanha Tony Blair, e que, acolhida pelo eleitorado britânico, reconduziu ao poder o Partido Trabalhista, depois de longos 12 anos do governo neoliberal radical de Margaret Thatcher e John Major.

A chamada "Terceira Via" atribui ao Estado as tarefas de gerar empregos, estabelecer as tarifas públicas e mesmo atuar em algumas áreas da economia de importância social.

Alejandro Toledo (D) e Alan García, os mais votados. O eleitorado de Lourdes Flores pode ser o fator decisivo no segundo turno



Importa destacar que Tony Blair substituiu as políticas de classe pela renúncia às nacionalizações, pelos orçamentos equilibrados e pela redução dos gastos em assistência social. Por fim, apelou para manobras diversionistas, com o objetivo de esconder a nova agenda neoliberal, fazendo sobressair as suas atividades no plano internacional, notadamente por ocasião dos bombardeios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na Iugoslávia.

Lourdes Flores, que se previa fosse a adversária de Alejandro Toledo no segundo turno, ainda não deixou claro qual dos dois candidatos receberá o apoio do seu partido. Previsões indicam a possível neutralidade do Partido Popular Cristão, embora a agremiação defenda o modelo definido como "economia social de mercado", baseado na Democracia Cristã Internacional, que atribui ao Estado o papel de assegurar a proteção aos bolsões desprivilegiados da sociedade.

Portanto, o PPC se revela mais para a "Terceira Via" do que para o conservadorismo radical neoliberal, o que poderia beneficiar Alan García. ■



Alberto Fujimori, o grande derrotado

Fotos: AFP

CÓRSEGA Um barril de pólvora

O Parlamento da França começa a analisar o estatuto de autonomia da ilha onde nasceu Napoleão e o tema agita a classe política, pois é a própria estrutura da República que está em jogo

Edouard Bailby

NOS PRIMEIROS DIAS DE MAIO, a Assembléia Nacional francesa iniciou os debates em torno do projeto de lei do governo sobre o novo estatuto da Córsega. São debates apaixonados, porque, nem nas fileiras da direita, nem da esquerda, há uma posição unânime a respeito do assunto. Há os que defendem a "indivisibilidade" da República, segundo os princípios da Revolução de 1789, e os que dentro do processo da regionalização admitem o direito da Córsega a uma certa autonomia.

Entre os primeiros, figuram o presidente da República, Jacques Chirac, homem de direita, e Jean-Pierre Chevènement, um dos líderes da esquerda socialista. Entre os segundos estão o primeiro-ministro Lionel Jospin, a maioria dos socia-

listas e dos verdes, os comunistas, além de personalidades conservadoras.

O novo estatuto da ilha, que entrará em vigor antes do final deste ano, será provisório. Somente em 2004, uma vez comprovado o seu funcionamento, será definitivo. No entanto, o tema já está agitando a classe política, pois é a própria estrutura da República que está em jogo.

Desde Napoleão I, a França é o único grande país da Europa ocidental que ainda tem um sistema centralizador. Até hoje, os *préfets*, isto é, os governadores dos 96 departamentos, são nomeados pelo Estado. Nos últimos vinte anos, houve alguns avanços no caminho da descentralização, especialmente sob a presidência de François Mitterrand. Mas, em relação ao problema específico da Córsega, nenhum governo conseguiu encontrar uma solução que atendesse às reivindicações dos nacionalistas.

Fotos: AFP



Depois do assassinato do *préfet* Claude Erignac, representante do Estado francês na Córsega, em fevereiro de 1998, Lionel Jospin tomou a iniciativa de abrir o diálogo com todas as forças políticas da França continental e da ilha, inclusive grupos à margem da lei. As negociações foram árduas.

Segundo repetidas sondagens, a opinião pública não parece muito interessada nos problemas da ilha. Porém, as lideranças políticas compreenderam que está na hora de pôr as cartas na mesa para resolver um problema que vem se alastrando há décadas. Basta dizer que houve 868 atentados com cargas explosivas entre 1971 e 1980 e outros tantos nos últimos vinte anos, além de inúmeros assassinatos políticos, principalmente entre os nacionalistas corsos.

Uma ilha italiana

Invadida durante a sua história por muitos povos, inclusive romanos, árabes e catalães, a Córsega sempre lutou contra os que tentaram subjugar-lá. Em 1077, pressionado por senhores feudais, o papa Gre-

gório VII entregou de fato a pequena ilha de 8.680km² ao bispo da cidade italiana de Pisa. No início do século seguinte, o Sumo Pontífice tentou evitar novos conflitos, dividindo a Córsega entre os bispos de Pisa e Gênova. Muito mais poderoso, este último acabou conquistando toda a ilha, em 1347.

Durante mais de quatro séculos várias potências européias, inclusive a Inglaterra, tentaram desalojar Gênova. A própria França chegou a ocupar a Córsega, de 1553 a 1559, e posteriormente de 1738 a 1741. Em permanente estado de rebelião, os corsos seguiram lutando pela sua independência.

Dirigidos por Pascal Paoli, "o pai da nação corsa", 25 mil homens em armas terminaram por ocupar a pequena cidade de Corte, em 1753, proclamando a República. "Tenho o pressentimento de que essa pequena ilha assombrará a Europa", escreveu na época Jean-Jacques Rousseau.

Incapaz de vencer os nacionalistas, Gênova acabou cedendo a Córsega à França, em 1768, para pagar velhas dívidas. Um ano depois, nasceu, em Ajaccio,

Napoleão Bonaparte, que, uma vez no poder, nunca manifestou simpatia pela causa dos autonomistas ou independentistas, preferindo fazer da ilha uma região da França similar às outras. No entanto continua até hoje na Córsega um movimento popular com nostalgia do imperador. Durante 53 anos, até julho de 2000, Ajaccio, capital da ilha, foi dirigida por um prefeito bonapartista.

A língua francesa

Tanto o Império, como a República tornaram obrigatório o ensino da língua francesa em todas as escolas da França, para unificar povos de culturas diferentes, proibindo o uso oficial de línguas regionais.

Até a Primeira Guerra Mundial, muitos soldados não entendiam as ordens dos seus oficiais, porque falavam apenas o bretão ou dialetos das suas respectivas regiões. Mudou tudo depois de 1918, quando todos os franceses começaram a usar a mesma língua, "a língua da República".

A Córsega resistiu a essa política de uniformização linguística. Ilha montanhosa de velhas tradições, dividida em inúmeros vales pequenos, ela sempre defendeu a sua identidade cultural. Os seus 260 mil habitantes falam uma língua parecida com o italiano, no entanto jamais quiseram

Desencontros: encapuzados, membros da Frente de Libertação Nacional da Córsega (FLNC) ameaçavam voltar à atividade militar, se não houvesse progressos em direção à autonomia e ao desenvolvimento econômico. Na foto de abertura, estudantes dizem 'basta', na marcha de 1998, em protesto contra a guerrilha e lamentando o assassinato do prefeito Claude Erignac

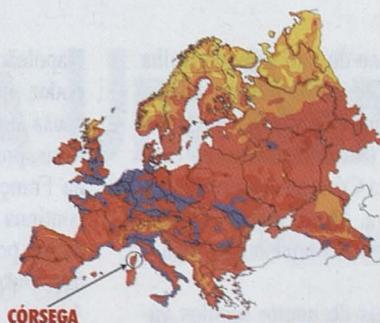


Beleza ainda selvagem

O nome dado pelos franceses à Córsega é *L'île de Beauté* (a ilha da Beleza). De fato, a pequena ilha, entre a Côte d'Azur e a Sardenha, tem 1.047km de litoral em grande parte selvagem. Nela não há ruínas romanas espetaculares, como na Sicília. Mas, com seus picos ultrapassando 2.700m, cobertos de neve no inverno, as suas típicas aldeias, que permanecem fora da agitação moderna, e as suas pitorescas enseadas banhadas por um mar eternamente azul, a Córsega tem uma natureza excepcional.

Os seus hotéis e suas pousadas atraem principalmente turistas franceses, italianos e alemães. A não ser no interior, nos três meses do inverno, o clima é ameno ou quente, com poucas chuvas.

Como proteger essa beleza natural? Os corsos querem, com razão, controlar o meio ambiente e proteger as suas tradições, exigindo de Paris que eles tenham a faculdade de decidir. (E.B.) ■



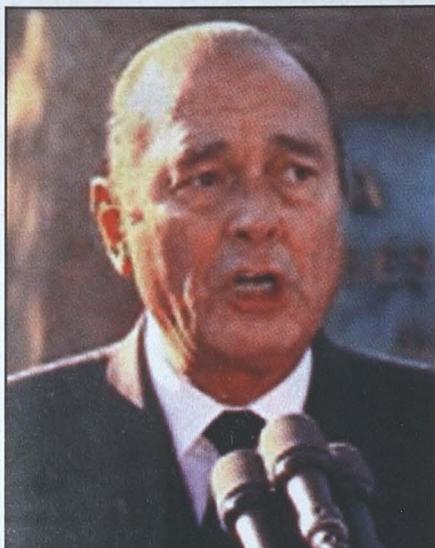
A natureza ainda muito bem preservada e os mil quilômetros de litoral tornam a Córsega vocacionada para o turismo. Carente de desenvolvimento, a exploração turística pode se transformar no motor da economia. Os setores nacionalistas se queixam de políticas pouco efetivas do governo central francês para acelerar o desenvolvimento econômico da ilha

AFP PHOTO / Olivier Sanchez





Em 1998, coberta com a bandeira francesa, a urna com o corpo do prefeito Claude Erignac é levada para o cemitério de Ajaccio. Erignac foi morto por dois jovens nacionalistas. Na foto ao lado, o primeiro-ministro Lionel Jospin, que propôs o estatuto de autonomia aos corsos, agora em debate. Na foto de baixo, o presidente da República, Jacques Chirac, de direita, que defende a "indivisibilidade" da República, segundo os princípios da Revolução de 1789



ser anexados pela Itália. Antes da Segunda Guerra Mundial, Mussolini ofereceu bolsas de estudo, vantagens alfandegárias e promessas de autonomia. Quando as suas tropas ocuparam a ilha, em 1942 e 1943, os corsos se rebelaram e lutaram com determinação ao lado dos combatentes da Resistência francesa.

Depois da guerra, fascinados pelo general De Gaulle, não apresentaram reivindicações específicas durante muitos anos. Os tradicionais conflitos com Paris só reapareceram no final da década de 60.

Apesar de receber importantes subvenções do Estado francês para compensar o seu subdesenvolvimento econômico – falta de indústrias, ausên-

cia de minérios, transportes internos precários, impostos elevados – a Córsega se considera uma ilha marginalizada. Na Itália, a Sardenha, a Sicília, o Vale de Aosta e o Alto Adúgio, além de outras regiões, gozam há tempos de uma autonomia exemplar.

Na Espanha, a Catalunha, o País Basco e a Galícia têm, desde o fim do regime franquista, um estatuto ainda mais avançado. Na Grã-Bretanha, o primeiro-ministro trabalhista Tony Blair acabou por dar certos poderes legislativos à Escócia e ao País de Gales, sem que fosse ameaçada a estabilidade da nação britânica. Por que não poderia a França ser também um Estado federativo?

Curiosamente, um dos pontos mais polêmicos a ser debatido na Assembléia Nacional não é a pré-autonomia ou a autonomia, mas sim o artigo VII do projeto de lei do governo: "O ensino da língua corsa será obrigatório nas escolas maternas e primárias, salvo posição contrária dos pais."

Tanto os nacionalistas, como os líderes políticos da esquerda e da direita entendem que a frase "salvo posição contrária dos pais" é ambígua. Se o corso acabar sendo obrigatório, muitos temem que os bretões e os bascos, por exemplo, tenham a mesma reivindicação em relação às suas respectivas línguas.

Na realidade, o problema é bem diferente na Córsega. Entre as duas guerras mundiais, 99% dos habitantes falavam corso. Esse índice caiu para 80%, em 1977, e 60% agora. Segundo as últimas estatísticas conhecidas, 16% dos alunos no primário seguem aulas de sensibilização à língua corsa durante três horas por semana.

Nos colégios privados, o índice é de 76% entre os estudantes de 13 e 15 anos. Mas, nos liceus secundários do Estado, apenas 12% deles continuam estudando o corso no último ano pré-universitário. Mesmo assim, ao contrário da Bretanha e do País Basco francês, mais da metade da população fala corso no dia a dia. Isto prova que as tradições estão muito enraizadas.

Mulheres da Córsega se manifestam 'pela vida', dias depois dos atentados que feriram 20 pessoas em 1999. Na foto abaixo, o prédio da Agência de Desenvolvimento Econômico da ilha, em Ajaccio, após a explosão de bombas em meados de agosto do ano passado, uma semana depois do assassinato do líder nacionalista Jean-Michel Rossi



Nacionalistas divididos

O grande problema nas negociações entre Paris e os nacionalistas corsos é saber quem é quem. Não há um movimento unido. Há muitos grupos, alguns clandestinos, com apenas 50 militantes armados, que pretendem impor as suas idéias: FLNC, Corsica Viva, Armata Corsa, Cunculta, Unita, ARC etc. Este fenômeno tem suas raízes na própria estrutura da ilha, onde cada família possui, há séculos, a sua própria organização política.

Até uma data recente a vendeta continuava sendo praticada ilegalmente. Cada cidadão achava que tinha o direito de matar para defender a honra da sua família. Além do mais, os *mafiosi* gozam de um poder oculto com o qual manipulam homens e grupos para tentar dominar a economia da ilha. A título de curiosidade, há 74 proprietários de carros Ferrari e mais de 700 proprietários de Porsche. De onde vem o dinheiro?

Terceiro elemento que complica a situação: após a guerra da Argélia, muitos *pieds-noirs*, franceses radicados anteriormente na África do Norte, emigraram para a Córsega, onde compraram terras e fizeram bons negócios, provocando



a ira da população. Como descobrir quais são os líderes ou os movimentos que representam realmente o povo corso?

Parece que menos de 11% da população deseja a independência que muitos franceses, aliás, estão prestes a aceitar, para evitar os dramas da Irlanda do Norte e do País Basco espanhol. Na França continental, é comum as pessoas acharem que os corsos sempre tiveram alma de rebeldes. Temem que os nacionalis-

tas, à semelhança dos extremistas do País Basco espanhol, radicalizem progressivamente as suas reivindicações.

Para evitar que a Córsega acabe se transformando em um barril de pólvora, deputados e senadores deverão dar uma forma inovadora ao novo estatuto da ilha, pois ninguém duvida de que a maioria dos corsos reivindica a autonomia dentro da República francesa. Que tipo de autonomia? Urge ter uma resposta clara. ■

MAGIA CULTURAL,
 PRAIAS, SOL DIRETO,
 BRISA CONSTANTE,
 PATRIMÔNIO HISTÓRICO
 QUE FAZ
 VIAJAR NO TEMPO.



São Luís tem uma economia emergente, quase virgem se comparada às maiores cidades do país. E por isso mesmo oferece oportunidades singulares para pessoas ousadas e com visão empresarial, especialmente no campo do turismo – com a aceleração das obras de infra-estrutura, novos hotéis e tudo mais que está acontecendo a olhos vistos. Só que São Luís tem muitas outras coisas para olhar e se apaixonar. Mesmo o mais determinado empresário vai sentir que veio para esta vida a passeio. Nem sempre a negócios.



E TEM GENTE QUE
 VEM SÓ A NEGÓCIOS.





JÁ VIU UM JOGO ONDE TODO MUNDO GANHA?

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, pode estar mudando a sorte de muita gente. Agora ainda mais: o Governo do Estado estadualizou os bingos e passou a regulamentar, autorizar e controlar esta atividade através da Loterj. Isto significa aumentar em quase o dobro os recursos provenientes do bingo. Recursos para o desenvolvimento social do Estado do Rio. Aqui é assim: você sabe para onde vai o dinheiro do bingo. Agora mesmo, 900 casas populares estão sendo entregues no Trevo das Missões, um prêmio para quem sonhava com a casa própria. Este prêmio pode sair em muitas outras formas, como ambulâncias, reforma de escolas, o que for preciso para tornar melhor e mais digno o dia-a-dia de quem vive em nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

GOVERNO DO ESTADO
RJ
RIO DE JANEIRO

Loterj